

Fazendo a luta

**Nu** Núcleo de  
**AP** Antropologia  
da Política

Quinta da Boa Vista s/nº – São Cristóvão  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20940-040  
Tel.: (21) 568 9642 Fax: (21) 254 6695  
E-mail: nuap@ax.apc.org

Publicação realizada com recursos do  
Programa de Apoio a Núcleos de Excelência  
Ministério da Ciência e Tecnologia

Responsáveis pela Coleção Antropologia da Política

Moacir G. S. Palmeira  
Mariza G. S. Peirano  
César Barreira  
José Sergio Leite Lopes

JOHN CUNHA COMERFORD

## Fazendo a luta

Sociabilidade, falas e rituais na construção  
de organizações camponesas

© Copyright 1999, John Cunha Comerford  
Direitos cedidos para esta edição à  
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.  
Travessa Juraci, 37 – Penha Circular  
21020-220 – Rio de Janeiro, RJ  
Fax: (21) 590 0135  
Telefone: (21) 564 6869

## AGRADECIMENTOS

*Revisão*  
Argemiro de Figueiredo

*Editoração*  
Dilmo Milheiros

*Capa*  
Simone Villas Boas  
*Foto da capa*  
Lourdes Grzybowski

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

---

C725f Comerford, John Cunha  
Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas/John Cunha Comerford. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999  
. – (Coleção Antropologia da política; 5)

Inclui bibliografia  
ISBN 85-7316-175-2

1. Trabalhadores rurais – Brasil – Estudos. 2. Sindicatos – Trabalhadores rurais – Brasil – Estudos. 3. Movimentos sociais – Brasil – Estudos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política. II. Título. III. Título: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. IV. Série.

99-0809

CDD 305.560981  
CDU 316.343.633(81)

---

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Foram muitas as pessoas e instituições que contribuíram de diferentes maneiras para a realização das pesquisas que estão na base dos trabalhos aqui apresentados e para a sua redação.

As condições institucionais e intelectuais proporcionadas pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ foram fundamentais. Agradeço a todo o corpo de professores do Programa, e em especial a Antonio Carlos de Souza Lima, José Sérgio Leite Lopes, Federico Neiburg, Márcio Goldman, Afrânio Garcia Jr., Lígia Sigaud, João Pacheco de Oliveira Filho e Bruna Franchetto.

Quero destacar meus agradecimentos a Moacir Palmeira pela sua paciência amiga em orientar um principiante e pela maneira como soube sugerir caminhos de pesquisa e oferecer indicações fundamentais, tanto teóricas como derivadas de sua vivência no movimento sindical de trabalhadores rurais.

Quero agradecer às professoras Mariza Peirano e Beatriz Heredia, que compuseram, juntamente com Moacir Palmeira, a banca examinadora de minha dissertação de mestrado, e têm me incentivado permanentemente de maneira muito generosa. O curso “Rituais e simbolismo” ministrado por Mariza Peirano em 1993 no PPGAS/Museu Nacional foi um dos pontos de partida para as abordagens aqui propostas.

Leonilde Medeiros me ajudou a travar contato com o meio rural do Estado do Rio de Janeiro, e vem sendo também uma incentivadora constante. Agradeço a Regina Novaes, Maria José Carneiro e Sérgio Leite pelo interesse que mostraram pelo meu trabalho. A Oriowaldo Queda agradeço pelo estímulo a buscar o mestrado. Agradeço também o apoio de Lígia Dabul.

Desde fins de 1997 venho participando como pesquisador do Núcleo de Antropologia da Política, sediado no PPGAS/Museu Nacional e coordenado por Moacir Palmeira. Agradeço a todos colegas do Núcleo a oportunidade de participar das discussões, sempre muito enriquecedoras, bem como a oportunidade de publicar estes trabalhos. Agradeço também o apoio de Emília Wien, secretária do Núcleo.

Gostaria de agradecer também a todos os funcionários e funcionárias da Biblioteca, da Secretaria, e do serviço de reprografia do PPGAS/MN, pela sua boa vontade de sempre. Agradeço também ao apoio de Diva Faria.

Várias instituições e pessoas viabilizaram, de diferentes maneiras, as pesquisas de campo. O Centro de Estudos e Ação Social, em Salvador, foi um importante suporte para a realização da pesquisa que serve de base para um dos trabalhos apresentados. Agradeço especialmente a Gabriel Kraychete e Paulo Cezar Lisboa Cerqueira. No Rio de Janeiro, várias instituições e pessoas ajudaram generosamente a realização da pesquisa de campo: Maria Emília Aureliano Mello e Ricardo Alves, do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), ajudaram-me muito a entrar em contato com os assentamentos e Associações de trabalhadores rurais do Estado; na Comissão Pastoral da Terra, Joana, da equipe do norte fluminense, colaborou muito para a realização da pesquisa de campo, e Generosa Oliveira também contribuiu para os primeiros contatos com o meio rural do Estado. Paulo Moruzzi e Paulo Alentejano também ajudaram a estabelecer contatos e levantar informações sobre a área rural do Rio. Na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Paulo César V. Mendonça e Eraldo Lírio de Azevedo, bem como outros diretores, colocaram-se generosamente à disposição. A Coordenação Estadual do Movimento Sem Terra também colaborou para a realização dos trabalhos. Em Minas Gerais, quero agradecer aos vários dirigentes e militantes sindicais que hospitaleiramente me receberam, em especial José Maria Pinto da Silva e Teresa Aparecida Gomes, do Pólo Sindical da Zona da Mata; quero agradecer também a Rosa e Juvenal da equipe da CPT da Zona da Mata. Aos técnicos do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, agradeço na pessoa de Eugênio Ferrari. Agradeço também a Sílvia Gomes da Silva, da AS-PTA do Rio de Janeiro. Sou grato também a Lourdes Grzybowski, que colocou seu acervo fotográfico generosamente à disposição.

Acumulei uma enorme dívida junto aos trabalhadores e trabalhadoras das re-giões pesquisadas, inclusive aos dirigentes de Sindicatos e Associações que, na Bahia, em Minas e no Rio de Janeiro, me receberam em suas casas e foram “vítimas” de minha curiosidade insistente, e cujos nomes e mesmo os municípios onde vivem não serão identificados no livro. Não creio que possa retribuir à altura a paciência com que me receberam, a hospitalidade com que me trataram e a confiança que me dedicaram. Junto aos trabalhadores do assentamento rural em que fiz a pesquisa para a dissertação de mestrado, no norte fluminense, tenho uma dívida de gratidão especialmente grande.

Devo agradecer às instituições que possibilitaram financeiramente a realização das pesquisas. A organização italiana MLAL financiou a realização da pesquisa no oeste da Bahia, em 1989-1990, antes de meu ingresso no mestrado no PPGAS. O CNPq me concedeu bolsa de mestrado e atualmente me concede bolsa de doutorado. A Fundação Ford (através da ANPOCS) me concedeu uma dotação de pesquisa em 1994, que foi importante para a finalização da pesquisa para a dissertação de mestrado. A FINEP, através do PRONEX, financia os projetos do NuAP, no âmbito dos quais parte dos dados foram coletados; foi também através do NuAP que a publicação deste livro se tornou possível.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos os amigos e colegas que conheci no PPGAS/MN, com quem tenho compartilhado preocupações intelectuais que estão incorporadas aos trabalhos aqui apresentados, e que têm sido em diferentes momentos uma fonte muito importante de apoio não apenas profissional mas sobretudo pessoal e afetivo. Gostaria de destacar alguns desses amigos: Gabriela Scotto, Louis Marcellin, Marcos Otávio Bezerra, Luciana Heyman, José Maurício Arruti, Emerson Giumbelli, Fábíola Rohden, Nora Arias, Renata Menezes.

Quero agradecer em especial a Adriana de Rezende Vianna que, além de interlocutora constante nas pesquisas, tornou-se um apoio fundamental nos momentos críticos do ponto de vista pessoal e profissional.

Ao longo desse tempo em que não faltaram momentos difíceis, a presença dos amigos foi sempre essencial. Sem esse apoio afetivo, não creio que teria sido possível produzir esse trabalho, e eu gostaria de destacar algumas pessoas que me ajudaram a superar as dificuldades. Em São Paulo, Vicente, Emma, Osvaldo, Inês, Simone, Celso, Fernanda, Nane, João. Adriana Seber, esteve sempre pronta a ajudar nas horas críticas. No Rio, Dico, Rejane, Marc, Nicole, Bebeth, Aloísio, Ranusia, além de Ângela, Maurício, Louise, Cristina, Alejandro e Mônica, que já voltaram para seus países ou Estados mas nem por isso deixaram de estar presentes. Cássia e Manuela ajudaram a enfrentar as dificuldades e a tornar melhores os momentos bons.

O apoio de sempre da minha família foi fundamental em cada etapa do percurso que levou a esse livro. Por isso quero agradecer a Richard, Tina, Guto e Daniela em São Paulo, e a Michael e Raquel, que bem poderiam estar mais perto. Gostaria de agradecer também a Roberto e Ângela Cintrão, em Araraquara.

É difícil expressar o quanto meus pais, Bill e Nilza, foram importantes para cada passo que acabou levando a esse livro. Mais difícil é enfrentar o fato de minha mãe não ter chegado a vê-lo. Ao meu pai, um agradecimento é pouco diante da importância de sua presença afetuosa de sempre.

Bibi foi a companheira que esteve junto a cada momento do percurso: não poderia deixar de estar presente em cada página. Compartilhou várias das situações de pesquisa, discutiu as idéias e os textos, trouxe novas idéias e observações a partir de sua vivência com as organizações de trabalhadores, e ajudou até com os detalhes mais “chatos” de revisão. Foi na nossa convivência cotidiana que este projeto (e muito mais) ganhou sentido.

As falhas e imprecisões presentes nesses trabalhos são, evidentemente, de minha inteira responsabilidade.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I	
LUTANDO – Os diferentes usos da palavra <i>luta</i> entre trabalhadores rurais .....	19
CAPÍTULO II	
REUNINDO – As <i>reuniões</i> de trabalhadores rurais como formas de sociabilidade .....	47
CAPÍTULO III	
BRINCANDO – Estudo sobre uma forma de construção social da <i>amizade</i> e suas reapropriações .....	81
CAPÍTULO IV	
DISCURSANDO – Os <i>discursos</i> dos dirigentes camponeses e as ambigüidades do <i>falar bonito</i> .....	93
CAPÍTULO V	
OCUPANDO – Estudo sobre <i>ocupações</i> de órgãos públicos por trabalhadores rurais .....	127
BIBLIOGRAFIA .....	149

## INTRODUÇÃO

---

Este livro reúne resultados de pesquisas realizadas entre 1990 e 1998 junto a trabalhadores rurais – mais especificamente, junto a Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais – no Rio de Janeiro, na Bahia e em Minas Gerais. Um dos capítulos corresponde a um resumo e uma revisão de minha dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN) em março de 1996. Outro capítulo é uma versão substancialmente modificada de um artigo escrito durante o mestrado. Os outros três são versões revistas de trabalhos escritos originalmente para disciplinas do curso de doutorado do PPGAS/MN. Os capítulos são, portanto, independentes, ainda que conexos.

Uma primeira impressão possível a respeito dos temas abordados é a de que são “marginais” ou “menores”, apesar de estarem referidos a contextos (como os assentamentos rurais, os conflitos pela terra ou a pequena produção familiar) e organizações (como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento Sem Terra) que voltaram recentemente a ocupar espaços nos grandes meios de comunicação, que têm lugar de destaque na agenda de discussões de partidos e nos discursos de políticos, e que são objeto do interesse e de intervenção de agências do Estado. A pesquisa em um assentamento rural, por exemplo, resulta aqui em um trabalho sobre as *brincadeiras* presentes no cotidiano dos trabalhadores, e a pesquisa em uma região que foi palco de agudos conflitos pela terra resulta em um trabalho sobre os usos diferenciados da palavra *luta* em diferentes contextos. Ao invés de abordar os conteúdos substantivos de discussões feitas nas reuniões de sindicatos, movimentos e associações, e de discursos dos dirigentes dessas organizações, há um artigo abordando as *reuniões* em si mesmas e seus procedimentos, e outro estudando a maneira como os dirigentes falam e gesticulam em seus *discursos*, o modo como usam os pronomes e os motivos da desconfiança a que essas falas estão sujeitas. Mesmo sendo um trabalho que trata diretamente de uma questão “quente”, que aparece com certa frequência nos noticiários – as ocupações de órgãos públicos por trabalhadores rurais –, detém-se menos no conteúdo substantivo das reivindicações ou no quadro mais amplo das relações entre as organizações e o Estado, e mais nas características gerais e formais dessas *ocupações* em si mesmas (em

que tipo de cidade são feitas, em quais órgãos, quem participa, como são recebidos os manifestantes, qual o seu comportamento durante a ocupação), nos detalhes de uma *ocupação* de repercussão apenas regional e, sobretudo, nas discussões feitas depois entre os trabalhadores que participaram dessa *ocupação*. Assim, apesar de remeter a temas “quentes”, esse livro trata de dimensões “frias”. As discussões dos artigos se distanciam daquilo que aparece nos noticiários, têm pouco em comum com as discussões presentes nas mobilizações e lutas das próprias organizações de trabalhadores rurais, e têm ainda menos em comum com os temas e discussões de maior destaque no âmbito das agências do Estado voltadas para o campo, para a agricultura e para os trabalhadores rurais.

Essa opção por aquilo que, de certos pontos de vista, pode aparecer como “menor” – ou seja, a opção por centrar a atenção em aspectos do cotidiano ou, dentro dos contextos que se destacam do cotidiano, naqueles aspectos que são ao mesmo tempo mais naturalizados e menos evidentes – não deixa de ser uma aplicação do mote antropológico de “estranhamento do familiar”, o outro lado da moeda da “familiarização do exótico”. Isso porque nesse caso o universo pesquisado faz parte da própria sociedade do pesquisador, e muitas das práticas e representações observadas nesse registro “menor” tendem a parecer auto-evidentes e familiares para o próprio pesquisador. Participar de reuniões ou estar entre amigos que brincam de se provocar não deixam de ser experiências comuns ao meu próprio universo social de origem, ressaltadas as diferenças “de estilo”, de conteúdo e de contexto. Discursos de dirigentes de entidades representativas também não são propriamente exóticos, ainda que evidentemente haja todas as especificidades ligadas ao fato de se tratar de dirigentes de organizações de trabalhadores rurais. A palavra *luta* é muito usada em meu próprio universo, se bem que talvez em ainda outros sentidos além daqueles que identifiquei na pesquisa. As ocupações de órgãos públicos, por mais que sejam eventos “extraordinários” do ponto de vista de minhas experiências rotineiras, são “aparentadas” a eventos familiares para qualquer um que tenha participado de manifestações de rua de caráter político ou reivindicatório. Esse (re)encontro com práticas e representações que me são ou me parecem familiares, ao invés de facilitar a percepção das operações de construção social do universo abordado e da lógica própria dessas operações, só aumenta a sua “naturalidade”, e portanto opacidade, e requer um esforço redobrado de observação, distanciamento e relativização.<sup>1</sup>

Essa operação de estranhamento, desnaturalização ou relativização só é possível, evidentemente, em função da posição ambígua (e às vezes meio desconfortável) que o pesquisador assume na sua “participação” em situações como assembleias, encontros, congressos, ocupações em órgãos públicos ou no cotidiano dos trabalhadores em um assentamento, bem como na sua “recepção” das falas de trabalhadores, dirigentes sindicais, lideranças de comunidades rurais etc. Essa ambigüidade é um dado da própria relação que é construída entre o pesquisador e os agentes do universo pesquisado.

Nas diversas situações de pesquisa de campo que estão na base dos trabalhos aqui apresentados,<sup>2</sup> fui normalmente identificado, em termos gerais, como um “estudante” da universidade interessado em conhecer a vida dos trabalhadores, a sua organização, a história de suas lutas, as suas dificuldades. Em certos casos, a figura do “estudante” era relacionada com situações (como conflitos pela terra) em que estudantes universitários mobilizaram-se em apoio aos trabalhadores, o que criava uma certa “simpatia” prévia. Por outro lado, a identificação com a universidade em certas circunstâncias criava expectativas relacionadas a possíveis “projetos” que pudessem trazer recursos materiais, expectativas que eu procurava rapidamente extinguir. Em algumas situações, fui identificado também como alguém simpático às causas defendidas pelas organizações de trabalhadores, uma espécie de “militante”, principalmente em função dos canais de mediação que possibilitaram a minha “entrada” em campo (como ONGs ou as próprias organizações sindicais), mas talvez também pela semelhança de *ethos*, por assim dizer, com pessoas que eram enquadradas nessa categoria. Essa identificação foi um dado particularmente importante no caso das relações estabelecidas com dirigentes e assessores sindicais. Em uma ou outra situação, algumas pessoas me percebiam como uma espécie de jornalista, interessado em acompanhar algum evento específico como uma eleição sindical ou um congresso de trabalhadores. Enfim, era percebido como alguém “com estudo” que estava interessado em conhecer o mundo “deles”, pessoas pobres que não tinham estudo e que enfrentavam muitas dificuldades. De modo geral, a entrada em campo nessas situações se deu quase “naturalmente” através dos dirigentes, lideranças e assessores das organizações de trabalhadores. Em cada uma das situações de pesquisa, a partir dessas percepções de minha figura e da lenta construção de laços de confiança, passei a ser aceito e a ser envolvido nas redes generosas de hospitalidade dos trabalhadores, dirigentes e assessores sindicais e tornei-me, nos diferentes contextos, um pouco “de dentro”, alguém cuja presença podia parecer meio esdrúxula mas não era motivo de desconfiança. Mas sem nunca deixar de ser percebido também como alguém basicamente “de fora” (e, às vezes, “de cima”), alguém a quem se deve respeitosamente pedir desculpas pela brincadeira, alguém que não vota e não fala nas assembleias, que não assume claramente um “lado” nas disputas sindicais.

Essa circunstância de ser relativamente “de fora” era possibilitada pelo acesso a condições institucionais, materiais, simbólicas e pessoais para “estar lá”, e para poder acompanhar, por exemplo, as reuniões e uma ocupação, sem ser diretamente afetado pelos resultados desses eventos, ouvir os discursos dos dirigentes sem ter que tomar uma posição em relação àquilo que eles diziam, ouvir falar de “luta” sem me sentir imediatamente obrigado a fazer parte de uma luta e afirmar essa participação, estar presente nas sessões de provocação mútua que são as brincadeiras sem ser levado a provocar e ser provocado.<sup>3</sup> As relações estabelecidas tenderam geralmente para uma espécie de “distanciamento na proximidade”, que envolvia sempre um crédito de confiança da parte dos “pesquisados”.

Foi em função da proximidade estabelecida que eu pude perceber alguns problemas, dramas e preocupações de determinados agentes do universo pesquisado, e observar algumas práticas cotidianas, informais e “de dentro”. E, por outro lado, foi em função do distanciamento mantido que pude constatar algumas discrepâncias entre o que era dito e o que era observado, entre as “regras” e as “práticas”. Também foi em função do distanciamento que me tornei objeto de práticas gentis que visavam a me “acomodar” a determinadas situações (como as *brincadeiras* e algumas etapas das *reuniões*), que tiveram o efeito de facilitar a percepção da acomodação “natural” dos outros agentes a essas situações. Todas essas percepções serviram de pontos de partida para indagações e para a construção dos objetos de pesquisa.

Assim, por exemplo, pude observar “de perto” as dificuldades encontradas por aqueles que coordenam reuniões, encontros, assembléias, para promover a presença e a “participação ativa” dos trabalhadores, a preocupação diante das dificuldades de levar os resultados das reuniões para outros contextos e criar uma discussão mais contínua, a decepção com as avaliações feitas pelos participantes privilegiando aspectos como alimentação, alojamento, lazer e agradecimentos. Mas essas dificuldades, quando percebidas a partir de uma posição em que não era necessário se preocupar praticamente com elas, permitiram formular uma série de questões que simplesmente não se colocam para os agentes (ou se colocam transformadas em questões práticas de “método de reunião”), relacionadas aos procedimentos de reunião propriamente ditos. A convivência para além das reuniões, mantida a minha preocupação com as reuniões em si e não tanto com aquilo que substantivamente era discutido ou decidido nelas, permitia perceber aos poucos as diferentes expectativas e percepções existentes em um mesmo universo social a respeito das próprias reuniões, sem que tivesse que assumir alguma dessas percepções como mais adequada, permitindo, portanto, colocar a percepção das *reuniões* como questão. O acompanhamento de uma ocupação ao lado dos “ocupantes”, por sua vez, sem uma preocupação direta e imediata com os resultados e sem que eu tivesse qualquer envolvimento nas negociações, permitiu que eu me concentrasse em detalhes aparentemente irrelevantes do ponto de vista das negociações e dos resultados, mas que trazem indicações interessantes para pensar, por exemplo, as operações através das quais o grupo é construído e os resultados da *ocupação* adquirem sentido. Já a percepção da insistência espontânea com que a palavra *luta* era empregada em diferentes discursos inseridos em um mesmo contexto geral, sem que eu tivesse que assumir como mais verdadeiro ou importante qualquer um desses discursos por não estar completamente inserido e comprometido naquele contexto, permitiu perceber as discontinuidades e continuidades entre esses diferentes discursos e algumas das condições sociais a partir das quais podiam ser enunciados. Esse “ponto de observação” específico da situação de pesquisa e essa operação de “estranhamento” (inclusive do “familiar”) que lhe é inerente traz à tona justamente a importância dos “detalhes”, daquilo que é naturalizado e auto-evidente, para a construção do universo social em questão.

Três capítulos abordam situações e eventos que se destacam do “cotidiano”, embora tenham sido analisados aqui com especial atenção para seus aspectos aparentemente “menores” e menos “especiais”. São eventos “marcados”, como as ocupações de órgãos públicos, os discursos de dirigentes (em conjunto com as situações em que são realizados) e as várias formas de reunião.<sup>4</sup> Esses eventos são particularmente interessantes para identificar alguns aspectos ou dimensões da própria vida social que são postos em relevo e reapresentados pelos e para os próprios atores, abrindo janelas, por assim dizer, que permitem visualizar valores e representações socialmente construídos como importantes no universo social em questão, cujo conjunto pode ser analisado como uma “cosmologia”. No entanto, mais do que apenas representar valores, esses eventos, ou seja, esses conjuntos identificados, nomeados e destacados de práticas sociais, contribuem para (re)construir e transformar esses valores, na medida em que cada evento relaciona-os, de modo até certo ponto singular, a uma situação específica e a outros conjuntos de práticas e representações.<sup>5</sup>

Mas mesmo um tipo de “evento” absolutamente “cotidiano” no universo pesquisado, como a *brincadeira*, analisada em outro capítulo, também “abre janelas” para o mundo dos valores ou a “cosmologia” daquele universo (evidenciando, nesse exemplo da *brincadeira*, representações da *amizade*). A partir do momento em que uma forma específica de sociabilidade (associada ou não a um conjunto mais formalizado de procedimentos, como no caso das *reuniões*) passa a ser identificada e nomeada pelos próprios atores, está não apenas sendo posta em prática, mas também representada e associada a outras representações. Neste sentido, formas de ação (ou esquemas de ação) e representações são indissociáveis, formam pares, que se associam por sua vez a determinados atores sociais.<sup>6</sup> E esses pares podem ser deslocados, aplicados a novos contextos, transformados, invertidos, exagerados, sugeridos, ironizados, parodiados.<sup>7</sup> Identificar o repertório dessas formas de ação/representação, o modo como são relacionadas na prática, os agentes associados a elas e os mecanismos através dos quais são reapropriadas, deslocadas e transformadas, pode apontar para dimensões de uma “cultura” sendo permanentemente movimentada e construída por agentes socialmente situados, a partir das condições sociais específicas de cada segmento ou grupo social (e a partir, portanto, das relações entre esses segmentos).

A apresentação dessa perspectiva analítica que prioriza aspectos aparentemente “naturais” (tanto do “cotidiano” como do “não-cotidiano”), que de certo modo aproximam o mundo pesquisado e o mundo do pesquisador, não deve, todavia, dar a impressão de que o pesquisador nada viu de específico e, como sugere ironicamente Geertz, poderia ter ficado em casa. As pesquisas que resultaram nos trabalhos aqui apresentados foram feitas junto a um “segmento” social específico, os *trabalhadores rurais*, e, mais precisamente, junto às organizações que têm a pretensão de representar legitimamente esse “segmento” ou parcelas dele. Um dos “personagens” centrais desses trabalhos é “o(a) dirigente” ou “liderança” sindical (ou de associação, ou de movimen-

to). Outro personagem central é “o(a) trabalhador(a)”, o(a) “trabalhador(a) da base”. É na relação entre esses dois personagens, e na relação entre diferentes “encarnações” de cada um desses personagens, que se desenrola boa parte dos dramas sociais nesse universo específico.

Os capítulos deste livro procuram mostrar aspectos de como essas relações são construídas e moduladas e alguns dos valores pelos quais são pautadas. Procuram mostrar também que, concomitantemente com essas relações e valores, a própria noção de *trabalhador rural* e outras categorias próximas (como *assentados*, *posseiros*, *sem-terra* etc.) estão também permanentemente sendo construídas e reapropriadas, e que sem dúvida nenhuma o trabalho dos dirigentes e de outros agentes no âmbito de instituições como os sindicatos, as associações de trabalhadores, os movimentos, é fundamental neste sentido.

Assim, este livro tem também a pretensão de dar alguma contribuição, e principalmente de apontar possíveis caminhos de pesquisa, para a compreensão da maneira pela qual as ações e mediações realizadas no âmbito de instituições como sindicatos, associações e movimentos – sobretudo aquelas ações e mediações mais cotidianas, naturalizadas, interiorizadas e como que automatizadas – constroem categorias referidas à população rural. Procura contribuir ainda para a compreensão de como essas categorias, por sua vez, orientam algumas das práticas de parcelas dessa população e contribuem para a construção/mobilização de grupos sociais, redundando desse modo na reordenação de conjuntos de relações sociais. Dito de outro modo, procuram evidenciar dimensões que, por serem “naturalizadas” não são propriamente “intencionais” e nem sempre são pensadas como “eficazes”, mas cuja eficácia não-prevista é condição para a eficácia (ou não) das estratégias intencionais dos agentes.

Essas ações e mediações referem-se certamente ao trabalho de todo um conjunto de intelectuais<sup>8</sup> – advogados, agentes pastorais, acadêmicos, funcionários do Estado. Mas referem-se, sobretudo, às ações daqueles intelectuais ambivalentes que são os dirigentes sindicais e lideranças camponesas – que juntamente com os outros acima referidos atuam no sentido de dar palpabilidade à presença social dos *trabalhadores rurais*, de suas *comunidades* e de suas *lutas*. Esses dirigentes e lideranças estão, mais do que qualquer outro agente, posicionados de forma a ter, em maior ou menor grau, um contato permanente com instituições, agentes, práticas e representações (valores) daqueles que estão na “base” das organizações de trabalhadores, sem deixar de ter ao mesmo tempo um contato permanente com instituições, agentes, práticas e representações (valores) do Estado e da “sociedade mais ampla”. Assim, tendem a possuir, em maior ou menor grau, um conhecimento (ao menos prático) “de dentro”, tanto em um sentido como no outro. Nas ações “rituais” ou “cotidianas” de dirigentes e trabalhadores, fazendo *reuniões*, *brincadeiras*, *discursos*, *ocupações*, ou seja, fazendo a *luta*, os dirigentes apresentam-se bifrontes, ambivalentes, e fazem-se por isso mesmo indispensáveis, criando condições para delimitar e legitimar seu próprio espaço social.

E também condições para que esse espaço seja contestado e disputado.

Por fim, resta dizer que, tendo me aproximado de temas e contextos “quentes”, não poderia senão me “aquecer”. O distanciamento e a “frieza” que espero ter conseguido assumir como postura ao longo dos trabalhos não deixam de ser impulsionados também pelo fato de que o universo que pesquisei me envolve. Assim, espero que as análises aqui apresentadas possam também contribuir para trazer à tona algumas dimensões talvez pouco evidentes para aqueles que, diretamente comprometidos com as lutas existentes nesse universo social, não estão em posição vantajosa para deter-se sobre seus aspectos aparentemente mais “naturais”, nem para “estudá-los” ou transformá-los em “questões”. Espero que este livro, para além do interesse acadêmico que eventualmente tenha, possa contribuir também para as reflexões nesse campo “militante” – do qual depende em boa medida a eficácia das lutas ao mesmo tempo materiais e simbólicas em torno da inserção social e política dos trabalhadores rurais, inclusive daqueles que transformei provisoriamente em “objeto”.

## Notas

<sup>1</sup> Essa familiaridade com as práticas e representações (re)encontradas no universo pesquisado talvez seja ainda mais presente, no meu caso particular, por ter tido alguns contatos anteriores com organizações de trabalhadores rurais em situações que não eram de pesquisa e em posição que não era a de pesquisador, mas de algo como um técnico de postura “militante” ou “assessor”.

<sup>2</sup> Refiro-me à pesquisa realizada no oeste da Bahia em 1989-90 (anteriormente ao meu ingresso no mestrado), coordenada por Gabriel Kraychete, a respeito das transformações sociais e econômicas no oeste baiano; à pesquisa realizada visando à elaboração da dissertação de mestrado, entre 1994 e 1995, em um assentamento rural no Estado do Rio de Janeiro; à pesquisa realizada também entre 1994 e 1995 junto a Sindicatos de Trabalhadores Rurais em Minas Gerais e Associações de Trabalhadores rurais no Espírito Santo, em conjunto com Rosângela Cintrão, no âmbito de um convênio entre o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a ASPTA (Assessoria e Projetos em Tecnologias Alternativas na Agricultura); e por fim à pesquisa que está em andamento no âmbito do projeto “Eleições Sindicais: o processo de escolha dos dirigentes camponeses”, coordenado por Moacir Palmeira e vinculado ao NuAP (Núcleo de Antropologia da Política), sediado no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

<sup>3</sup> Sobre as condições de possibilidade para a realização do trabalho de pesquisa de cunho sociológico, ver Bourdieu, 1980.

<sup>4</sup> É claro que aquilo que é extraordinário e não-cotidiano para algum dos agentes pode ser relativamente rotineiro para outros, como no caso das reuniões e dos discursos, que são relativamente especiais para os simples “participantes”, mas rotineiros para os dirigentes que passam bastante tempo “em reunião” ou mesmo “fazendo discurso”.

<sup>5</sup> Esses eventos são freqüentemente identificados na literatura como “rituais”, mas há toda uma discussão acadêmica a respeito da definição de rituais. Ver, por exemplo, Van Gennep (1978), Leach (1966) Turner (1969), Tambiah (1985), DaMatta (1979), Moore e Myerhoff (1977), entre

outros. Creio que o fundamental, como sugere DeCoppet (1992), é perceber que cada sociedade “marca” certos domínios ou eventos como “especiais” (ou “rituais”, se assim se preferir), enquanto outros permanecem “não-marcados” ou “cotidianos”, e que a relação entre ambos é um dado importante. A discussão sobre “rituais” produziu indicações analíticas muito úteis e interessantes e que têm implicações para além da discussão específica sobre “rituais”, como aquelas sugeridas por Tambiah (1985), DaMatta (1979), Peirano (1993), entre outros, e que procurei resumidamente indicar nesse parágrafo.

<sup>6</sup> Como sugerem as análises de Durkheim (1974) e de Mauss (1974).

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, as análises de Goffman (1975a e 1981) e DaMatta (1979).

<sup>8</sup> No sentido dado por Gramsci (1978).

## CAPÍTULO I

# LUTANDO

## Os diferentes usos da palavra luta entre trabalhadores rurais<sup>1</sup>

Este capítulo parte da constatação de que o termo *luta* assume diferentes significados para os trabalhadores rurais da região de Santa Maria da Vitória e Coribe, no oeste da Bahia. Esses diferentes significados remetem a diferentes situações, agentes e relações, e fazem parte de discursos distintos.

O termo *luta* é amplamente usado pelos trabalhadores da região pesquisada para caracterizar o cotidiano de trabalho dos *pobres*. Neste discurso, o trabalho, visto como dimensão da *luta* cotidiana, aparece menos como um objeto de troca em um mercado de trabalho do que como um aspecto da dignidade e do valor de quem, ao buscar cumprir as responsabilidades em relação à sua família, enfrenta todo tipo de dificuldade. Neste sentido, *luta* é nitidamente associada à noção de *sofrimento* e oposta a noções como *preguiça* (ou noções correlatas) e a ações socialmente desqualificadas como roubar (e, salvo em algumas circunstâncias, pedir esmolas). No contexto pesquisado, o termo *luta*, quando usado neste sentido, torna-se central sobretudo no discurso dos trabalhadores que se encontram em situação mais precária e que vivem seu cotidiano como uma crise permanente. Passa a ser uma palavra inserida em falas que são denúncias ou reflexões sobre a situação de quem fala e sobre a condição dos *pobres* e as causas de seu sofrimento individual e também coletivo (na medida em que é visto como sofrimento de todos os *pobres*).

Por outro lado, o termo *luta* assume um significado distinto no contexto dos conflitos entre camponeses e proprietários de grandes extensões de terras na região. *Luta* é uma palavra central nas narrativas desses conflitos, e aponta para enfrentamentos concretos e prolongados, com múltiplos “episódios”, alguns dos quais envolvendo violência física. Na região pesquisada, remete quase sempre a um contexto de mobilizações coletivas – e de construção de comunidades (e de suas lideranças) através dessas mobilizações. *Luta* adquire neste contexto um sentido ético e também “épico”, em narrativas nas quais pessoas (inclusive aquelas que fazem as narrativas) e *comunidades* mostram seu valor através da resistência para manter o seu espaço, geralmente diante de agentes considerados pelos camponeses como muito mais poderosos que eles. Essas narrativas são também uma denúncia de rupturas de códigos de convivência e do

desrespeito a valores morais e a “direitos” – concebidos em termos legais e também morais. São também uma reflexão sobre o sentido da *comunidade*, da *união* e, novamente, do *sofrimento* – que assume, nesse contexto, um caráter mais imediatamente coletivo, ainda que mais localizado (o sofrimento dos membros de uma determinada *comunidade*, ao invés de todos os *pobres*).

Por fim, o termo *luta* aponta em um rumo sutilmente distinto na medida em que é incorporado ao discurso sindical, conforme vai se constituindo uma esfera propriamente sindical, com seus agentes e procedimentos próprios. Neste discurso, *luta* remete a uma categoria (os *trabalhadores rurais*) e a ações nos planos jurídico e político (nos termos da “grande política”), concebidas pelos dirigentes e militantes sindicais como ações em benefício ou em defesa da categoria. Refere-se também às atividades cotidianas dos dirigentes e militantes sindicais e às dificuldades enfrentadas para realizá-las. *Luta* torna-se assim uma palavra de peso no discurso público dos dirigentes sindicais e na construção da legitimidade dos agentes no campo sindical. *Entrar na luta* e *estar na luta* são atributos fundamentais para participar legitimamente do campo sindical tal como ele se constituiu na situação pesquisada (e em outras situações semelhantes).

O presente capítulo tem por objetivo discutir como um mesmo termo é ressemantizado à medida que diferentes situações são vividas e interpretadas e diferentes práticas são postas em ação, constituindo diferentes conjuntos de relações. Neste sentido, a noção de *luta* surge em diferentes discursos conforme os agentes, em suas falas, narram eventos críticos vivenciados individualmente e/ou por uma coletividade, denunciam os causadores de suas dificuldades ou discursam publicamente a partir de posições no campo sindical. O trabalho procura, sob outros ângulos, investigar por que a noção de *luta* aparece com destaque em todos esses discursos, contextos e gêneros de fala, ou seja, por que ela parece se impor recorrentemente e marcar uma certa continuidade entre diferentes discursos, apesar das descontinuidades.

Este capítulo toma como fio condutor dados obtidos em uma pesquisa na região de Santa Maria da Vitória, no oeste da Bahia, que no entanto foi realizada para responder outras questões e preocupações. Todavia, lança mão também de dados relativos a outros contextos e regiões que passaram por processos semelhantes aos descritos para o oeste baiano. Essa aproximação sugere que os discursos identificados na região pesquisada e os significados atribuídos ao termo *luta* têm talvez um alcance mais amplo do que aquela situação específica.

### A região e as suas transformações

Para contextualizar a maior parte das discussões desse capítulo, apresentarei brevemente algumas informações sobre a região de Santa Maria da Vitória, no oeste da Bahia. Na primeira metade do século XX, a região já era povoada há tempos por camponeses que plantavam algodão, cereais e cana (em pequena escala) e criavam

pequenos animais e gado. Parte considerável desses agricultores viviam como parceiros em terras de grandes fazendeiros, enquanto outros haviam se apossado de terras devolutas e viviam como camponeses “livres”. Esse segundo contingente parece ter sido reforçado por fluxos de camponeses vindos da margem leste do São Francisco. De acordo com os depoimentos obtidos na pesquisa, a partir de fins da década de quarenta ou cinquenta, camponeses de municípios como Paratinga rumaram em número considerável para a região de Santa Maria. Nessa época, ainda encontraram na região terras devolutas em abundância, relativamente férteis e menos sujeitas a secas do que em outras regiões. Passaram a plantar algodão, mamona e cereais nos vales e veredas, e a criar gado aproveitando as áreas de uso comum conhecidas como “gerais” (áreas de cerrado nas chapadas). O algodão e a mamona eram comercializados, e a proximidade do Rio São Francisco viabilizava o escoamento da produção e a integração com as redes do capital comercial “tradicional”.

No final da década de oitenta, quando foi realizada a pesquisa, a situação já havia se transformado bastante, e passava por mudanças aceleradas. A partir da década de setenta, pessoas e empresas vindas de outras regiões do Estado e do Brasil, atraídas pelos baixos preços da terra e pelos incentivos governamentais, passaram a adquirir terras na região, estabelecendo grandes fazendas e criando um mercado de terras bastante concentrado. Há porém evidências, reunidas por entidades como a Comissão Pastoral da Terra, a FETAG/BA e a CONTAG, de que parte significativa das aquisições de terras realizadas na década de setenta se baseou em documentação de valor duvidoso, e que em muitos casos as terras adquiridas eram devolutas.

Os investimentos estatais em estradas e infra-estrutura reforçaram esse movimento e viabilizaram o aparecimento de grandes projetos agropecuários tecnicamente modernizados (algodão, cereais e frutas irrigados, soja, criação de gado). Ao mesmo tempo, os padrões de mercado e as técnicas de produção de algodão passaram por mudanças importantes (uma nova variedade passou a ser exigida pelo mercado, inviabilizando sistemas tradicionais de produção).

Essas transformações do “setor agrícola” da região, com a mercantilização e valorização do conjunto do estoque de terras, o surgimento de novas linhas de crédito para grandes projetos, e a crise das formas tradicionais de produção de algodão, afetaram as condições de reprodução econômica e social dos pequenos produtores e das fazendas “tradicionais” da região, baseadas no trabalho dos “agregados” e parceiros.

Para os pequenos agricultores independentes foi sobretudo a formação em novas bases de um amplo mercado de terras que representou uma violenta pressão, pois eles muitas vezes não tinham documentação regular das áreas onde moravam e plantavam, e empregavam um sistema que incluía o uso dos recursos comuns dos “gerais”. Essa pressão, em alguns casos, deu-se de forma violenta, com o uso de pistoleiros contratados para expulsar os pequenos agricultores (de acordo com denúncias da Comissão Pastoral da Terra, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia, e da Con-

federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Pequenos agricultores tentaram, em alguns casos, resistir a essas pressões, dando origem a alguns conflitos violentos. Alguns desses conflitos assumiram um caráter mais coletivo. Parte desses camponeses mantiveram-se na terra, outros saíram.

As mudanças nas condições de reprodução das fazendas “tradicionais” representaram também a crise das relações que ligavam os fazendeiros aos parceiros e agregados com a redução das áreas cedidas para plantio de cereais e a expansão das áreas de pastagem, e inúmeras formas de pressão cotidiana. Muitos parceiros deixaram as fazendas, por vezes vendidas às novas empresas e fazendeiros que chegavam à região, que em muitas circunstâncias procuravam reestruturar as fazendas com base no trabalho assalariado e em novos padrões de administração, ou convertê-las em fazendas exclusivamente de criação de gado.

Os posseiros pressionados a deixarem suas terras e os parceiros pressionados a abandonarem as fazendas onde viviam formaram um expressivo contingente de pessoas empobrecidas, sem terra para plantar e sem instrução formal. Nessas circunstâncias, aumentou a imigração (que já existia há mais tempo) para outras regiões – São Paulo e Brasília principalmente – em busca de trabalho na construção civil, na agricultura ou ainda em pequenos serviços, e aumentou também a busca de trabalho assalariado na própria região, seja nas empresas agrícolas que se implantavam (colheita de algodão e feijão irrigados, serviços na lavoura de soja, desmatamento de áreas para pasto) ou ainda na construção civil e em pequenos serviços urbanos (inclusive nas prefeituras). Os grandes empreendimentos agrícolas, a partir do momento em que adquiriam certo vulto, atraíam também trabalhadores de outras áreas próximas. Esse contingente de pessoas empobrecidas “inchou” a periferia das próprias cidades da região, aumentando a pressão por serviços de diversas ordens. A Igreja, que há anos desenvolvia na região expressivos trabalhos de “assistência social”, passou a se deparar com uma “demanda” maior do que a usual. As prefeituras também se viram diante dessa multiplicação de demandas.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Maria da Vitória e Coribe foi fundado por pequenos agricultores, *posseiros*, que se encontravam em conflito com os novos fazendeiros que haviam adquirido ou pretendiam adquirir terras na região, para formar empreendimentos agrícolas ou para revendê-las com grandes lucros. Nessa situação, esses camponeses buscaram orientação da Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura (FETAG-BA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Igreja. A reação dos interesses contrários aos camponeses foi forte: aqueles ligados ao recém-fundado STR foram ameaçados e até assassinados, como aconteceu com o advogado do Sindicato. Mas o trabalho do STR, com o apoio da FETAG, da CONTAG e da Igreja teve resultados, garantindo na justiça, através da legalização das posses, a permanência de camponeses que sofriam pressões para abandonar ou vender as terras. O Sindicato também sofria pressões para responder às

demandas de “assistência social” da sua “base”, uma vez que o governo havia aberto a possibilidade de que os Sindicatos respondessem a essas demandas através de convênios, criando expectativas entre os trabalhadores. Mais tarde, se acirraram os conflitos internos ao núcleo dirigente do Sindicato e entre os primeiros dirigentes sindicais e novas lideranças, provocando o surgimento de uma oposição sindical (também formada por *posseiros* já ligados ao STR) que ganhou as eleições em meados dos anos oitenta.

Ao final da década de oitenta, estavam sendo implementados na região também alguns projetos voltados para alguns segmentos camponeses (o segmento dos pequenos proprietários). Esses projetos, de alcance estadual ou mesmo nacional, ofereciam recursos para agricultores organizados em associações comunitárias, que se multiplicaram rapidamente nessa região – como de resto em todo o Estado da Bahia. Os órgãos estaduais de assistência técnica eram os principais responsáveis pela implantação desses projetos, mas, em alguns casos, foram feitos convênios envolvendo as Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais. Havia também projetos voltados para áreas de irrigação em pequena escala, normalmente ligados à CODEVASF, um órgão federal.

Ao final dos anos oitenta, alguns dos dirigentes do STR se candidataram (a vereadores e a prefeito), pelo Partido dos Trabalhadores, mas os resultados foram considerados desanimadores pelos candidatos e pelos dirigentes e militantes sindicais em geral. A pesquisa foi realizada pouco depois dessas eleições.

### Lutar para viver

Nessa região, foi principalmente (ainda que não exclusivamente) no discurso dos trabalhadores que estavam em situação mais precária em termos de renda, de moradia, de alimentação, e de condições de trabalho, que sobressaiu o uso do termo *luta* para qualificar as dificuldades do cotidiano, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho. Eram trabalhadores sem instrução formal quase nenhuma (no máximo até a quarta série primária, geralmente menos), sem terra própria, com dificuldades crescentes de encontrar terras para plantar em parceria, que haviam passado por tentativas mais ou menos frustradas de busca de trabalho nos grandes centros urbanos ou nas regiões de agricultura mais intensiva, e que dependiam então para viver do trabalho assalariado temporário na agricultura local e de biscates nas cidades da região. Em muitos casos, tratava-se de mulheres chefes de família com grande número de filhos ainda pequenos ou de trabalhadores idosos ou doentes. Nas entrevistas realizadas com certos grupos de assalariados rurais residentes na periferia de Santa Maria, o termo *luta* foi usado recorrentemente, como nesse exemplo de uma entrevista com um grupo de assalariados rurais:

P – O senhor trabalha na roça dos outros?

A – A gente trabalha pelo mês de salário. Saiu, a gente fica parado. O trabalho tá difícil. A gente trabalha em Coribe, na roça de gado, cuidando de pasto. Já

trabalhei com algodão, caminhão. A *luta* é muito grande.

B – Eu trabalho na cidade, carregando caminhão.

C – Eu trabalho na mesma fazenda.

P – E a senhora?

D – Eu trabalho numa fazenda. Eu trabalho para ajudar meu marido. O menino mais velho já casou, não me ajuda mais. Eu tenho que trabalhar [se assalariar] para continuar *lutando*, porque o salário [do marido] não dá. O patrão vendeu a fazenda e sabia que a gente ia ficar no meio da rua. Ele ficou com dó e comprou uma casinha pra gente. Foi o patrão melhor que nós encontramos, que deu essa casinha. Moro aqui na cidade e continuo trabalhando na roça dos outros. Vou todo dia, às quatro horas chego e vou cuidar da comida para dar aos filhos. São oito filhos. Apanho algodão na fazenda dos outros, quebro milho...

(...)

P – Quanto o senhor estava recebendo?

A – Recebia salário. Trabalhei sete meses. Trabalhava direto, segunda, sábado, domingo, feriado. Trabalhava até dez horas da noite, porque eu também tomava conta da sede. Às quatro da manhã já estavam me chamando na porta do quarto. Era serviço *lutando*, carregando e descarregando caminhão.

B – Eu já trabalhei em fazenda de cacau em Itabuna.

P – E arruma trabalho em qualquer época do ano?

D – Pra mulher às vezes não tem. Termina a apanha do algodão, do milho, a catação do toco, aí até o algodão chegar a gente fica passando. Agora nessa época a gente tá catando raízes, já terminou a apanha do algodão e do milho, e tem também o feijão. É uma *luta* dura pra viver.

P – O pessoal daqui também trabalha na Artex?

D – Aqui não. Pra ir até a Artex é mais longe, e tem que sair e voltar para cuidar dos filhos à noite. O patrão vendeu a fazenda e comprou a casinha, a gente está morando aqui e trabalhando fora, pra poder *lutar*, pra viver, empurrando o tempo.

P – E o senhor, está conseguindo arrumar trabalho?

C – Estes dias estou parado, estou *lutando* para pegar trabalho.

P – E como arruma serviço, fala com o “gato”?

C – O “gato” ajeita o serviço e bota a gente na fazenda.

A – Não dá condições de a gente trabalhar para o gato: a gente trabalha o dia por oito cruzados, não dá condição, ainda mais com a carestia que está hoje. A gente espera para pegar um serviço por conta da gente, porque ganha mais uma coisinha. A *luta* já tá grande, a gente ganha pouco, a carestia já tá muita, aí não dá, a gente não compra remédio, roupa, nada.

(...)

P – E no caso de a pessoa ficar doente?

A – O patrão não ajuda não. Ninguém tem carteira assinada.

P – E a aposentadoria?

B – (...) É demais, com 65 anos o homem está quase morto. Estou *lutando* há seis meses para conseguir a da minha mãe. É um documento amarrado. A minha

mãe não aposentou por idade (...) A família é toda fraca, como pode ajudar ela?

Em outra entrevista com uma assalariada, chefe de família, com oito filhos, que trabalhava em uma granja nas proximidades da cidade e morava em uma casa muito pobre na periferia de Santa Maria, o termo *luta* também aparece em uma posição de destaque :

A – Se pelo menos a gente trabalhasse, como a gente trabalha, *luta*, e recompensasse... Mas nós trabalhamos nessa granja a 5 por dia, do jeito que está o custo de vida... Hoje mesmo recebi foi isso. Dentro de casa, não tenho vergonha de dizer, só tem água no pote. Dá pra comprar o quê? Hoje comprei um quilo de arroz, meio de açúcar, meio pacotinho de café. E agora esse resto da semana, como é que passa? Não dá. A gente *luta*, *luta*, e ao mesmo tempo fica do mesmo jeito.

P – Faz tempo que a senhora trabalha nessa granja?

A – Na granja tem duas semanas. Eu trabalhei antes no Edson a 7 por dia, arrancando feijão, mas a gente sai daqui às cinco horas e teve dia de a gente chegar às nove horas [da noite]. Eu chego dentro de casa, vou fazer a janta, acender o fogo, pra dar para as crianças e pra levar no outro dia. O arroz branco já está azedo, a gente come ou trabalha com fome. E lá é aquela *luta*: a gente chega, entra no serviço, quando é 12 horas a gente sai, uma e meia entra, sai cinco ou seis horas e fica esperando o carro o tempo que eles quiserem para trazer a gente em casa... (...)

P – Tá ficando mais fácil arrumar trabalho?

A – É a mesma coisa. Tá ficando mais difícil porque não estão plantando algodão. O algodão tem vantagem porque a gente leva o menino, dois, três, conforme o tanto que tiver. E no feijão é a gente só. No algodão os meninos ajudam, a gente apanha uma arroba, eles apanham um ou dois quilos.

P – Quando está trabalhando na fazenda dá pra fazer uma feira melhor?

A – Não tem jeito de dar. Porque no algodão, se for três ou quatro, quando eles vêem que está demais, eles roubam do mesmo jeito. Quando eles aumentam o precinho da arroba de algodão, as mercadorias já multiplicaram. Pra gente não tem jeito.

P – A feira dá pra quantos dias?

A – Uma pessoa só, como eu, que tem menino, vive de teimosa... A gente não tem outro jeito senão *lutar* pra viver e botar pra frente esperando uma melhora. (silêncio)

P – A senhora veio da roça, né?

A – Antes eu tinha terra. Faz muito tempo que vim da minha terra: 18 anos. Fui criada na roça. Pai botava uma roça muito grande e tirava um pedaço dele e dividia o nosso, e nós tinha que dar conta. Eu de roça tudo o que o senhor procurar sei fazer: mexer farinha, arrancar mandioca, fazer peneira, fazer balaio, fazer esteira, camisa de garrafa, tudo na vida sei fazer (...)

P – Você prefere um pedaço de terra ou trabalhar com um salário melhor?

A – Era melhor um pedacinho de terra da gente. A gente criava uma galinha, um porco, plantava um pé de mandioca, um pé de banana, tudo isso servia. Mas pra gente dar o dia de serviço pra comprar as coisas, meu Deus do céu! A gente vai morrer é tudo antes do dia. Eu mesmo sou a primeira. Não dá não. A gente trabalha nessa vida dificultosa, e o que a gente ganha não dá pra nada. Tem horas que eu já estou até desenganada, tem horas que eu penso assim na minha vida e não sei como é que eu vou viver, cada vez mais as coisas difíceis. Eu estou vivendo de teimosa, mas estou com fé e esperança, esperando nem sei por quê. E acho que vai melhorar. A gente sempre tem fé. É bom, não é?

O uso do termo *luta* nessa acepção de enfrentamento de um cotidiano que se repõe permanentemente como situação crítica também é facilmente encontrado no depoimento de trabalhadores de outras regiões que passaram por processos muito semelhantes ao desses trabalhadores de Santa Maria. Nessas entrevistas e depoimentos de trabalhadores da Bahia, de Goiás, do Paraná (depoimentos de migrantes e de trabalhadores rurais recolhidos em dois trabalhos de pesquisa ligados às atividades da Igreja católica – Pastoral da Terra em Goiás e na Bahia, e Pastoral de Migrantes em São Paulo),<sup>2</sup> o termo *luta* também é usado por pessoas que se consideram em uma situação excepcionalmente difícil ou que descrevem um período crítico de sua vida. Também nesses exemplos *luta* é uma noção que qualifica a experiência cotidiana de pessoas que foram atingidas de forma muito desfavorável por processos de transformação no campo e passaram a viver precariamente como assalariados temporários, parceiros em situação muito instável ou tiveram uma difícil experiência de migração. Em vários desses exemplos, fica bastante claro que essa situação desfavorável era agravada por dramas pessoais específicos – como a morte ou doença do pai de família quando havia um grande número de filhos ainda pequenos, o alcoolismo etc – ou ainda por eventos “naturais” como a seca:

No Paraná nós *lutamos, lutamos*, pra conseguir um alqueire de terra que desse pra morar e criar os filhos folgado (...) Na terra em que eu nasci, (...) a gente *lutava* na nossa terra mesmo (...) No Paraná, pode arranjar colocação para um campeiro, um solteiro para *lutar* com gado, mas para *lutar* com outras coisas não (...) A gente vai *lutando*, as forças vão caindo. Meu marido já perdeu as forças, os dedos dele já nem desincham mais, já vive inchado pela vida, já vai ficando velho (...) E assim vamos *lutando, lutando*, até morrer em qualquer canto (*Maria Barbosa N. Silva, contando sobre sua migração para o Paraná, em Menezes, 1992*).

A gente sofria com todas as dificuldades da vida, mas parece que se tornava mais difícil com aquela situação do meu padrasto [o padrasto era alcoólatra]. Com 20 anos decidi me casar e fugir um pouco da *luta* da minha mãe (...) Os parentes sempre dizia para vir a São Paulo, porque já tinha *lutado* bastante [quando adolescente, procurando trabalhos na região rural em que nasceu] e não tinha

conseguido nada (...) quando eu tinha dez anos eu comecei a *luta* da vida. Dos dez aos quinze anos eu sonhava em possuir uma propriedadezinha, mas agora penso em viver a vida (*José Benedito da Silva, sobre a sua saída de Pernambuco, em Menezes, 1992*).

Ganhei uma mata pra tocar roça [depois que o marido ficou inválido]. Enfrentei, mais os filhos. Rocemo. Derrubemo tudo. Pau grosso, botamo tudo no chão. Os meninos cortando pau miúdo e amontoando. Queimava os ramos. Cortava de machado de manhã até as onze. Cansava as mãos. Largava o machado. De onze até quatro e meia cortava de foice. Cansava de foice pegava o machado. O dia que tinha, era café e uma pitadinha de fumo. Quando não tinha, comia um bocadinho de farinha, bebia água. Saia cinco e meia com os filhos para a roça. Passava no cerrado, via um pau seco, quebrava. Dava a um jogar na cacunda. Via outro pau, corria lá, quebrava. Ali dava a outro para jogar na cacunda. Chegava na passagem do córrego. Tinha uma matinha. Fazia um feixe. Andava sempre com cordinhas. Amarrava na cabeça, corria. Esses meninos atrás. Chegava. Fazia comida. Lavava panela. Dava peito ou mamadeira. Lavava roupa. Botava no arame. Dormia um soninho. Levantava. Outra *luta* (*M.C.J., originária de Barreiras, no oeste da Bahia, contando de sua vida como parceira em Goiás, depois que migraram e o marido ficou inválido ao receber um tiro de um bêbado numa briga. In: O’Gorman, 1987*).

Tenho cinco filhos. Meu marido não liga para a despesa da casa. Fiz cesária do último menino para poder ligar. Ele ficou sabendo só dois anos depois. Aí que ele ficou uma fera comigo. Agora briga é muito. Minha *luta* redobrou. Eu sozinha pra dar conta da comida. A menina de 11 anos cuida dos irmãos de 9, 8, 7, 6 e 5. Ela cuida da casa, lava as vasilhas, limpa, faz comida, lava as roupas, arruma os pequenos e vai para a escola. Quando eu fiquei doente, os filhos passavam muita fome. Cozinhas uns milhos que tinha plantado e passava o dia inteiro à custa de milho. Quando eles pede as coisas para comer que a gente não tem para dar, a gente fica desesperado. É triste demais! (*I.O.S, Carmo do Rio Verde, GO. In: O’Gorman, 1987*).

Na seca morre tudo no sol. Deus ajuda, a gente vai se arrastando. *Luta, luta* para não morrer de fome. Deus é pai. Vai buscar comida longe. Nos tempos ruins apanha um licuri no mato, pega o cacho, quebra o caroço, tira a massinha de dentro, seca, passa na peneira, pisa no pilão, passa na peneira. Joga um pouco de farinha, açúcar. Aí todo mundo toma um cafezinho de manhã e vai passando. Pindoba é que dá os cachos de licuri. Corta os galhos da pindoba pra dá ração aos bichinhos. Come aquilo e não morre (...) A seca é terrível. Desce todo aquele bocado de gente do sertão, tudo pedindo esmola. Cada moça bonita, tudo maltratada porque não tem o que comer (...) (*M.M.S., Angüera, Feira de Santana, Bahia. In: O’Gorman, 1987*).

A vida da roça é dura. Quando levanta já tá a caminho da fonte. Busca lenha na caatinga. O dia vai crescendo e a gente vai *lutando* naquela *luta*. Quando é de noite e a gente vai se deitar, o corpo já está mais morto do que vivo. Se não trabalhar, vem alguém dizer: ‘Ô, a mulher é preguiçosa’. A mulher sofre tudo isso. Às vezes o que o marido ganha não dá pra dentro de casa. Pensa que ela fica sentada dentro de casa? Ela tem que ficar dando o duro pra reagir a família dela. Pra não pedir esmola. Que se for na cidade bater na porta pra um bocado de comer, o que eles diz? ‘Vai trabalhar, vagabunda’. Pode estar com os filhos nos braços parido. Eu já vi muitos fazer isso dentro de Feira de Santana (*Comunidade das Lagoas, Bahia. In: O’Gorman, 1987*).

Qualificar o trabalho cotidiano como *luta* certamente não é exclusividade dos trabalhadores rurais ou daqueles que vivem uma situação crítica. Frases como “lutar com gado” ou “a gente lutava na nossa terra mesmo” apontam para uma concepção mais geral de trabalho como *luta*, como valor, que se distingue da concepção de trabalho como algo que pode ser avaliado exclusivamente pelo seu valor monetário. Talvez por isso, em algumas formulações, *luta* tem uma abrangência maior que *trabalho*, visto nessas formulações especificamente como trabalho assalariado (“tenho que trabalhar para continuar lutando”). *Luta* refere-se a tudo aquilo que se é obrigado a *enfrentar* no dia a dia para viver dignamente. É uma noção que aponta sempre para a dimensão do *sofrimento*, e os casos citados procuram ressaltar a intensidade deste, por exemplo ao enfatizar que “a luta é muito grande”. Os entrevistados falam sobre a sua experiência individual de *sofrimento*, mas não deixam de refletir também sobre o *sofrimento* dos *pobres* de maneira geral.

Essa ênfase dada à caracterização do cotidiano e do trabalho como *luta* se deve certamente ao fato de se tratar de entrevistas com pessoas cuja situação crítica tende a se tornar pública através de sinais aparentes de miséria, ao ponto em que é preciso lidar com o sentimento de *vergonha*. “Na minha casa, não tenho vergonha de dizer, só tenho água no pote”. Essa frase mostra bem o quanto essa situação de crise poderia ser motivo de desqualificação aos olhos dos outros e aos próprios olhos, para alguém que, como essa entrevistada, se orgulha de saber fazer “tudo” na roça. As entrevistas (tanto aquelas realizadas em Santa Maria como as apresentadas nos outros dois trabalhos citados), são justamente situações em que se pede aos entrevistados que falem, para um “estranho” e de modo público (diante de um gravador), sobre essa situação vivida como potencialmente vergonhosa, e que expliquem como se chegou a ela. Nesse contexto, falar que se está (ou se esteve) *lutando*, e *lutando* apesar da impossibilidade de “vencer” (“lutando até morrer”, “a gente luta, luta e fica tudo do mesmo jeito”), é sempre uma afirmação de seu valor, de sua dignidade e respeitabilidade, um testemunho do seu *sofrimento*, uma forma de negar que nessa situação haja motivo de *vergonha*.

Esse discurso se caracteriza também por identificar a origem e as causas dos *so-*

*frimentos* pelos quais se passa nessa *luta*. As falas desses trabalhadores apontam para diversas ordens de causas. Aparecem as dificuldades causadas “pelo destino” – a morte, a doença, a invalidez, a velhice – ou pela “natureza”, como a seca. Há também aquelas causadas por pessoas – o administrador da fazenda, o patrão, o “gato”, o fazendeiro que vende a fazenda, e também o marido que não sustenta a família, o marido que briga, o padrasto alcoólatra. E há aquelas ocasionadas por fatores mais “impessoais”, como a *carestia* e a falta de trabalho.

Assim, falar da *luta* cotidiana, além de ser uma afirmação do próprio valor como pessoa, pode assumir o caráter de denúncia moral, quando a origem do sofrimento é localizada nas ações de determinadas pessoas ou ainda de denúncia de fatores mais “impessoais” como a *carestia*. Nas entrevistas dos assalariados rurais de Santa Maria da Vitória, por exemplo, é recorrente a denúncia das ações de algum determinado empregado de mão de obra (*gato*), de algum administrador, de um determinado patrão. Essas denúncias pressupõem expectativas na esfera das relações de trabalho que são formuladas como exigências morais, e também, em algumas circunstâncias, concebidas como direitos (nesse caso, as denúncias adquirem também uma dimensão legal). Outras entrevistas apontam para pessoas da própria família, ou pessoas que prejudicaram membros da família, como origem das dificuldades contra as quais se *luta* em dado momento, como o padrasto alcoólatra, o marido que não se importa com as necessidades da família, o bêbado que atirou no marido. Nesses casos, a denúncia é claramente no terreno moral. Por fim, quando essas falas abordam a doença, a solidão e a velhice, e de certo modo a própria situação de pobreza, os entrevistados adotam um tom menos de denúncia e mais melancólico e fatalista, ressaltando a falta de perspectivas (“Pra gente não tem jeito”, “Uma pessoa só, como eu, que tem menino, vive de teimosa”) e também as suas esperanças (“Eu estou vivendo de teimosa, mas estou com fé e esperança”).

Assim, nessas entrevistas, esses trabalhadores rurais que vivem em situação crítica, ou que passaram por situações críticas, ao falar de sua *luta*, estão descrevendo seu cotidiano, afirmando seu valor, denunciando – principalmente no terreno moral – aqueles que consideram causadores de seu *sofrimento* individual e refletindo sobre a vida dos *pobres* e o sentido de seu *sofrimento*.

### A luta no “tempo da espingarda”

Nas entrevistas com camponeses da região de Santa Maria da Vitória que haviam enfrentado pressões para sair de terras nas quais estavam estabelecidos (e que tornaram-se depois dirigentes ou militantes sindicais), o termo *luta* também apareceu com destaque, mas com um sentido diferente daquele assinalado na discussão acima. Ao pedir que comentassem sobre as mudanças na região, por exemplo, o tema da *luta* contra os *fazendeiros* aparece como marco importante:

P – Quais as principais mudanças aqui?

A – Mudou tudo. Isso aqui era um mundo. O povo sofria muito, mas numa parte passava mais tranqüilo, uma vida mais descansada, tinha mais fartura. De certo tempo pra cá... Os pobres tinham mais liberdade. A nossa vida hoje é mais segura. Por uma certa maneira o mundo melhorou. Mas estamos mais sujeitos.

(...)

P – Da época do Sindicato pra cá, o senhor sentiu mudança?

A – Mudou, quando a gente não estava no Sindicato, as forças dos fazendeiros, eles faziam o que queriam, muitos pobres foram pro caixão de defunto, outros brigaram, sofreram muito. Depois disso esfriou.

B – A gente aqui caiu mais a produção. A gente aqui levou uma briga grande sobre grilagem. Uns quatro ou cinco anos quase não teve condição de tocar roça, enfrentando o grileiro. Quem tinha uma vaquinha ficou dando leite pra criança, era o que comia. No tempo da chuva, prá plantar roça, a gente trabalhava de mutirão, na roça de um, na roça de outro, acontecia que o dia que acertava, aí chegava a notícia que o fazendeiro tava entrando. Aí parava aquela turma toda pra correr com eles. Naquele dia não se fazia mais nada. Aí já se marcava um outro dia na roça de outro e acontecia do mesmo jeito. *Lutamos* uns quatro anos e quase não colhemos nada de roça. Teve aquela resistência, o pessoal unido, até que Deus ajudou e a gente venceu. O fazendeiro descontentou pegou e vendeu pra outro fazendeiro que vendeu pra esse outro que não abusou mais. A gente começou a trabalhar, depois veio esses anos secos.

A – A gente vivia com mais soltura. Os moradores eram mais soltos. Todos tinham criação solta, criava sua cabra, só cercava a roça. Todos os pais de família tinham a sua criação para manter a sua casa. Não tinha barulho. Todo mundo criava junto cabra, porco, uma vaquinha. Quando passou essa linha, que os fazendeiros começaram a acompanhar, a fazer cerca de quatro fios, acabou essa criação. Hoje, quem não pode, tem dois hectares de terra. (...) As maiores propriedades é de Chiquinho, fazendeiro, era daqui de Santa Maria, ex-prefeito. E tem Rogério, outros novatos. Esse foi a maior briga. Nesse tempo eu era delegado sindical. Mas ele grilou muita terra. Depois vendeu para esse outro e esse para outro.

B – Mas nessa época [a época do conflito com o grileiro que B descreveu mais acima] ainda não éramos do Sindicato. Trabalhávamos sós. Depois entramos na *luta* do Sindicato.

Nas entrevistas feitas na região com lideranças nas comunidades, com dirigentes e militantes sindicais e com camponeses das *comunidades* onde houve conflitos e que são hoje membros do STR, essas situações caracterizadas como *luta* são descritas de modo geral da seguinte forma: os camponeses de uma dada *comunidade* viviam com *dificuldade* mas com uma certa *liberdade*. Os animais eram criados soltos e as roças cercadas, e os *gerais* eram áreas de uso comum. Com a chegada de novos agentes interessados nas terras, os camponeses passaram a receber ofertas para vender suas posses (a

preços considerados por muitos dos camponeses como irrisórios) e também passaram a ser pressionados para deixá-las (como veremos mais adiante). Alguns venderam, outros preferiram permanecer, mesmo quando a maioria das áreas circundantes já havia sido vendida. Em algumas localidades, a pressão assumiu formas consideradas inaceitáveis, injustas, e possivelmente ilegais (na época em que começaram as pressões, havia uma considerável desorientação dos camponeses quanto aos direitos legais efetivamente existentes em cada caso). As pressões, eram por exemplo, do tipo soltar gado nas roças dos trabalhadores, certamente com o propósito de destruí-las, ameaças de violência contra os camponeses, e violência de fato, exercida freqüentemente através de agentes contratados pelos interessados nas terras. Houve diversos episódios violentos na região, ocasionando algumas mortes e ferimentos. Nessa situação, em algumas localidades, surgiram mobilizações para se opor a essas pressões. Algumas dessas mobilizações de certo modo deram origem ao Sindicato. Este depois tornou-se um núcleo de mobilizações, mas nem todas podem ser atribuídas ao Sindicato. Em algumas localidades onde houve conflitos, havia “comunidades de base” da Igreja Católica, que parecem ter sido uma das bases sobre a qual algumas das mobilizações foram construídas e um espaço onde se realizou sistematicamente uma reflexão sobre o sentido dessa situação e das ações dos camponeses. As mobilizações por vezes duraram um tempo prolongado, como indica a entrevista acima, e envolveram várias ordens de solidariedades e diferentes táticas de enfrentamento. Algumas lideranças passaram a se destacar nessas mobilizações, tornando-se dirigentes sindicais.

Conceber esses conflitos e mobilizações como *luta*, nesse contexto, teve o efeito de associar as próprias mobilizações assim qualificadas a um bloco de significados evocados pelo termo. A entrevista citada mostra como essa *luta* dos *posseiros* contra os *fazendeiros*, da mesma maneira que a *luta* que os *pobres* travam para viver, também é associada ao *sofrimento*. Se, antes, o povo “sofria muito” na sua *luta* cotidiana, quando chegaram os *grileiros* houve um enfrentamento em que muitos camponeses “sofreram muito”. A *luta* contra os *grileiros* causava *sofrimento* porque envolvia risco de vida e ocasionou mortes, além de ter tornado mais difícil a vida cotidiana de cada família, ao desorganizar as atividades produtivas e reduzir em muito a produção das roças, criando uma precariedade de alimentação a que não estavam acostumados naquela região “de fartura” (“quem tinha uma vaquinha ficou dando leite pra criança, era o que comia”).

Mas apesar desse discurso sobre a “*luta* pela terra” ter em comum com o discurso da “*luta* da vida” essa ênfase sobre o *sofrimento* diferencia-se deste em vários aspectos. Em primeiro lugar, enfatiza a presença da violência ou de ameaças de violência, daí o uso freqüente do termo *briga* (ainda que este termo não seja usado como sinônimo de *luta*, que tem um significado mais abrangente). Outra diferença fundamental é que o discurso da “*luta* pela terra” enfatiza o caráter “comunitário” do enfrentamento das dificuldades e a importância da *união*. Na entrevista citada, essas lideranças de uma das comunidades que *lutou* para permanecer na terra enfatizam que venceram porque “o

pessoal estava *unido*". Nas narrativas da *luta* cotidiana, os *pobres* enfatizam sobretudo seu próprio esforço pessoal, e eventualmente mencionam a ajuda de seus familiares (e, mais raramente, de amigos). Nas narrativas sobre a *luta* pela terra nessa região, o esforço da *comunidade* e a *união* de seus membros aparecem como fatores que levaram à *vitória*, que foi a permanência na terra. Já o discurso da "*luta* para viver", tal como enunciado pelas pessoas em situação crítica que mais enfatizam o termo *luta*, não se associa geralmente a alguma perspectiva de "vitória" – *luta-se* apesar de se saber que "não tem jeito". Nas narrativas da *luta* cotidiana, são enfatizados as dificuldades desgastantes e monótonas do dia a dia, enquanto que as narrativas da *luta* pela terra são pontuadas de episódios localizados, intensos e dramáticos.

É verdade que a narração detalhada desse tipo de processo de conflito por terra pode dar ênfase a episódios construídos menos como ações comunitárias do que como esforços individuais ou familiares, em que a pessoa envolvida no conflito fala sobre "a minha *luta*" ou "a nossa *luta*" (referindo-se à sua família). Uma entrevista feita em outro contexto, com uma trabalhadora rural da região de Bacabal, no Maranhão, por exemplo,<sup>3</sup> que é viúva de um militante sindical morto em um conflito de terra e tornou-se ela mesma uma liderança dos trabalhadores da sua região, qualifica a *luta* em alguns momentos de sua narrativa como a *sua luta* – dela, de seu marido, de seu pai – enquanto que em outros momentos descreve a *nossa luta* – dela e de uma *comunidade*, dela e de seus *companheiros*. O conflito que levou ao assassinato de seu marido e de seu pai foi caracterizado, na sua narrativa, como *luta*, mas uma *luta* concebida sobretudo como de seu marido (e que com a morte dele, passou a ser dela):

O papai morreu mais o Bento [marido], porque o sonho deles era resolver a questão, *lutar* pela terra e se libertar e dizer: eu ganhei essa aqui na *luta*, me libertei pela minha *luta*, *lutei* pelos meus direitos e ganhei... (...) ele [Bento, o marido] cansou de me dizer assim: eu posso não me lucrar, mas tu fica, mais tarde meus filhos se liberta mais tu (...) eles acharam que matando o Bento terminava a *luta*, como eles mataram, aí eu fiquei revoltada de matarem ele pra terminar a *luta*. Eu panhei a *luta* e segui com ela pra resolver as coisas..."

Em outro trecho da entrevista, essa mesma liderança narra o conflito ocorrido na área onde passara a residir depois do assassinato do marido e do pai. Nessa área, o gado dos *fazendeiros* invadia e destruía a roça dos *lavradores*, inclusive a sua. Depois de tentar inúmeras vezes, sem sucesso, conseguir um ressarcimento pelos prejuízos causados pela perda das roças (inicialmente procurando acordos diretamente com os *fazendeiros*, depois na justiça), lidera uma *luta* contra a invasão das roças, adotando a tática de matar o gado dos *fazendeiros*. No entanto, encontra inicialmente pouco respaldo dos outros camponeses da localidade. Na sua narrativa, é um dos *fazendeiros* que chama a sua atenção para isso, ao lhe propor um acordo, ressaltando que a *luta*,

apesar de ser pelo bem de todos, é vista como *dela* e não dos *companheiros*:

Aí ele [um dos donos do gado que eles haviam matado] ficou e disse assim: não, Aldenora, tu é cabeça muito quente, eu quero é conversar contigo um pouco assim porque tu sabe, tu tá fazendo uma *luta* pra defender todo mundo e todo mundo não tá reconhecendo tua *luta*, os próprios *companheiros* chega lá em casa e fala de tu, que tu é agressiva, tu é isso e aquilo e eles não tão conhecendo a tua *luta* e eu quero que nós faça um acordo (...) Eu digo: eu sei que eles não conhece porque eles não entende e se eu deixar a *luta* eles nunca vão entender e por isso eu levo ela em frente e ninguém se entende (...) eu conheço que eles ali não *lutam*, porque eles não entende, porque eles vive com medo de vocês, porque vocês eram véio, passou dos véio para os filhos, e todo tempo é humilhando, o povo vive sujeito a vocês e eu não fico, tu sabes porque eu não faço isso? É porque quando eu vim procurar um acordo com vocês, ajudar vocês, vocês me tocaram os pés e não me quiseram e hoje, pra mim chegar aos pés de vocês pra nós ser amigo, sentar numa mesinha, nós conversar junto como seja amigo, minha cara não dá pra isso. Nunca Zé Benedito mas nunca vai dar pra isso, eu posso é morrer *lutando*, mas eu nunca vou chegar a esse ponto.

Mais adiante, ela conta como foi aos poucos construindo uma rede de solidariedades (apoiando-se de maneira importante nos seus irmãos e respectivas famílias), ampliando a mobilização em torno do problema da destruição das roças pelo gado, e como foi surgindo um reconhecimento de sua *luta* por alguns dos outros camponeses da localidade:

P – Quantas pessoas começaram a te ajudar [a atirar no gado dos fazendeiros que invadia as roças dos camponeses]?

A – Primeiro começou meus irmãos, né, aí depois encostou Zé Benício, encostou... veio Doca, veio Antonio Pretinho, aí depois nós reunimos um grupo que quando deu assim, mesmo, nós reunimos um grupo de trinta pessoas. Aí quando reunimos, eu reuni esse grupo de trinta pessoas, aí nós partimos: agora nós tira o resto. Aí nós partimos mesmo, e vamos tirar o gado, e matamos uma vaca, a vaca da Laura. O gado que nós mais matamos foi o gado do Mané Pacheco. Porque depois que eu matei esse barrigudo do Pacheco, a gente fez fogo no gado do Miguel Pacheco no campo, porque tava entrando e comendo a roça de um *companheiro* e ele cansava de dizer, e ele [o dono do gado] nem ligava. Aí ele sempre vinha aqui: Aldenora me ajuda (...) o que é que eu faço? (...) eu não queria entrar lá [na área em que vivia o camponês que havia lhe pedido ajuda] que ficava meio longe e eu digo, Enilson, não vai dá pra mim. Mas eu fiquei com dó dele, de sofrer tanto, já tava perdendo a roça. Eu disse um dia pra ele: Enilson, se tu nunca achou uma comunidade pra te dar uma ajuda, eu vou te ajudar; seu eu não achar *companheiro* dos meus que vá, eu vou hoje e nós mata

o gado do Miguel (...) Aí nós fomos pra essa *luta*. Os meninos foram seis, foram seis matar gado mais o Enilson (...) aí tinha a comunidade também de Sobradinho que veio ajudar (...) Miguel perdeu muito gado. Aí nós ficamos assim. Aí até que nós conseguimos nessa *luta*, nós tiramos o gado (...). Aí eles reconheceram, aí foram tirando o gado, foram tirando e limpavam, pronto, não ficou mais gado. A derradeira vaca que nós matamos foi do delegado do Sindicato, o pelego... (Aldenora Mendes da Silva. In: Andrade, 1997).

Esse trecho da entrevista aponta para uma certa heterogeneidade dos que se reuniam para *lutar* e as contingências que acabavam pesando na organização do conflito. A *luta* a que ela se refere especificamente nesse trecho quase não se estende para uma nova área porque o sítio do trabalhador em desespero era distante do sítio dela. Mas de acordo com a narrativa, a situação crítica do trabalhador, o seu sofrimento e o descaso dos fazendeiros diante desse sofrimento sensibilizaram-na e ela foi levada a assumir o problema, em uma ação na qual o trabalhador atingido vai “achar” sua *comunidade* e a liderança vai “achar” seus *companheiros*. Mais do que uma *comunidade* preexistente, é a própria mobilização e o reconhecimento dessa mobilização como *luta* comum por parte de outros camponeses da localidade que engendra ou dá sentido a uma *comunidade*. Na base da mobilização, estão evidentemente solidariedades preexistentes de diversas ordens (parentesco, amizade, vizinhança) e um problema comum que não havia se transformado antes em questão “comunitária” – a destruição das roças. O termo *luta* aponta, nessa narrativa, tanto para episódios localizados de enfrentamento (“Aí fomos pra essa *luta*. Os meninos foram seis, foram seis matar o gado mais o Enilson”) como para o conjunto dos enfrentamentos em determinada área e época (“até que nós conseguimos nessa *luta*, nós tiramos o gado...”), e em relação a esse conjunto, já faz sentido falar em um “nós”.

Nas entrevistas com os posseiros de Santa Maria e com a camponesa maranhense fica claro que nos casos específicos de que se falava, as ações foram empreendidas de maneira independente do Sindicato local, ou seja, são ações que não podem ser diretamente atribuídas aos respectivos Sindicatos. São *lutas*, mas ainda não são, no momento em que acontecem, “a *luta* do Sindicato”, como explicou o entrevistado (“Trabalhávamos sós. Depois entramos na *luta* do Sindicato”). O Sindicato pode estar tão alheio a esses conflitos que, no conflito descrito pela camponesa maranhense, um delegado sindical é identificado como parte oposta no enfrentamento. Mas ao qualificar esse sindicalista como *pelego*, a liderança em questão já está construindo um novo significado para a *luta*, ao afirmar implicitamente que um delegado sindical, que estava “no lado errado” na *luta* daquela comunidade, não tem legitimidade no Sindicato (é *pelego*).

Como se trata de entrevistas que narram eventos passados a partir do ponto de vista de lideranças dessas *lutas*, que são, no momento da entrevista, dirigentes ou militantes sindicais ou de algum *movimento*,<sup>4</sup> há sempre uma tendência a ocorrer uma

imbricação do discurso em que a *luta* é antes de mais nada uma ação e mobilização localizada e anterior à orientação sindical ou “do movimento”, e do discurso em que a *luta* assume um caráter propriamente sindical ou político. Essa imbricação fica evidente na continuação da entrevista com os posseiros de Capim Grosso, em Santa Maria da Vitória, citada mais acima:

P – E para onde as coisas vão agora?

A – Daqui pra frente o pessoal tem mesmo que se unir para levar a *luta* do movimento, no Sindicato, na comunidade, na política, num sentido só, do trabalhador, porque não tem mudança. O trabalhador tem que ter consciência para mudar as coisas.

B – O que nós temos de mudar de imediato é a situação da política.

A – A gente não tem certeza do que vai acontecer. Mas uma esperança a gente tem de as coisas melhorarem. Mas o trabalhador precisa tomar conhecimento que precisa valorizar sua classe. Enquanto o trabalhador estiver consentindo na jogada dos grandes, a gente vai sofrer mais ainda.

P – Os trabalhadores têm tomado essa consciência?

A – Tem muito trabalhador que... precisa apanhar muito mais do que apanhou. Muitos acreditam, sofrem porque vivem enrolados na conversa dos grandes. O trabalhador que passa a sofrer, a *lutar*, e depois na hora de pôr as coisas no lugar ele coloca os grandes na frente, vai sofrer mais ainda... [uma referência à recente derrota eleitoral dos candidatos que eram dirigentes sindicais]

(...)

A – Isso o trabalhador precisa entender. Quando nós sofremos aqui, quando apareceu o primeiro comprador daquela área de terra, ele queria passar por cima de todo mundo aqui. Como é que foi que ele não pôde passar? É porque essa gente aqui se uniu e *lutou* junto, e o fazendeiro ainda ficou cinco anos. Mas era todo mundo junto, uns 50 ou 60 homens, aí ele esmoreceu. É como a nossa classe trabalhadora. Nós vamos de agora em diante andar juntos.

Esse entrelaçamento de distintos significados de *luta* nessas entrevistas não impede a percepção de que há um plano em que o termo *luta* se refere especificamente às experiências de conflito, que guardavam uma certa independência com relação à esfera sindical. As narrativas, ao caracterizar esses conflitos como *lutas*, permitem enquadrar uma mobilização localizada, mais ou menos contingente, baseada em agentes ligados por laços heterogêneos, em um contexto discursivo no qual essa mobilização torna-se expressão da existência de uma *comunidade* (e suas lideranças) e de sua *união*.

Com isso, esses conflitos localizados são construídos nessas narrativas e reflexões como *exemplos* de *luta* e de *união*. O *sofrimento* dos trabalhadores dessas comunidades – não o seu *sofrimento* cotidiano, que eles têm em comum com todos os *pobres*, mas o que passou a existir com a pressão dos *fazendeiros* – ganha um novo sentido na medida em que ele foi necessário para conseguir aquilo que passou a ser concebido como

*vitória da comunidade*. Narrando essas experiências nesses termos, essas lideranças de trabalhadores contribuem para construir *comunidades* consideradas exemplares pela sua *união na luta* – e para se construir, ao mesmo tempo, como lideranças igualmente exemplares, que em certo sentido representam ou encarnam essas *comunidades*.

No caso de Santa Maria, essas mobilizações foram agrupadas e catalizadas pelo Sindicato – constituído por iniciativa de algumas dessas lideranças. Essa presença do Sindicato encampando e reconfigurando essas *lutas* localizadas e concretas – que ocorreram com maior intensidade em um período de alguns anos qualificado por um dirigente sindical como “tempo das espingardas” – abriu caminho para a formulação de um discurso em que a *luta* de cada *comunidade* de *posseiros* resistindo em suas terras se tornava um aspecto de uma *luta* mais ampla e de certo modo mais abstrata, a *luta dos trabalhadores*.

### A luta dos trabalhadores

Em uma entrevista realizada com um grupo de dirigentes e militantes do STR de Santa Maria da Vitória em 1985 por membros do CEAS, um dos dirigentes entrevistado descreve e justifica a formação da uma oposição sindical que deu origem à diretoria da qual os entrevistados fazem parte. Em sua fala, ele observa que os antigos dirigentes, após terem passado um período atuando muito bem, passaram a não mais satisfazer as expectativas:

O STR, com a diretoria daquela época, deu uma força muito grande e atuou por cerca de vários anos muito bem. Agora, depois de certo tempo, eles começaram paliando as coisas. Não é que eles pararam, mas *lutavam* mais devagar, mais fraco, e foi aí que a gente começou a retomar um pouco, a ver os problemas, a cobrar várias coisas.

Nesse discurso, *luta* passou a ser um critério de avaliação da qualidade dos dirigentes sindicais. Não se trata mais da *luta* do dia a dia de qualquer *pobre* – os antigos dirigentes sindicais não estão sendo criticados nessa fala por não buscarem suprir as necessidades de sua família, como deve fazer qualquer *trabalhador* que *sofre*. *Luta* tampouco se refere aí a conflitos localizados contra os fazendeiros – não se trata de criticar a condução dos enfrentamentos em uma determinada *comunidade*, mas a condução do conjunto dos enfrentamentos.<sup>5</sup> A *luta* cuja menor intensidade o dirigente sindical critica nesse trecho é a “*luta dos trabalhadores*”, conduzida pelo Sindicato. Os dirigentes sindicais são avaliados de acordo com seu desempenho nessa *luta*.

Mas ainda que nesse contexto *luta* tenha se tornado um critério de legitimação sindical, está longe de ter se tornado um termo unívoco. Ao contrário, essa palavra aparece no discurso sindical com diversos sentidos. E talvez seja justamente essa polis-

semia que permite que seja uma palavra tão importante nas disputas pela legitimidade sindical. É possível, a partir das entrevistas feitas em Santa Maria, identificar alguns dos sentidos em que o termo *luta* é usado na esfera sindical.

Os esforços para implantar as atividades sindicais e o próprio trabalho cotidiano dos dirigentes e militantes no Sindicato, com as viagens, o atendimento na sede, as reuniões, são caracterizados como *luta*. Ao falar sobre uma campanha para arrecadar fundos realizada assim que a nova diretoria assumiu o STR, os dirigentes sindicais descrevem a sua *luta*:

- (...) Fizemos um plano de trabalho que não dava pra levar em frente por falta de dinheiro (...) Esse dinheiro foi arrecadado com esforço do pessoal (...) Os diretores economizaram o mais que puderam, e as delegacias ajudaram com um trabalho de arrecadação, não só com os sócios mas com todos os companheiros da comunidade, inclusive até com quem não era associado. Em alguns lugares, como na área de Capim Grosso, as cinco delegacias existentes fizeram um trabalho de mutirão. Os companheiros de cada delegacia chamavam uns 30 companheiros e pegavam uma empreitada na roça (...) pegavam aquele dinheiro e mandavam para o Sindicato.
- Também a gente da diretoria, pra chegar nas áreas, fez essas viagens a pé, caminhando muitas vezes um dia inteiro (...)
- Dessa *luta* toda, o mais importante é que a gente descobriu que só a diretoria não conseguia fazer campanha. A gente arrumou nas áreas delegados e animadores que se encarregaram de ajudar e conseguiram arranjar muitos companheiros sócios. (...)
- Lá na delegacia de Alagoinhas, município de Coribe, a gente trabalha assim: somos três escolhidos pelos companheiros. Então a gente *luta* diretamente com esses companheiros, todos num só sentido (...)
- E nós estamos *lutando* para criar delegacias onde não tem (...)

Uma outra entrevista, com um ex-dirigente do Sindicato, mostra uma reflexão sobre a sua experiência sindical, na qual *luta* refere-se às atividades que ele fazia quando dirigente (como viajar em busca de soluções para problemas locais, participando de reuniões nos órgãos do Estado). Esse cotidiano sindical tornou-se em si mesmo algo a ser enfrentado, um sacrifício, algo que ocasiona sofrimento. A sua fala torna-se em certo momento uma espécie de denúncia a respeito da falta de apoio das “entidades”. Em muitos aspectos, *luta* aqui se aproxima do seu sentido de “lutar para viver”, com a diferença que se trata de viver como dirigente sindical e de compatibilizar esse papel com o de “pai de família”:

Sobre o futuro da mudança, a gente vê que naquela época que começamos os trabalhos fomos informados pelas entidades que a gente tinha assessoria, a gente

teve ajuda e eles explicavam algumas coisas e botamos fé, não sabíamos que ia cair nesse retrocesso todo, quando demos fé já estávamos no atoleiro, e depois não dava mais para reduzir o trabalho, porque quanto mais *luta* mais trabalho aparecia, se tinha que fazer viagem para Salvador porque era prioridade, a gente saía pensando que ia [só] em Salvador, lá fazia compromisso de ir a Brasília e a Juazeiro, e financeiramente foi o que mais atrapalhou a gente (...) sempre sacrificando a gente. A situação que estávamos enfrentando estava marginalizando o futuro dos filhos da gente e por isso ficou difícil agora a gente retornar a um trabalho, demos fé que a coisa não é fácil. Porque até companheiros nós perdemos assim por causa de preocupação, e outros porque era muito agarrado à *luta* seguiu até a última hora, e outros companheiros que viram a nossa *luta* não pegou esse trabalho, dificilmente vamos conseguir novas [pessoas] para pegar esse trabalho (...) (A. L., ex-dirigente sindical).

Em outras entrevistas, o termo *luta* aparece referido às diferentes reivindicações e interesses de cada “subcategoria” dentro da categoria maior que o Sindicato representa, como nessa entrevista com um dos ex-presidentes do STR:

Quando fundou o Sindicato até há pouco tempo, o pessoal entrou pela questão de uma *luta* de imediato que estavam sofrendo na pele: a briga pela terra. Todos entraram com o interesse de defender aquilo que estava atingindo no momento. O Sindicato também se fechou e não abriu espaço, não entendeu bem a questão da conjuntura do município; não abriu espaço para outras *lutas* que tinha a mesma categoria, com outros interesses. Uns se interessavam pela terra, outros, a questão dos assalariados, e também o Sindicato não fez uma *luta* em cima da organização dos pequenos produtores que tinham interesse de ver a sua produção bem vendida, a questão do banco. Com o passar do tempo, a gente viu que as pessoas se afastaram (...) ficou na cabeça delas que o papel do Sindicato era só defendê-los na grilagem (...) As Associações, para os pequenos produtores, eles acham mais interessante que o Sindicato. As Associações, pelo menos, eles conseguem umas esmolas que é de imedia-to, é bom pra eles (...) O Sindicato hoje tem que *lutar*. Não tem mais condição de dizer que não pode ter mais essas Associações, que se for falar a gente vai se queimar. Mas que arranje uma maneira de ser uma coordenação, ir junto *lutar* com as Associações, para a questão do pequeno produtor alcançar o objetivo. Nesse sentido, o Sindicato entrando pode ser que crie uma outra força, outra *luta*.

Neste sentido plural, de várias *lutas* – dos *pequenos produtores*, dos *assalariados*, das *mulheres*, para citar algumas das mais freqüentemente mencionadas – compoendo essa *luta* maior que é a *luta dos trabalhadores*, a palavra é usada nas discussões ou reflexões a respeito das diretrizes do Sindicato, como no trecho acima. Ao falar de uma *luta* de um segmento específico, os dirigentes e militantes sindicais não só estão

contribuindo para construir socialmente a subcategoria que se caracteriza por essa *luta*, como estão legitimando a sua “presença” dentro do Sindicato, o que pode ter conseqüências em termos da estruturação interna do mesmo e também nas disputas entre as lideranças sindicais.

A “luta pela terra”, incorporada a um discurso sindical mais amplo, aparece como uma dentre outras *lutas*, que aponta para os interesses de uma dentre outras “categorias” de *trabalhadores rurais*. No caso de Santa Maria, porém, a “luta pela terra” empreendida pelas *comunidades de posseiros* tinha um destaque quase “natural”, dada a história da região e do STR. Por isso, mostrar o seu compromisso com essa *luta* e evocar o seu desempenho nela pareciam ser fundamentais nas disputas sindicais, pois essa é a *luta* “exemplar”, o “modelo” de *luta*, em relação ao qual as outras *lutas* (dos *assalariados*, dos *pequenos produtores* organizados em associações pela política agrícola etc.) parecem um pouco “pálidas”. Evidentemente, esse caráter de “exemplaridade” deve variar de acordo com as circunstâncias de cada sindicato (no caso de um sindicato de assalariados, as greves podem ser “exemplares”).

A representação dos trabalhadores no plano jurídico também pode ser qualificada como *luta*. No caso de Santa Maria, quando o Sindicato foi fundado, vários dos conflitos foram encaminhados para a justiça, e para os dirigentes e militantes sindicais encaminhar ações à justiça passou a ser uma dimensão fundamental. Nesse trecho, por exemplo, o principal resultado das *lutas* são as vitórias na justiça, que levaram a um maior reconhecimento do STR pelos trabalhadores:

Quando iniciou o Sindicato, foi como o nascimento de uma criança bem avançada. Então quando os trabalhadores não tinham nenhum apoio por parte da justiça, criaram o Sindicato e se engajaram de força mesmo, de vontade, e aí travaram muitas *lutas*. Conseguiram ganhar algumas ações na justiça e com o avanço o pessoal confiou e se associou ao STR, que passou um período muito bem.

Mas apesar de ter esses sentidos específicos, o termo *luta* é usado na retórica sindical em um sentido mais genérico, em expressões como “*lutar* pelos direitos dos trabalhadores”, ou ainda, “*lutar* em defesa dos trabalhadores”. No final do capítulo que apresenta a entrevista feita pelos membros do CEAS, está reproduzido um documento escrito pelos dirigentes e militantes, com o título de “Situação Nacional e a Mensagem dos Trabalhadores”. Segundo os redatores do artigo, “no final da entrevista, ao falar da situação atual, os trabalhadores fizeram questão de dirigir uma mensagem a todos os trabalhadores”. Na retórica sindical dessa “mensagem”, o termo *luta* aparece com destaque:

Nós trabalhadores *lutamos* pelo direito social de todos os trabalhadores, pela Reforma Agrária, todos numa só voz. Com essa *luta* nós pretendemos alcançar

um objetivo maior. Que essa *luta* não fique só aqui em Santa Maria da Vitória e Coribe, mas que seja levada a nível do Brasil, para conquistar uma Reforma Agrária do trabalhador (...)

Os trabalhadores de Santa Maria da Vitória e Coribe chamam todos os trabalhadores do Brasil para essa *luta*, e nós estamos dispostos a estarmos juntos em todos os níveis para defender a classe trabalhadora que está aí sofrendo, que está aí *lutando*. A gente não vai esmorecer. Nós vamos levar essa *luta* que dê liberdade e alcance o objetivo, para que o trabalhador possa viver bem com a sua família, tanto na cidade como no campo.

Nesse trecho, aqueles que falam – “nós”, “trabalhadores”, ou seja, os dirigentes e militantes do Sindicato de Santa Maria – *lutam* pelo “direito social” de “todos os trabalhadores” (a reforma agrária), ou seja, se colocam como representantes de todos os trabalhadores perante o Estado. Por outro lado, *lutam* “para defender a classe trabalhadora que está aí sofrendo, que está aí *lutando*” (e chamam “todos os trabalhadores” para “estar juntos” nessa *luta*). Assim, nessa formulação, ainda que a classe trabalhadora esteja *lutando*, é preciso alguém que *lute* em sua defesa: esse alguém é o “nós” que fala, “os trabalhadores” – numa retórica que identifica dirigentes sindicais e categoria. Assim, se em algumas formulações, a palavra *luta* aponta para uma concepção que é mais claramente de representação diante da justiça, na formulação acima a mesma palavra parece apontar para algo mais como uma “proteção” de uma categoria que *sofre*, e que precisa de alguém que *lute* para a *defender*.

Em certos trechos das entrevistas, por fim, *luta* aparece como um termo genérico e abstrato que aponta para um compromisso pessoal (ou da comunidade): “estar na *luta*”, “entrar na *luta*”, “ser da *luta*”. Trata-se nesse discurso de afirmar seu próprio pertencimento legítimo, ou o pertencimento legítimo de uma pessoa ou *comunidade* (ou mesmo uma categoria como, por exemplo, as *mulheres*), a um universo social – o universo sindical ou “do movimento”, com seus agentes, suas questões, seus problemas, dramas e símbolos:

(...) A questão do rodízio a gente pode dizer que é uma questão política. O movimento sindical prega a liberdade, que os trabalhadores devem ser livres, que o movimento sindical deve ter autonomia, mas enquanto o movimento prega isso, fala do regime, diz que é só o governo que manda, a gente sente que ele segue pelo mesmo caminho. Estão aí em todas as eleições dentro dos Sindicatos, se reelegem, querem ficar na direção, e não dão espaço para os companheiros entrarem na *luta* e na direção do Sindicato (*entrevista com dirigentes, em CEAS, 1985*).

A gente saiu do Sindicato em uma situação muito difícil, eu até falei muito e tomei a decisão nesse ano de não participar de nada, fazer uma reflexão dos seis anos que eu fiquei na *luta* e esfriar a cabeça e ver o que eu fiz certo e errado (...)

(*entrevista com ex-presidente do Sindicato*).

– Esse trabalho em Descoberto era de conscientização, de dizer que as mulheres podiam e deviam participar da *luta*. Depois o grupo de mulheres foi fraqueando, até que acabou.

(...)

– Teve uma época que a gente aqui tava mais animada, tinha mais organização em termos financeiros, fazia mutirão, era uma *luta* bonita, mas depois ele adoeceu, faleceu, tá ficando devagar o movimento

– Eu trabalho na delegacia e quando vou fazer prestação de contas estou vendo que está assim fraco. A conversa do povo a respeito do Sindicato está tudo assim fraco. (...)

P – O que deve ser feito para animar mais?

– Tem que entrar na *luta* e continuar todo mundo firme, aqui entre os companheiros e entre Deus. A dominação do poder está oprimindo a classe fraca. Na época da eleição tem o PT mas a gente fala, alguns dizem que é bom, mas quando vai mesmo para votar a gente viu, foi fraco mesmo. A coisa mesmo está na mão do poder que está dominando a classe fraca (*entrevista com trabalhadoras, militantes sindicais, comunidade de Descoberto*).

Esse último trecho aponta para um problema que os dirigentes e militantes sindicais da região estavam vivendo. Para esses dirigentes e militantes, a militância partidária e a candidatura dos dirigentes sindicais passou a ser vista como parte da *luta*. Quem estava *na luta*, nessa concepção, deveria também entrar na *luta política*. No entanto, nessa primeira experiência, os resultados ficaram bem aquém do esperado. Os dirigentes e militantes ficaram particularmente magoados com os resultados nas *comunidades* consideradas mais mobilizadas, ou seja, aquelas que, tendo passado por um processo de “*luta pela terra*”, formavam o “núcleo” do STR. Os dirigentes que se candidataram sentiram-se *traídos*. Essa situação parece apontar para mais uma difração do termo *luta* – entre a “*luta do Sindicato*” e a “*luta política*”.

*Lutar*, conforme vai se constituindo a esfera sindical entre esses camponeses envolve, portanto, para as lideranças que se tornam dirigentes, entrar em contato permanente com novos agentes e interesses (assessores, advogados, militantes de partidos ou organizações de esquerda, dirigentes de Sindicatos dos mais diversos tipos, organizações religiosas de apoio). Envolve informar-se detalhadamente sobre procedimentos jurídicos e burocráticos. Requer prática nas atividades cotidianas do STR, como o atendimento na sede e a coordenação de reuniões. Envolve saber produzir manifestações para tornar públicas e visíveis reivindicações e interesses. Passa a ser necessário dominar a arte de falar em público – inclusive falar da *luta* – bem como a arte de falar na mesa de negociações com advogados, burocratas e patrões. Além disso, é preciso aprender a ter sensibilidade para formular *lutas* que tragam para o Sindicato

conjuntos de trabalhadores que estão distantes dele.

Para os trabalhadores que se tornam militantes, por sua vez, “entrar na *luta*” envolve participar de reuniões, manifestações e celebrações; envolve aprender uma nova linguagem e relacionar-se com novos mediadores e agências. Envolve estabelecer novos laços de amizade e consolidar em novos termos laços antigos.

“Entrar na *luta*” – a “*luta* dos trabalhadores” – é algo que demanda esforço e tempo, e pode criar dificuldades para enfrentar aquela *luta* que os dirigentes e militantes compartilham com todos os *pobres* – a busca da sobrevivência da família. E pode também levar a uma mudança das formas de organizar as *lutas* nas *comunidades* – pois cada conflito ou questão é visto, agora, pelos dirigentes sindicais que compartilham a condução das mobilizações com as lideranças locais – em relação a um conjunto mais amplo de *lutas* – reconfigurando aquilo que é construído como *comunidade*, pois os novos elementos mudam as relações entre as lideranças e a comunidade – agora também militantes sindicais – e aqueles que participam das mobilizações.

Ao se entrar na *luta*, surgem a cada instante circunstâncias em que passa a ser necessário saber provar, nos termos próprios ao universo sindical e através do domínio dos procedimentos e discursos característicos desse universo, que se é *de luta*, contra acusações de fraqueza na *luta* que podem surgir nas lutas entre aqueles que se reivindicam como estando na *luta*.

## Conclusão

Neste capítulo, procurei acompanhar uma mesma palavra conforme ela se incorpora em diferentes discursos e é usada em diferentes contextos e diferentes gêneros de fala. Nos discursos e contextos abordados, a palavra *luta* adquiriu uma posição de relativo destaque. Ao caracterizar certas experiências vividas como *lutas*, os agentes constroem culturalmente o sentido dessas experiências e também representações sobre a sua própria pessoa, sobre as suas ações, sobre a sua comunidade, e sobre as instituições.

Quando um trabalhador ou trabalhadora, em uma narrativa sobre a sua vida, refere-se às suas atividades cotidianas como *luta*, está caracterizando-se como pessoa merecedora de respeito social, o que se torna particularmente importante em um contexto em que esse respeito se encontra ameaçado. A situação de pobreza e de degradação das condições materiais e simbólicas, cristalizada nos sinais visíveis de miséria e “desorganização” familiar (com relação a um “modelo” socialmente valorizado) – configurando uma situação de grande potencial para desqualificação social – parece ter no contexto pesquisado e em outros contextos semelhantes o efeito de engendrar um discurso insistente sobre o valor da pessoa que vive essa experiência e sobre as causas dessa situação particular, através de narrativas que destacam o esforço cotidiano e de denúncias que apontam para as causas da situação. A reflexão mais abstrata sobre o

sofrimento como dimensão da vida dos *pobres*, independentemente de seu esforço e de seu valor moral, é outro aspecto desse mesmo discurso. Assim, ao falar da sua *luta*, essas pessoas estão remetendo a um universo de representações sobretudo de cunho “moral” e “religioso”, em que sobressaem noções como *sofrimento*, *vergonha*, o *respeito* e a sua falta, *esperança*, *fê*, a figura de *Deus* associada à *justiça* moral (diante das injustiças cotidianas vividas no mundo). Sobressai também a oposição entre *pobres* e *ricos*, e entre *bons* e *maus* ricos.

Algumas condições sociais para o surgimento dessa forma mais enfática desse discurso também são sugeridas pela análise: um certo “desenraizamento”, com a perda de condições de reprodução de padrões econômicos e sociais esperados, a perda de recursos vitais (terra, por exemplo) e a perda de possibilidades de lançar mão de um capital de habilidades e conhecimentos; a falta de condições para melhor se inserir nas situações transformadas (falta de instrução formal, por exemplo); a relativa ausência de recursos legais efetivos e viáveis ao alcance dessa parcela da população; a carência de recursos de bem-estar social distribuídos de maneira relativamente impessoal pelo Estado; a ausência de condições imediatas de mobilização diante das ações dos patrões e seus postos.

Já quando um trabalhador ou trabalhadora que é considerado liderança de sua *comunidade* narra a *luta* dessa *comunidade* pela terra, está em primeiro lugar afirmando a existência de uma *comunidade*, apontando para os seus limites (são da *comunidade* aqueles que participam da *luta*), descrevendo uma situação em que cada membro da *comunidade* e a *comunidade* com um todo são postos à prova, e se caracterizando como liderança nessa situação crítica. As narrativas da *luta* pela terra apontam para um universo de representações em que se destacam noções como o *sofrimento*, a *coragem*, a falta de *respeito* (dos *grileiros*), a *justiça* e os *direitos* (em sua dimensão moral e em seu sentido jurídico), a *união* (da comunidade), e a oposição entre os *lavradores*, *posseiros* ou *trabalhadores*, e os *fazendeiros* ou *grileiros*.

Algumas das condições sociais para a construção desse discurso também são indicadas pela sua análise: a preservação do acesso, concebido como *direito*, os recursos valorizados (terra, principalmente); ações de pressão sobre os camponeses que são percebidas como injustas e descabidas; a presença de redes de solidariedade preexistentes à situação de conflito (parentesco, amizade, vizinhança, pertencimento religioso) que viabilizem o surgimento de mobilizações; recursos para resistir às agressões diretas (conhecimento do terreno, estoques de alimentos, algum tipo de armamento por mais rústico que seja), um mínimo de informações e de respaldo por agências externas à situação de conflito (Estado, Igreja, Sindicatos); a existência de algum arcabouço legal e institucional que contrabalance um pouco o desequilíbrio de forças entre os lados em disputa.

Os dirigentes e militantes sindicais, por sua vez, ao afirmar nas suas narrativas sobre a história do Sindicato ou em sua fala pública que estão na *luta* e ao exortar

os trabalhadores a entrar na *luta*, estão afirmando a existência de uma categoria e se afirmando como lideranças dessa categoria. No universo de representações que surge com esse discurso sobressaem noções como *direitos, união, interesses, poder, reforma agrária, justiça* (agora com um forte componente jurídico, ainda que sem abandonar as ressonâncias morais), *política*, e novamente *sofrimento* (que pode ser em um sentido individual, do dirigente ou militante que *sofre* em função de seu compromisso com a *luta*, ou em um sentido coletivo, da *classe* que *sofre e luta*); bem como a oposição entre *patrões, fazendeiros* ou *o latifúndio*, e os *trabalhadores*. Aparecem ainda categorias que subdividem a categoria geral *trabalhadores*, tais como *pequenos produtores, assalariados e mulheres trabalhadoras rurais*.

Esse conjunto de representações remete a condições sociais tais como comunidades mobilizadas ou mobilizáveis, um núcleo de lideranças reconhecido que passa a se relacionar de modo permanente com mediadores (dirigentes sindicais de abrangência regional, estadual, e nacional, militantes políticos, agentes religiosos, pesquisadores, advogados); um arcabouço legal e institucional que permita a formulação jurídica de determinada ordem de problemas (que passam a ser concebidos como problemas trabalhistas, agrários etc.); um sistema de representações autorizadas pelo Estado que inclui uma categoria (*trabalhadores rurais*) juridicamente concebida; um conjunto de representações sistemáticas sobre o mundo rural e o mundo do trabalho e seus problemas (gerados por instituições como universidades, organizações “não-governamentais” etc.); uma estrutura física, financeira/contábil e organizacional que permita a sustentação de um quadro dirigente e de suas ações; e um “capital de instrução” adquirido pelos trabalhadores que despontam como lideranças.

Esses diferentes discursos e contextos não são separados e estanques. Fazem parte de um mesmo universo social complexo. A palavra *luta* evoca representações associadas a cada um desses contextos e as desloca, trazendo-as para os outros contextos. Há inúmeras possibilidades de “hibridização” desses discursos analiticamente diferenciados, na fala concreta. A fala pública dos dirigentes sindicais é um bom exemplo dessa hibridização, especialmente quando o dirigente “fala bem”.<sup>6</sup> Mas, ao mesmo tempo, há descontinuidades. Quando o dirigente sindical fala sobre a *luta* na qual todos os trabalhadores devem participar, nem sempre encontra ressonância junto àqueles que se concebem como “*lutando para viver*”, ou mesmo entre aqueles que se concebem como “*lutando pela terra*”.<sup>7</sup> Reversamente, nem sempre o discurso que o trabalhador pobre enuncia sobre a sua *luta* encontra ressonância junto ao dirigente sindical, que pode sentir-se na obrigação de exortá-lo a “entrar na *luta*”.

Mas as continuidades também são significativas. *Luta* evoca sofrimento em qualquer desses contextos. Talvez parte da força com que a noção de *luta* se impõe – levando as pessoas a qualificar como *lutas* atividades tão diferentes como cuidar da roça, lavar roupa, dar de comer aos filhos e trabalhar a troco de dinheiro, ou organizar-se para matar gado de fazendeiros e defender-se de pistoleiros, ou ainda promover assembleias, entrar

com ações na justiça e candidatar-se a vereador – esteja relacionada ao caráter central da noção de *sofrimento* nas representações culturais mais abrangentes desse universo. A reflexão sobre o *sofrimento* parece ser aí (aqui) parte importante da reflexão sobre a própria vida social e pessoal.

## Notas

<sup>1</sup> Parte dos dados aqui apresentados foram obtidos no decorrer de uma pesquisa sobre transformações sociais e econômicas no oeste da Bahia, financiada pelo MLAL (Movimento de Leigos para a América Latina, sediado na Itália), coordenada por Gabriel Kraychete, então membro do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social, de Salvador). Na época da pesquisa, foram fundamentais as discussões com Gabriel Kraychete e Paulo César Lisboa Cerqueira (da equipe rural do CEAS). Em trabalho anteriormente publicado em *Antropologia Social – Comunicações do PPGAS 5* (com o título “Falando da luta: observações sobre a noção de luta entre trabalhadores rurais”), abordo esse mesmo tema. O presente trabalho, no entanto, modifica consideravelmente a abordagem e inclui alguns outros dados, sendo portanto mais do que uma nova versão daquele. Agradeço os comentários e críticas de Lígia Sigaud, Beatriz Heredia e Moacir Palmeira a respeito do artigo anterior, que me ajudaram a reformulá-lo.

<sup>2</sup> O’Gorman (1987), Menezes (1992).

<sup>3</sup> Andrade (1997).

<sup>4</sup> A trabalhadora maranhense era liderança do movimento de viúvas de trabalhadores rurais assassinados

<sup>5</sup> Mais adiante, na mesma entrevista, os entrevistados explicam suas críticas dizendo que os antigos dirigentes teriam, a partir de dado momento, passado a fazer acordos na justiça considerados pelos entrevistados como desfavoráveis aos trabalhadores interessados

<sup>6</sup> Ver capítulo 4

<sup>7</sup> É o que parecer ter acontecido no caso das eleições mencionadas na entrevista em Santa Maria.

## REUNINDO

As reuniões de trabalhadores rurais como formas de sociabilidade<sup>1</sup>

Um aspecto marcante de organizações como Sindicatos e Associações de Trabalhadores Rurais e de outras organizações (como o Movimento Sem Terra ou as Comissões Pastorais da Terra), que se multiplicaram no Brasil ao longo das últimas décadas, é a importância que assumem as *reuniões*. Se verificarmos a agenda institucional de alguma dessas organizações ou a agenda pessoal de algum de seus dirigentes e assessores, é bem provável que ela esteja preenchida em grande medida por *reuniões em comunidades*, *reuniões no Sindicato* (ou *na Associação*), *assembléias*, *encontros* ou ainda  *cursos de formação* – atividades classificadas genericamente, nesse mundo social, como *reuniões*. Em algumas circunstâncias, a ação dessas organizações de certo modo e até certo ponto se confunde com a realização das *reuniões*. Há uma expectativa generalizada, nesse meio, de que organizações como Sindicatos e Associações promovam *reuniões* com considerável frequência (ainda que em certos casos possam surgir críticas relativas ao excesso de *reuniões*). A sua não realização, a diminuição do número de *reuniões*, ou a diminuição da frequência às *reuniões* são muitas vezes vistas por dirigentes, assessores e também por trabalhadores “de base”, como sintomas de problemas com o Sindicato, a Associação ou o Movimento.

Este capítulo, baseado em minha dissertação de mestrado (Comerford, 1996), analisa as *reuniões* realizadas no âmbito de organizações de trabalhadores rurais e tem como objetivo mostrar que para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as *reuniões* podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar.

O termo *reunião*, tal como costuma ser usado no universo pesquisado, refere-se a um tipo de encontro convocado por alguma organização formalmente definida – Sindicato, Associação, Movimento –, agrupando um conjunto de pessoas (para dar uma idéia da ordem de grandeza mais comum, digamos de dez a cem) em torno de um *objetivo* previamente definido, contando com uma *pauta* – tanto no sentido de questões a serem discutidas como de uma seqüência de etapas a serem seguidas (nesse segundo sentido, pode também ser chamada de *programação* da reunião) – e uma *coordenação*, que é um grupo responsável pelo andamento dos trabalhos. O local para a sua realização é geralmente “público”, ou seja, ligado a alguma instituição (sede do Sindicato ou associação, salão paroquial), mas costuma ser relativamente retirado (se possível, a sala ou salão devem ser em local relativamente “tranquilo”, ou seja, não se privilegia a visibilidade pública do local). A reunião deve necessariamente ter *discussões* e chegar a algum tipo de *conclusão* (*propostas*, *decisões* ou *conclusões*). Faz-se uso tanto da palavra falada (em várias modalidades, desde discursos formais até cantos, orações e piadas) como da escrita, e costuma haver utilização e produção de documentos (*documentos para discussão*, *atas*, *relatórios*). Uma *reunião* pode envolver a presença de todas ou algumas das seguintes categorias de participantes: *dirigentes* ou *lideranças* (trabalhadores rurais com cargos de direção ou com atuação destacada nas suas organizações), *assessores* (pessoas que não são trabalhadores rurais e que trabalham junto a organizações camponesas, muitas vezes agentes de pastoral, advogados, professores, agrônomos), *convidados* (pessoas convidadas pelos organizadores da reunião para falar sobre determinado assunto, que podem ser, por exemplo, padres, autoridades do governo, professores universitários, técnicos de órgãos ligados à agricultura), e os demais *participantes* (participantes “de base”, trabalhadores rurais, em geral predominantemente homens adultos, mas em muitas circunstâncias com participação expressiva de mulheres e de jovens).

Essa caracterização muito geral já é suficiente para distinguir as *reuniões* de outras formas de ação distintas do mundo social dessas organizações, tais como diferentes tipos de *manifestação* (*passeatas*, *romarias da terra*, *caminhadas*, *ocupações de terras*, *ocupações de órgãos públicos* etc) – que também têm um caráter coletivo, mas são marcados pela grande visibilidade pública e não envolvem *discussões*; *visitas* às casas de trabalhadores (ou seja, nesse contexto, visitas de dirigentes, assessores, militantes, tendo como uma de suas finalidades *conversar* sobre assuntos ligados ao Sindicato, Associação etc) – que não possuem um caráter coletivo, acontecem em um espaço “privado”, são mais “informais”, não têm *pauta* ou *coordenação*; *atendimento* individual a trabalhadores (na sede da Associação ou do Sindicato, por funcionários ou dirigentes da organização) – que se caracteriza como ação indivi-dualizada, e que em geral envolve documentos escritos como formulários, guias etc. Essa caracterização mostra também que as *reuniões* se distinguem de outros gêneros de interação coletiva relativamente “não cotidianos”, que não são distintivos do mundo das organizações camponesas, mas que

também são conhecidos do público desse tipo de organização, tais como as cerimônias religiosas – *procissões*, *missas* ou *cultos*<sup>2</sup>; os *comícios* políticos; as *festas* municipais ou de bairro; as *festas* domésticas (aniversários, por exemplo). As *reuniões* se distinguem, por fim, de formas de interação e sociabilidade mais “informais” e cotidianas, como as *brincadeiras*, as *conversas*, as *visitas* a amigos, vizinhos e parentes etc.<sup>3</sup>

As *reuniões* aqui abordadas são muitas vezes pensadas explicitamente, sobretudo por assessores e dirigentes (que as promovem), como um momento fundamental de *participação*, de *democracia* e de *organização*, uma oportunidade para que *todos falem abertamente o que pensam*, um espaço para *tomar decisões* coletivamente, pelo consenso ou pelo voto, um espaço para tornar públicos os problemas e dilemas da organização ou de seus membros, e ainda um espaço para *aprendizado* e para *conscientização* através da discussão participativa, reflexiva e livre. Tudo isso deve se dar fundamentalmente através das *discussões*, nas quais cada participante individualmente tem, a princípio e em função de sua qualidade de *trabalhador rural* e membro da organização que promove o evento, direito à palavra, possibilidade de externar suas opiniões, dúvidas e propostas. As *discussões*, nessa visão, devem ser adequadamente registradas, para que possam ser reapropriadas em outros contextos da própria organização, de modo a dar origem a um processo de *discussão* mais amplo e contínuo, que permita uma relativa continuidade entre discussões feitas “na base” até as instâncias mais “altas” das organizações. As *reuniões* aparecem nessa concepção ou modelo como fundamentais para o caráter democrático, igualitário e participativo da organização.

A importância que é dada às *reuniões* e o caráter quase “obrigatório” que elas assumem no contexto das organizações de trabalhadores rurais não impedem, porém, que haja reclamações freqüentes a respeito da ineficácia das mesmas, tanto por parte daqueles que as organizam como daqueles que apenas as freqüentam. Os organizadores costumam reclamar que nas *reuniões* os objetivos propostos não são alcançados, não se aprofundam as discussões, nada se decide, não se *fecha* nada, que as decisões tomadas nas *reuniões* não são seguidas, que os resultados de uma *reunião* são esquecidos na *reunião* seguinte, que certas *reuniões* só servem para marcar outras *reuniões*, que as pessoas *não falam* nas reuniões e depois ficam *falando por fora*, e sobretudo que as pessoas *não participam* – não comparecem, e quando comparecem, permanecem caladas. Trabalhadores “de base” dessas organizações, além de compartilharem críticas como essas, muitas vezes reclamam que *reuniões* são *perda de tempo*, que são *só conversa*, que há muito *bate-boca*, que as pessoas *voltam em questões já resolvidas*, que as reuniões *não resolvem nada*. Paradoxalmente, porém, às vezes os mesmos dirigentes, assessores, ou trabalhadores que reclamam da ineficácia das *reuniões* podem em outros momentos também reclamar da falta de *reuniões* e considerar negativa a diminuição de sua freqüência.

Mas se por um lado são comuns essas avaliações da ineficácia das *reuniões*, por outro lado elas são muitas vezes valorizadas em função de aspectos talvez um pouco

surpreendentes, pois se trata de aspectos que não estão relacionados com as *discussões* – geralmente concebidas (ao menos na concepção “democrática-igualitária-participativa” enfatizada por dirigentes e assessores, mencionada mais acima) como o cerne das reuniões. É comum ouvir trabalhadores que participam desse tipo de evento observarem que *reuniões* são um momento de encontro com os amigos, uma oportunidade de conhecer pessoas, de sair da rotina e conhecer novos lugares (quando envolvem deslocamento). Outra evidência da valorização de aspectos aparentemente “secundários” são as *avaliações*. Em muitas dessas *reuniões*, especialmente em encontros e cursos mais prolongados, costuma haver um momento, mais para o final do evento, de *avaliação*. Nessa avaliação, freqüentemente realizada como um levantamento de *pontos positivos* e *pontos negativos*, é muito comum que sejam colocados em destaque sobretudo certos aspectos que talvez possam ser qualificados como “festivos”, como a alimentação, o lazer e a *animação* (futebol, forró, música, dramatizações), e ainda as condições de alojamento, e que sejam enfatizados os agradecimentos (em particular, ao pessoal responsável pela infra-estrutura da reunião e às cozinheiras). As avaliações sobre os conteúdos das discussões e sobre o cumprimento ou não dos objetivos previamente estabelecidos da *reunião*, geralmente levantadas apenas ou principalmente por assessores e dirigentes, muitas vezes ficam em segundo plano.

Foram essas angústias e problemas vividos pelos que promovem e participam das *reuniões* – em especial as dificuldades percebidas por aqueles que promovem as reuniões concebendo-as como eventos fundamentalmente igualitários, participativos, democráticos e pragmáticos (no sentido de voltados para “resolver problemas”) – bem como as diferenças de ponto de vista na avaliação das *reuniões*, com variações aparentemente importantes na hierarquia de valores atribuídos às diferentes etapas e procedimentos, que serviram como pontos de partida para se tomar as *reuniões* em si mesmas como objeto e pensar as múltiplas dimensões que elas assumem e as múltiplas expectativas e concepções a elas associadas. Foi, portanto, a constatação de aspectos que aparecem como inconsistências quando pensados a partir de concepções “democrático-participativo-igualitárias” que me permitiu perguntar: quais as diferentes expectativas que os diferentes participantes trazem para essas *reuniões* e que orientam a sua participação nesses eventos? Quais as diferentes concepções de organização e participação em jogo? Por outro lado, tomar as *reuniões* como objeto me permitia também perguntar: quais são os elementos componentes de uma *reunião* e as “regras” explícitas ou práticas que os relacionam? Em que planos as *reuniões* têm efeitos, para além dos resultados “oficialmente” esperados? Qual a relação da dinâmica das *reuniões* com as disputas pelo poder nas organizações?

Para responder a essas questões, foi realizada uma observação detalhada de várias *reuniões*, buscando um “estranhamento” em relação a esses procedimentos que me pareciam demasiadamente familiares. As observações em que esse capítulo está baseado foram feitas de forma sistemática em uma Associação de um assentamento rural no

Estado do Rio de Janeiro (que chamarei aqui de Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Bernardo), acompanhando as *assembléias* ou *reuniões* semanais, algumas *reuniões do Conselho Fiscal*, e outras *reuniões* eventuais (cursos, encontro regional de assentados) ao longo de cerca de dez meses. Acompanhei também algumas *reuniões* do Sindicato de Trabalhadores Rurais do mesmo município, e de uma Associação em um assentamento de outro município próximo, bem como uma reunião (*Encontro*) estadual do Movimento Sem Terra. Além disso, lancei mão de observações realizadas de maneira menos sistemática, em outras circunstâncias que não uma pesquisa sobre esse tema, em um número considerável de *reuniões* das quais participei, promovidas por Sindicatos e Associações de Trabalhadores Rurais na Bahia e em Minas Gerais, e também de registros escritos dos mais diversos tipos: depoimentos de dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores rurais de diversas regiões do país, “manuais” de “como fazer reunião” ou de “dinâmica de grupo” usados nesse contexto, cartilhas de reunião de Comunidades Eclesiais de Base (que em algumas regiões foram um importante espaço de formação de dirigentes e lideranças dos Sindicatos e Associações), relatórios e atas de reuniões sindicais, análises sobre movimentos e organizações de trabalhadores rurais etc. Quanto a essas últimas, é interessante observar que, apesar das *reuniões* serem mencionadas com certa frequência (pois é através delas que são tomadas decisões, iniciadas mobilizações, feitos trabalhos de “conscientização” que darão origem ao Sindicato ou Associação etc), elas permanecem como um não-objeto e aparentemente são tomadas como um procedimento “natural”. Mas vários depoimentos e observações de dirigentes e trabalhadores apontam justamente no sentido da “não naturalidade” dessa forma de interação. Um dirigente sindical de Minas Gerais, por exemplo, em conversa com o pesquisador, lembrou como “no começo”, o trabalho com o sindicato era mais difícil, pois eles não sabiam muitas coisas, “nem como fazer reunião”. Não sabiam como arrumar as cadeiras, como fazer uma ata, nem mesmo “como falar”. Com o tempo, essas coisas se tornaram quase automáticas.

### As reuniões

Em termos gerais, uma reunião do tipo aqui enfocado tem início com uma *abertura*, quando os participantes dispersos se reúnem no recinto a ser usado para a *reunião*, ao chamado de membros da coordenação. É comum que na abertura haja orações e/ou canções. Os membros da *coordenação* falam dando boas-vindas aos participantes e explicando a finalidade e a importância da *reunião*, bem como apresentando a *programação* e a *pauta*. Geralmente, nesses momentos iniciais também é feita uma *apresentação* dos participantes.

A seguir, dependendo da *pauta*, a *reunião* pode ter explicações ou *discursos* por parte de pessoas previamente designadas (ou pessoas em relação às quais há uma

expectativa de que falem), a respeito de temas relacionados à finalidade específica da *reunião*, ou mais genericamente sobre a organização que a promove, sua importância etc.

Se a *reunião* for breve, passa-se logo a um momento de *informes*, a respeito de questões relacionadas com a organização que a convocou, e às discussões a respeito dos temas estabelecidos na *pauta*, que podem incluir desde questões “administrativas” até discussões mais abstratas sobre a sociedade, a economia e a política. Os momentos de *discussão* são frequentemente concebidos como aqueles em que todos podem e devem *participar*, falando, colocando suas dúvidas, opinando, discordando ou concordando, de modo que as decisões tomadas sejam representativas da opinião dos participantes e/ou que as discussões feitas sejam bem compreendidas por todos em todas as suas implicações.

Se for uma reunião relativamente longa, pode haver intervalos para lanches e refeições, que são também momentos de muitas conversas informais entre os participantes. Nas reuniões mais prolongadas, é comum também que parte das discussões dos temas em pauta seja feita através de *trabalhos em grupo*, concebidos geralmente como uma maneira de aumentar a *participação*, após os quais há um momento de apresentação dos resultados das *discussões* nos *grupos* para a *plenária*, ou seja, para o conjunto dos participantes, de modo a estabelecer decisões ou discussões comuns ao conjunto dos participantes.

É comum, ademais, que haja momentos em que membros da coordenação se encarregam de propor jogos ou *dinâmicas* de grupo das mais variadas (como, por exemplo, *dramatizações*), que geralmente são também concebidas como mecanismos para aumentar o entrosamento ou a *animação* e conseqüentemente facilitar a *participação*.

Ao longo da *reunião*, membros da *coordenação* se encarregam de anotar resultados das *discussões*, e essas anotações (que podem ser feitas no papel, em cartolinas ou em um quadro negro) podem ser usadas em outras etapas da mesma *reunião* e/ou dar origem a um *relatório*.

Mais para o final, os membros da *coordenação* procuram fazer com que as discussões *fechem*, ou seja, que surjam os resultados esperados, tais como *decisões* tomadas pelo grupo, *tarefas* a serem distribuídas, ou resultados de *reflexões* a respeito dos temas definidos na pauta. Esse processo de *fechar* e tomar *decisões* pode ou não envolver *votações*.

Na parte final, é comum ter um tempo delimitado para *avaliação* da própria *reunião*. O encerramento pode ser mais ou menos sumário, ocorrendo assim que a *coordenação* considera e que os objetivos foram alcançados, ou pode envolver alguns *discursos*, cantos e orações finais.

A organização espacial dos participantes da *reunião* e a montagem de seu “cenário” são relativamente simples, porém significativas. A variável organizadora básica nesse aspecto é o grau de distanciamento e separação entre o lugar onde ficam a coordenação e as pessoas de destaque (como os convidados) – que é a *mesa* – e os demais participantes.

No tipo de *reunião* aqui focado, tende a ser privilegiado (na maioria das etapas) o arranjo das cadeiras em círculo, no qual a distância entre *mesa* e participantes tende a zero, com os membros da coordenação e pessoas de destaque sentando-se misturados aos outros participantes, numa espécie de dissolução da *mesa*. Esse arranjo possibilita em tese igual visibilidade/audibilidade a todos os participantes, pois de acordo com concepções igualitárias e participativas todos podem e devem falar, não apenas os coordenadores e pessoas de destaque. Neste sentido, o próprio arranjo espacial simboliza os ideais igualitários e democráticos da organização que promove a *reunião*.

No outro extremo, há *reuniões* (ou momentos dentro de *reuniões*) que se organizam em um espaço claramente hierarquizado, com uma *mesa* bem destacada onde se sentam os *coordenadores*, *dirigentes* da organização e *convidados* (muitas vezes com a cadeira central da *mesa* ocupada pelo dirigente máximo da organização), diante da qual se sucedem linhas de cadeiras ou bancos, todos voltados para a frente do salão; em algumas *reuniões*, esse tom solene e formal é reforçado pela decoração (arranjos de flores na parte frontal da mesa, com faixa do evento ou bandeira da organização, por exemplo). Nesse tipo de ordenação, as pessoas que queiram falar e que não se encontram na mesa geralmente têm que levantar e caminhar até a frente do salão para falar, numa espécie de momentânea incorporação à *mesa* (o que certamente é constrangedor para os que apresentam menos desenvoltura naquele contexto, ou seja, todos os que têm motivos para acreditar que a *mesa* não é seu lugar).

Evidentemente, há muitas combinações entre esses arranjos extremos, desde modificações da disposição espacial ao longo das reuniões (é comum uma *abertura* ordenada de forma mais “hierarquizada”, com arranjo das cadeiras em linha e com uma *mesa*, e *discussões* com arranjo em círculo) ou então arranjos ambíguos, com parte das cadeiras em linha e parte em círculo, mas com um ponto focal, como acontecia nas assembleias que presenciei na Associação de São Bernardo.<sup>4</sup>

### A pauta

A seqüência dos procedimentos ao longo do tempo bem como das questões a serem discutidas é definida pela *pauta*, que em geral é montada antes do início da reunião, sendo submetida às vezes à aprovação dos participantes logo no início da *reunião*.<sup>5</sup> A pauta tem um duplo aspecto: ela define a ordem e a duração dos procedimentos (*programação*) – algo especialmente importante quando se trata de uma *reunião* longa, com um dia ou mais de duração – e define quais as *questões* que podem e devem ser discutidas; desse modo, ela orienta tanto a forma quanto o conteúdo da *reunião*.

Quanto à forma, a *pauta* (ou *programação*) vai definir algumas variáveis importantes. Ela estabelece uma certa dosagem entre momentos de concentração e dispersão. É importante que não haja excessiva dispersão, pois a *reunião* acabaria sendo vista como algo pouco marcante e pouco significativo em termos coletivos – na verdade,

uma *reunião* excessivamente dispersiva mal chega a ser considerada uma reunião, pois a própria definição de reunião está associada ao pólo da concentração.<sup>6</sup> Mas ao mesmo tempo a pauta não deve frustrar a expectativa dos participantes de que haja alguns momentos de dispersão, que têm um papel fundamental para todos (em *reuniões* curtas como as assembleias da Associação de São Bernardo, os momentos de dispersão ficam “fora” dos limites da *reunião* propriamente dita, ou seja, antes da *abertura* e depois do *encerramento*, mas nem por isso deixam de ser encontros ocasionados pela *reunião* e neste sentido, fazem parte dela). São esses momentos que permitem encontrar amigos e fazer novos amigos, ter notícias de parentes e amigos, resolver questões do dia a dia, atualizar informações. Para os participantes “de base”, podem também ser oportunidades para falar pessoalmente (ao “pé do ouvido”) com autoridades (inclusive, em certos casos, os próprios dirigentes da organização) que eles não encontram com facilidade no cotidiano (pois muitas vezes se trata de trabalhadores que moram em locais distantes, de acesso relativamente difícil) e tentar “resolver problemas” individuais ou da comunidade. Para as “autoridades”, dirigentes, técnicos, lideranças, assessores, são momentos de encontrar pessoas “das comunidades”, atualizar informações, e muitas vezes estabelecer contatos que não seriam facilmente estabelecidos em outras circunstâncias, abrindo portas que poderão ser importantes para que o Sindicato, a ONG, ou o órgão governamental possa “entrar” nessas comunidades. Ou seja, são momentos fundamentais no sentido de estabelecer, atualizar e consolidar laços que compõem as redes de sociabilidade que atravessam as organizações formalmente estabelecidas e que são fundamentais para a sua existência “de fato”.

Além de dosar a concentração e a dispersão, a *pauta* pode prever também alguns momentos de concentração especialmente marcantes, como os *discursos* de pessoas consideradas importantes ou *discussões* de temas considerados polêmicos, ou ainda momentos que conjugam por exemplo *cantos*, *orações* e *discursos*; esses momentos especiais de concentração constituem uma espécie de “clímax”.

Sob outro ângulo, a pauta dosa os aspectos “solenes” (*discursos*, *orações*), “festivos” (*refeições*, *bailes*, *farró*, *futebol*, *brincadeiras*, encontros informais), e “participativos” (*discussões*, *trabalhos em grupo*), estabelecendo entre esses diferentes aspectos um “ponto de equilíbrio” que é próprio de cada reunião e do “estilo” de cada organização.

n

A partir da observação de um grande número de *reuniões*, os diferentes momentos ou etapas que as compõem podem ser classificados e descritos, do ponto de vista formal, da seguinte maneira:

- Momentos em que os participantes se engajam igualmente em atividades coletivas, como *oração* ou *cantos*. Para que haja um engajamento coletivo (que se reflete na intensidade das vozes e na coordenação dos movimentos), é necessário ter *orações*

e *canções* conhecidas e com carga emocional, além de alguém (da *coordenação*) que “puxe”, mas que não se destaque a ponto de descaracterizar o caráter coletivo do procedimento em questão. Essas etapas podem implicar uma movimentação do conjunto dos participantes, como levantar-se juntos ou bater palmas no mesmo ritmo. As *canções* costumam ser “canções da luta”, com letras que se referem por exemplo à luta pela terra e pela reforma agrária, à vida difícil do trabalhador rural, à busca de um mundo mais justo etc. Um exemplo de oração é o Pai-Nosso que constitui invariavelmente a abertura das assembléias da Associação de São Bernardo, e é um momento solene por excelência. Um exemplo da importância das canções foi visto num encontro regional realizado pelo Movimento Sem Terra (MST) no assentamento de São Bernardo, em que um dos coordenadores, que era dirigente nacional do MST, assumiu o papel de puxador de músicas, tocando ao violão e cantando a cada intervalo músicas produzidas por militantes do MST (inclusive o hino do Movimento), e procurando fazer com que o público levantasse e cantasse junto (inclusive, em certos momentos, acompanhando a canção com gestos como o punho cerrado).

- Momentos em que pessoas previamente designadas falam diante dos outros participantes, como nos discursos de *abertura* ou *encerramento*, nas *explicações*, *análises de conjuntura* etc. São geralmente dirigentes, convidados, assessores, pessoas em torno das quais há uma expectativa geral, ainda que implícita, de que sejam colocadas em destaque. Essa colocação em destaque costuma se dar também do ponto de vista do espaço, com a pessoa que vai falar sendo chamada para a frente do salão, muitas vezes em um lugar especial (na *mesa* ou em pé diante do público). Ou seja, há uma “reserva” de tempo e de espaço para que essas pessoas façam uma apresentação. Mas o sucesso nessa etapa depende também de fatores como o prestígio prévio de quem se apresenta, a importância de seu cargo, a importância conferida à apresentação pela coordenação do evento, e a habilidade da pessoa em *falar bem* ou *falar bonito*, de modo a prender a atenção do público.<sup>7</sup> Os discursos realizados nesses momentos podem abordar os mais variados temas, mas há uma tendência de destacar temas como a *união*, a *luta* coletiva, o significado das dificuldades enfrentadas, os inimigos a serem enfrentados pela coletividade que se reúne etc.<sup>8</sup>

- Momentos em que pessoas voluntariamente fazem uma fala individual diante do público, sem que tenham sido previamente designadas, e sem que haja uma expectativa de que falem, e sem que necessariamente se trate de pessoas que ocupam cargos ou tenham grande prestígio no âmbito da organização. Isso pode acontecer nos *informes*, quando todos que têm alguma informação que querem tornar pública podem falar. Mas como os *informes* são temas de interesse da organização, geralmente quem tem mais informes para dar são aqueles que têm atuação mais destacada na organização, como os dirigentes e assessores. Um outro caso em que acontecem essas falas individuais não programadas são certas falas de trabalhadores que não são dirigentes, e que normalmente não se destacam nas reuniões, falas de “denúncia” ou “desabafo”.<sup>9</sup> Não

há um “nome” específico para designar esse tipo de intervenção, que, ao contrário dos *informes*, constituem sempre, do ponto de vista da coordenação, uma “saída de pauta”. Para quem se apresenta, trata-se de um importante momento de apresentar publicamente um drama pessoal e a sua *luta*<sup>10</sup> diante das “autoridades” e de todos os presentes. Essas falas “fora de pauta” geralmente não são registradas em detalhe pelos *relatores* e tendem a não ser muito levadas em conta pela *coordenação*, justamente por se encontrarem “fora de pauta” e em uma linguagem distante da linguagem “oficial” da *reunião*, usada nos relatórios.<sup>11</sup>

- Etapas que se caracterizam pela fala ordenada de cada participante diante dos demais, com o foco se revezando de modo a induzir todos a falarem. Isso acontece na *apresentação* e, em certos casos, na *avaliação*. As falas costumam ser bastante “formais”. Na *apresentação*, é comum os trabalhadores (especialmente os “da base”) se apresentarem com o nome completo (com sobrenome, algo bastante formal), o local de origem, e (quando for o caso) o cargo que ocupam no Sindicato ou Associação. Eventualmente pode se pedir que digam algo a respeito de suas expectativas diante da *reunião* (normalmente bastante formal também).<sup>12</sup> Nas *avaliações*, conforme já se mencionou, é comum a ênfase sobre aspectos “festivos” e “solenes”, e são comuns os agradecimentos formais aos “anfitriões” e “organizadores” do evento.

- Etapas de *discussão*, talvez as mais características das *reuniões*, ou seja, aquelas que não podem faltar. Podem ser descritas como momentos em que os participantes explicitam seus pontos de vista, num diálogo geralmente de caráter polêmico, por vezes abertamente conflitivo. Esse diálogo se dá diante do público que o acompanha atentamente e produz um certo nível de “ruído” (comentários baixos, observações pontuais, “zum-zum-zum”). Não há uma definição prévia de quem deve falar – a fala é voluntária e, a princípio, aberta a todos. Mas em geral poucas pessoas falam, e em geral são sempre os mesmos que mais falam nas várias reuniões de uma dada organização. As pessoas que falam não estão necessariamente agrupadas em algum lugar especial (como a *mesa*), podendo estar dispersas. Eles ou elas não são necessariamente membros da *coordenação*, não necessariamente ocupam cargos na organização, e não necessariamente são pessoas de grande prestígio no âmbito da organização – ainda que haja sempre a expectativa de que pessoas com esses atributos falem, e que em geral essas pessoas de fato falem mais. Mas mesmo pessoas que não têm nenhum desses atributos podem eventualmente intervir com sucesso e passar a se destacar, ainda que isso pareça ser pouco frequente. A capacidade de *falar bem* ou *falar bonito* é, nessas etapas, um trunfo, e redundante em uma maior atenção por parte do público, mas não é propriamente um “pré-requisito”, pois uma pessoa que não saiba *falar bem* pode eventualmente fazer uma intervenção bem-sucedida. Ademais, a capacidade de prender a atenção do “público” é um efeito do conjunto das intervenções e do grau de polêmica dessas intervenções, e não apenas da fala de uma pessoa (como nos discursos mais formais na abertura e encerramento). O grau de interesse do público pelo assunto em

discussão também tem seu peso. Além das regras explícitas que costumam ser aí acionadas, como a inscrição para falar junto à mesa coordenadora, o tempo de fala, e falar “só sobre o que está em pauta”, há também uma certa “etiqueta” que deve ser seguida, de modo que, por exemplo, as agressões pessoais explícitas são mal vistas. Essas regras e essa etiqueta colocam os parâmetros para que o “tom” geralmente agonístico dessas interlocuções não “saia do controle”. Simultaneamente com a dimensão “falada” das discussões, essas são as etapas priorizadas pelos membros da coordenação para anotações escritas. Os temas abordados nos momentos de *discussão* variam muito conforme as circunstâncias. Mas sempre que uma questão é trazida com sucesso para *discussão* em uma *reunião*, ela torna-se uma questão “coletiva”, um tema da organização.

- Momentos em que há uma subdivisão coordenada em grupos formados aleatoriamente ou de acordo com algum critério considerado pertinente (como local de origem, *frente de luta* etc) – são os *trabalhos em grupo*. Esses *trabalhos em grupo* são inseridos normalmente entre dois momentos de *plenária*: uma explanação ou apresentação que deve explicar e subsidiar o que deve ser *discutido no grupo*; e uma *apresentação* (orientada pela *coordenação*) dos resultados da discussão de cada grupo para o conjunto dos participantes, por um representante do grupo, às vezes com uso de cartazes ou do quadro negro. Cada *grupo* conta geralmente com a participação de algum membro da *coordenação*, e normalmente designa-se um coordenador e um relator do grupo. Com isso, as discussões feitas nos *trabalhos em grupo* também são anotadas e, de modo semelhante ao que ocorre nas *discussões* em plenário, tende a haver uma descontextualização e uma adaptação às categorias que orientam o discurso mais geral da organização. Nos *trabalhos em grupo*, não é incomum que ocorram também os “desabaços” e “denúncias”, mencionados mais acima, e que são exemplos de “saída de pauta”.

- Momentos de *lazer* coordenado (jogo de futebol, baile, concursos ou apresentações de música ou poesia). Um tipo específico de *lazer* coordenado são as chamadas *dinâmicas de trabalho em grupo*, que são como “jogos” sistematizados, com regras, por vezes com um aspecto de humor, em que os participantes participam e/ou aos quais assistem. A qualificação das *dinâmicas* como *lazer* não é sempre clara, pois muitas vezes são realizadas pela coordenação com objetivos específicos e “de trabalho”, como aumentar o entrosamento dos participantes (de modo a facilitar a participação nas discussões) ou com finalidades pedagógicas, apesar da sua evidente dimensão lúdica.

- Momentos em que os participantes estão dispersos (ou agrupados de maneira espontânea), como os que antecedem imediatamente o início da reunião ou sucedem imediatamente o seu final ou os momentos de *intervalo* (inclusive os períodos da noite, em reuniões que duram mais de um dia). Nesses momentos, que também podem ser vistos como momentos de *lazer*, imperam as formas mais “espontâneas” de sociabilidade, com muitas *conversas* e *brincadeiras*.<sup>13</sup> Quando há tempo suficiente, podem ser feitos passeios pela localidade onde está sendo realizada a reunião ou podem ser

freqüentados os locais de lazer do próprio lugar (bares, praças, bailes etc).

- *Refeições*, em que os participantes recebem alimentos arranjados e preparados pelos organizadores do evento. A compra dos alimentos geralmente fica a cargo da coordenação, e o seu preparo costuma estar a cargo de cozinheiras contratadas pela coordenação. Mas há casos em que os participantes trazem contribuições em alimentos.<sup>14</sup> As cozinheiras geralmente também costumam lavar as louças, mas em alguns casos os participantes devem levar as louças até a cozinha ou até mesmo se encarregar de lavá-las (através de alguma forma de divisão de equipes de trabalho), ainda que isso pareça ser menos usual.<sup>15</sup> Os momentos de refeição são também momentos de “descontração”, com muitas *conversas* informais (que no momento das refeições podem ser um pouco mais longas) e *brincadeiras*. Em eventos maiores, podem ser também o momento para reuniões “parciais” de grupos específicos e de atividades “paralelas”.

- Etapas “pós-reunião” – avaliações da *reunião a posteriori* pelos organizadores, geralmente mais formal, e pelos demais participantes, informalmente em *conversas* no dia a dia, e elaboração de documentos escritos (*relatórios*, *atas*) por membros da *coordenação*, documentos que vão circular em determinados espaços (como as instâncias do movimento sindical ou do MST) e gerar novas interpretações e efeitos a partir das *reuniões*, ou que vão permanecer como uma espécie de “comprovação” ou registro oficial, cuja simples existência pode ser invocada em determinadas circunstâncias (como ocorre, por exemplo, com as *atas* de assembleias). Como as *reuniões* formam cadeias, as etapas “pós-reunião” são também etapas “pré-reunião”, ou seja, são também a preparação para as próximas *reuniões*.<sup>16</sup>

Cada um desses momentos ou etapas se relacionam entre si formando o todo maior que é a *reunião*, cuja lógica, nesse plano, é justamente a de conjugar esses elementos de diferentes maneiras e em diferentes “dosagens” de acordo com as circunstâncias e de acordo com a “tradição” de cada organização e localidade. Evidentemente, muitas *reuniões* não contam com todos esses diferentes momentos, podendo chegar a ser bastante simples e sumárias. Mas qualquer *reunião* conta no mínimo com uma abertura (que pode ser uma simples fala de um coordenador), uma *discussão* (pois se não houver um momento assim caracterizado ou designado, por menor que seja, não se trata de uma *reunião*) e um encerramento (que também pode ser resumir a uma fala simples e direta de um coordenador).<sup>17</sup> Por outro lado, há *reuniões* prolongadas, de vários dias, que contam com todas ou quase todas essas etapas, repetidas mais de uma vez ao longo dos dias (todo dia pode ter, por exemplo, uma espécie de abertura e uma espécie de encerramento, toda noite pode ter um momento de *lazer* coordenado, e assim por diante).

Do ponto de vista do conteúdo, a *pauta* é que define as *questões* que serão objeto de explanação ou de *discussão*, e até certo ponto delimita os termos em que a questão será colocada. A elaboração da *pauta* é também uma delimitação negociada da esfera de ação e de autoridade da organização em contraste com a esfera de ação e autoridade

das famílias, por um lado, e das agências do Estado, organizações de apoio e da Igreja, por outro. Assim, as discussões na Associação de São Bernardo, por exemplo, versam sobre questões que dizem respeito principalmente à gestão do patrimônio da Associação (bois de tração, pasto coletivo, trator, caminhão, ônibus que funciona como “sacolão” volante), condições da comercialização conjunta de produtos, reivindicações coletivas por serviços do Estado (seja do governo estadual, seja do município) e negociações coletivas com políticos em época de eleição. Isso é fruto de um longo processo de delimitação de autoridade – particular a cada organização.

A produção dos pontos de pauta é uma negociação constante neste sentido. Longe de ser um mero agrupamento de problemas que existem naturalmente, trata-se de “criar” certas questões como problemas, e ao mesmo tempo situar os limites da ação do Sindicato, da Associação, do Movimento. Geralmente, a decisão a respeito dos pontos a serem incluídos na *pauta* é anterior ao início da reunião, e parece haver uma tendência a deixar essa definição a cargo dos dirigentes e assessores. Mas ainda que as categorias usadas para definir a *pauta* venham a ser as “oficiais” da organização, ou seja, aquelas que fazem parte do discurso que, naquele momento, predomina entre os dirigentes e assessores, as discussões podem abrir espaço para novas categorias ou novos usos de categorias, levando os temas em pauta a assumir novos contornos. O peso relativo previsto para os diferentes pontos de pauta também pode mudar no decorrer da reunião, com pontos que a coordenação esperava secundários ou irrelevantes ocupando um tempo bastante longo.

### A coordenação

Os participantes de uma reunião podem ser diferenciados entre aqueles que têm a atribuição de *coordenar* a reunião e os que não têm essa atribuição. Essa subdivisão é representada em termos espaciais através da noção de *mesa*, que é o espaço próprio da *coordenação*, em contraste com o *plenário*, que é o espaço dos participantes ou do público da *reunião*, espaço sobre o qual a *coordenação* exerce um controle apenas relativo. Nem sempre, porém, a *mesa* e o *plenário* são montados como espaços separados, especialmente nas reuniões concebidas como igualitárias, onde o arranjo em círculo tende, como já foi observado, a reduzir a visibilidade da *mesa*, como que buscando sua dissolução. A *coordenação* da *reunião* pode ser exercida por um grupo de pessoas que se revezam ou que estabelecem uma certa divisão de trabalho ou por uma única pessoa.

A *coordenação* tem antes de mais nada a atribuição de fazer com que seja seguida a *programação* e/ou *pauta*. Para isso, lança mão de uma série de mecanismos, tais como: controle das etapas (iniciando-as e encerrando-as, além de comentar seu sentido e explicar as “regras” válidas para cada etapa), disciplinamento (controle do tempo de fala, do grau de ruído do público, da ordem da fala, da pertinência daquilo que é falado em termos das questões em pauta), *animação* (aumentar o entusiasmo coletivo nos

momentos de canto, oração e dinâmica de grupo, e favorecer o “entrosamento”, em tese para facilitar a participação de todos), ordenação espacial (orientar a distribuição dos participantes no espaço e a montagem do “cenário”, com a colocação de decorações, cartazes, cartolinas com anotações dos resultados das discussões, etc), relatoria (anotar esquematicamente aquilo que é apresentado e discutido, bem como todas as resoluções, decisões, conclusões, tarefas a serem realizadas e questões a serem discutidas em outras ocasiões; elaborar documentos que representam o resultado oficial das reuniões, como relatórios e atas) e ainda infra estrutura (alojamento, limpeza, alimentação, materiais para uso ao longo da reunião como papel, canetas, quadro-negro etc). A *coordenação*, através do exercício dessas suas várias atribuições, efetivamente dá forma à *reunião* e pode alterar e adaptar essa forma ao longo da mesma.

Mesmo havendo um certo “fundo comum” de mecanismos de *coordenação*, parece ser possível distinguir diferentes “estilos” de *coordenação*, que variam conforme as circunstâncias de cada *reunião* mas também conforme a organização que a promove e suas finalidades. Assim, certo estilo de *coordenação* tende a formatar a *reunião* privilegiando a busca “objetiva” de “resultados concretos”, ou seja, *decisões* coletivas e atribuição de *tarefas* relativas a questões imediatas; outro estilo tende a favorecer mais as *discussões* pelo seu valor intrínseco e/ou “pedagógico” (de *cons-cientização*); ou ainda, outro estilo tende a favorecer o aspecto de “celebração” assumido pela *reunião*, com bastante espaço para *orações*, *cantos*, *reflexões*, *dramatizações* (algumas organizações chamam de *mística* a essa dimensão das *reuniões*). A origem (em termos de formação) dos *coordenadores* e as diretrizes da organização (refletidas nos processos internos de formação de dirigentes e assessores) têm peso no sentido de definir qual estilo deverá ser adotado. Uma reunião em que técnicos (agrônomo, por exemplo) tenham peso na *coordenação*, possivelmente privilegiará o aspecto de “resultados concretos” e “decisões objetivas”, em detrimento da “mística”, o que provavelmente vai implicar uma reunião menos “elaborada”, mais “pobre” em certo sentido, com pouco tempo para discussões menos imediatas e pouca tolerância com relação às “saídas de pauta”. Já uma *reunião* coordenada por um dirigente sindical formado em movimentos de Igreja, provavelmente terá um outro “estilo”, mais voltado para a “mística” e com mais espaço para as *discussões*, tomadas como importantes em si mesmas (talvez pelo seu aspecto de *cons-cientização*), e possivelmente mais tolerância para “saídas de pauta” (que talvez possa ser associada a uma proposta mais “totalizadora” para a organização, no sentido de que qualquer assunto pode vir a interessar a organização e deve ser discutido, e não estritamente o que está pré-definido na pauta).

As atribuições da *coordenação* são objeto de sistematização, através dos vários “manuais” de “como fazer reunião”, e são objeto de transmissão sistemática, por exemplo, em cursos de formação, além de serem absorvidas na prática através da frequência às reuniões.<sup>18</sup> Há regras explícitas que a *coordenação* deve seguir na condução da *reunião*, e há uma espécie de senso adquirido na prática (no sentido daquilo que Bourdieu

(1980) designa de “senso prático”). A *coordenação* tem legitimidade para impor-se aos participantes não apenas nem principalmente em função do prestígio pessoal de seus componentes (ainda que isso sem dúvida ajude) mas sobretudo em função da aceitação das regras de *reunião* (e da definição da situação como uma *reunião*) pelo conjunto dos participantes e da percepção de que os coordenadores respeitam essas regras. Regras bem estabelecidas e uma *pauta* a ser seguida tendem a afastar atritos e disputas de coordenação nas reuniões. Mas quando esses atritos surgem e é colocada em questão a forma de condução da *reunião*, os resultados parecem ser desastrosos do ponto de vista da continuidade (e “felicidade”, no sentido de Austin, 1962) do evento, levando à dispersão e ao esvaziamento (uma reunião “infeliz”).<sup>19</sup> Por outro lado, disputas pelo poder dentro das organizações que promovem as *reuniões* podem redundar em (ou tomar a forma de) disputas pela *coordenação* que envolvem contestações quanto à forma de coordenar o evento, com acusações de manipulação da *reunião* ou de falta de democracia na condução do evento (“coordenar no grito”).

O poder da *coordenação* é de fato significativo. Por um lado, os coordenadores podem mudar o rumo das *discussões* (mesmo sem que essa seja a sua intenção) ao serem mais rígidos com o tempo de fala de certos participantes e menos rígidos com o tempo de outros (inclusive o deles próprios), acionando critérios implícitos de hierarquização dos participantes e da importância de suas respectivas falas, ou ao qualificarem (também com base em critérios relativamente implícitos) uma determinada fala como estando “dentro” ou “fora” da pauta. Podem mostrar maior ou menor grau de rigidez com o tempo destinado a cada discussão ou etapa da *reunião*, alterando as dosagens previstas de concentração e dispersão, ou de aspectos “festivos”, “solenes” e “participativos”. Podem ainda definir rumos na medida em que dão forma sintética às *propostas* a serem discutidas ou votadas, a partir de uma profusão de falas relativamente desconectadas. Sobretudo, ao serem encarregados de *relatar* por escrito as *discussões*, não podem senão transformar sistematicamente aquilo que foi expresso em linguagem oral, fazendo intervir outra modalidade de linguagem e as categorias “oficiais” em que a *discussão* é definida (que são as categorias que também orientam a pauta). Ao serem responsáveis por apreender, resumir e registrar, por escrito e rapidamente, aquilo que foi falado nas *discussões* feitas nos *trabalhos em grupo* e nas *plenárias*, para que esses conteúdos possam ser reapropriados em outros contextos (na *plenária*, no caso de *trabalho em grupo*, *relatórios*, outras *reuniões* e *negociações*, ou em outras instâncias do movimento ou organização, no caso das plenárias), os membros da *coordenação* são também responsáveis por alterações na forma, que têm grande probabilidade de afetar os conteúdos, ou seja, estão parcialmente condenados ao papel de tradutores imperfeitos. Dado o ritmo em que deve ser feita a síntese e o registro das falas, acaba se impondo até certo ponto o uso mais ou menos automático de categorias genéricas e de uso corrente no âmbito da organização, e de esquemas de apreensão e interpretação que têm sua origem na própria formação do agente de *coordenação*, em

detrimento de uma apreensão mais matizada de falas que, especialmente em se tratando de participantes mais afastados do núcleo da organização e menos familiarizados com os discursos “oficiais”, podem estar colocando questões cuja apreensão mais precisa e completa demandaria uma mudança dos termos em que a discussão está formulada.

Finalmente, um outro aspecto da *coordenação* é o fato de que ela se torna, no momento da *reunião*, uma espécie de organizadora do contato entre *autoridades*, *técnicos* e *assessores* que comparecem como “convidados”, e os demais participantes. Um aspecto de seu poder é que, no contexto da *reunião*, são evidenciadas as ligações dos membros da *coordenação* com pessoas e entidades situadas “para fora” e “para cima”, pessoas e entidades que se encontram além do alcance cotidiano dos participantes “de base”. Isso legitima os membros da *coordenação* pessoalmente bem como a organização de que fazem parte.

### As discussões e a “equipe de frente”

As *discussões* são geralmente concebidas como os momentos de *participação* por excelência, em que o maior número possível de participantes (todos aqueles que fazem parte da coletividade que a organização representa, independentemente de distinções de cargo, prestígio, gênero, idade etc) passaria a expor seus argumentos a respeito dos temas em pauta. Por isso mesmo, as *discussões* são consideradas geralmente, pelos organizadores, o momento central e definidor das *reuniões* como procedimentos democráticos, participativos e igualitários. Mas, apesar das intenções e dos esforços dos organizadores das *reuniões*, na prática as *discussões* freqüentemente assumem uma configuração diferente, menos igualitária.

Uma parcela dos participantes, geralmente bastante minoritária, fala bem mais do que a outra parcela, majoritária, que basicamente se limita a assistir e ouvir atenta e respeitosa aqueles que falam mais. Essa “sobreparticipação” pode ser ilustrada. Tomo como exemplo uma assembléia da Associação de São Bernardo, que durou cerca de uma hora e quarenta e cinco minutos e contou com a presença de 40 a 45 pessoas (no “pico” de freqüência). Tomando por base o número de “intervenções”,<sup>20</sup> observa-se que o presidente da Associação, que coordenava a *reunião*, fez cerca de 57 intervenções, o ex-presidente da Associação fez cerca de 31, os convidados de fora (três) fizeram cerca de 28, e quatro outros participantes fizeram cerca de 34 intervenções, sendo que foram apenas 9 (20% dos presentes) as pessoas que fizeram algum tipo de intervenção. Além disso, percebe-se que as falas de seis das nove pessoas que falaram – o presidente, o ex-presidente, os três convidados e mais uma pessoa (o ex-secretário da associação, que é pastor evangélico, e fez colocações no momento de reflexão religiosa existente no início das reuniões) – foram consideravelmente mais longas do que as das outras três pessoas. Excluindo as seis pessoas que mais falaram, as demais falas (entenda-se: as falas em voz alta, dirigidas para o conjunto dos participantes, no recinto da *reunião*,

a partir do início formal da mesma) foram extremamente curtas, geralmente respostas a perguntas feitas pelo coordenador ou pequenos comentários. Ou seja, nessa *reunião*, um número relativamente pequeno de pessoas falou, e portanto esteve em evidência durante a maior parte do tempo, enquanto uma parte relativamente grande dos participantes falou pouco ou nem mesmo chegou a falar. Em outras reuniões que acompanhei, inclusive no âmbito de outras organizações, o padrão foi semelhante: não se trata de algo que tenha caracterizado uma reunião excepcional, mas um padrão estabelecido de participação diferencial. Não só há pessoas que falam bem mais do que outras, como de maneira geral são sempre as mesmas pessoas. Os dirigentes organizam reuniões com a intenção de promover a participação de todos, mas acabam promovendo a visibilidade de alguns.

Chamarei de “equipe de frente” o conjunto das pessoas que falam mais vezes e mais longamente nos momentos de discussão, a ponto de se destacarem, e os demais, que basicamente assistem às falas desses primeiros, de “público”. Esses termos inspiram-se na analogia dramática de Goffman (1975).<sup>21</sup> Trata-se de uma categoria usada aqui para fins analíticos, a partir da observação da prática das reuniões, ao contrário do que ocorre com a *coordenação*, que é uma categoria reconhecida pelos participantes, e muitas vezes formalizada.

Os limites da “equipe de frente” são relativamente fluidos. Os membros da “equipe de frente” não são necessariamente membros da coordenação, dirigentes da organização, ou convidados, e nem mesmo pessoas de grande prestígio. Mas sempre há uma expectativa de que pessoas com esses atributos falem bastante, e pessoas com esses atributos têm geralmente maior desenvoltura para falar em público. Além disso, geralmente as pessoas da coordenação, os dirigentes e as pessoas de maior prestígio têm mais informações relevantes para a discussão e estão mais “por dentro” dos assuntos em discussão, tal como eles se encontram definidos na pauta. Essas pessoas enquadram suas observações “naturalmente” nas categorias usadas na definição das questões em pauta. Tudo isso contribui para que a “equipe de frente” seja formada por essas pessoas. Não é impossível, todavia, que algum participante “de base” também se destaque nas discussões e passe gradativamente a fazer parte da “equipe de frente”. E isso sem dúvida pode vir a ser um primeiro passo no sentido de adquirir alguns dos atributos mencionados, ou seja, aumentar o seu prestígio na organização e eventualmente assumir um cargo de direção. Mas para se alçar com sucesso e de forma mais permanente à “equipe de frente”, é preciso que a “participação” não seja excessivamente esporádica, ou seja, é preciso sempre ter o que dizer a respeito dos temas em discussão (inversamente, quando os membros mais bem estabelecidos da “equipe de frente” não têm o que dizer, a discussão tende a se dissolver). Para fazer parte da “equipe de frente” com sucesso, é preciso saber dizer a coisa certa no momento certo, saber se situar nas polêmicas, saber levar os outros membros da “equipe de frente” a responder a suas colocações de modo a realçar sua contribuição – pois a lógica da participação na “equipe de frente” não é a da participação isolada, mas a do diálogo (geralmente

polêmico) com outros membros da “equipe”.

Se fôssemos usar uma analogia e considerar as *discussões* como um “jogo” em que os membros da “equipe de frente” são os jogadores e o “público” é o conjunto de espectadores, esse “jogo”, cujas “jogadas” seriam as falas, seria pautado pela capacidade de destacar suas próprias posições e desgastar ou ofuscar as alheias de modo a fixar-se mais na memória do público, associar-se ao contexto da reunião e da organização e aumentar o seu prestígio na organização.<sup>22</sup> O destaque das próprias posições guarda relação com o tempo de exposição, ou seja, de fala e visibilidade, de modo que falar bastante é de modo geral positivo (guardados certos limites, pois há um “tempo de fala” imposto pela *coordenação* e um tempo além do qual surge uma avaliação por parte do público de que a pessoa “fala demais” e “não deixa os outros falarem”). Trata-se de um “jogo” que envolve também a capacidade de, ao falar, criar identidade entre o público e quem fala, ou seja, uma competição pelo reconhecimento do público naquele que fala e pela identificação daquele que fala com a organização e seus ideais.

Por outro lado, dar um caráter polêmico às discussões também pode aumentar a tensão e a atenção do público (também dentro de certos limites). Com isso, as “jogadas” (falas) mais provocativas e controversas (ou feitas em tom provocativo apesar de não serem controversas) podem ter maior efeito, ou seja, colocar quem fala em posição de destaque. Mas aumentam também os seus riscos, tanto no sentido da possibilidade de haver uma “resposta a altura” de um outro “jogador”, como no sentido da possibilidade de surgir uma avaliação, por parte do público, de que quem provocou “excedeu os limites” dados pela “etiqueta” do jogo, ou ainda uma avaliação por parte da *coordenação* (que age como uma espécie de juiz) de que as “regras” foram infringidas e a provocação não tem relação com a *pauta*. Uma maneira de obter o mesmo efeito evitando alguns riscos é criticar ardentemente personagens ausentes ou distantes do cotidiano dos presentes, ou fazer críticas genéricas. Os “jogadores”, ainda que o jogo tenha também uma dimensão individual, devem lançar mão de alianças mais temporárias ou mais permanentes, formando subgrupos – cujos contornos certamente guardam relação com fatores que não se resumem à lógica interna das reuniões, remetendo-se aos alinhamentos nas disputas pelo poder na organização, mas que podem ser alterados pelo que acontece nessas discussões. Apesar da dimensão polêmica dos diálogos e do eventual acirramento causado pelas provocações mútuas, as regras e a “etiqueta” das discussões limitam ou “domesticam” os conflitos, especialmente para desqualificar agressões que possam ser interpretadas como de caráter pessoal.

A dimensão polêmica da reunião se depara com limites estreitos de avaliação por parte do tipo de público que frequenta essas reuniões. Trata-se de um público que pode interessar-se por uma polêmica, desde que ela se mantenha dentro de certos limites e não se coloque em termos concebidos como excessivamente *violentos*. Caso contrário, a polêmica, interpretada como conflito e *bate-boca*, pode ocasionar o esvaziamento da reunião. Os “jogadores”, nesse caso, se encontram permanentemente sobre o fio

da navalha. Talvez por isso mesmo, outro fator de prestígio, outra “jogada” muito valorizada, talvez a mais valorizada, seja saber dar um desenlace para as polêmicas através da criação de um *consenso* na discussão. O *consenso* – uma situação que os participantes “sentem” que foi alcançada, mas que a *coordenação* costuma oficializar através de frases como “bom, gente, então chegamos a um consenso...” – é associado inequivocamente à *união*, categoria fundamental na simbologia desse universo social.

De certo modo, a performance dos membros da “equipe de frente” é facilitada porque algumas das falas mais destacadas feitas nas *discussões* (e mesmo nos discursos realizados em momentos como aberturas e encerramentos) já foram faladas antes, em conversas do dia a dia, em ocasiões que funcionam praticamente como “ensaios” (ainda que não sejam pensadas dessa maneira). Parece ser muito comum que, antes das *reuniões*, em conversas informais com amigos ou companheiros de direção da organização, ou ainda em reuniões menores antes de grandes *reuniões*, essas falas sejam apresentadas em termos muito próximos dos que serão usados depois, nas *reuniões*. Por vezes, há praticamente uma repetição de falas que já haviam sido ditas mais informalmente, já haviam sido “testadas”, diante de um público geralmente menor e mais “próximo” de quem fala, ou mesmo diante de mais de um público diferente. Na verdade, quem é reconhecido como parte da direção de uma organização (Sindicato, Associação) ou mesmo até certo ponto identificado com ela – inclusive em função da qualidade de sua participação nas reuniões da organização, de seu pertencimento à “equipe de frente” – geralmente acaba tendo até mesmo suas conversas mais “informais” marcadas por essa identificação, havendo uma certa “demanda” ou “expectativa” de que essas pessoas falem sobre a vida sindical ou associativa. Não faltam oportunidades, portanto, no cotidiano desses agentes para esses pequenos “ensaios”, que parecem ser importantes para garantir o sucesso da participação na “equipe de frente” das *reuniões*. Assim, quem mais fala e se destaca nas *reuniões* acaba tendo mais oportunidades (ou mesmo sendo um pouco “coagido”) a falar mais a respeito dos assuntos da vida associativa ou sindical e a se destacar também no cotidiano, o que aumenta suas chances de se destacar nas *reuniões*, na medida em que algumas falas “centrais” são como que “ensaiadas” e podem ser colocadas com maior confiança e desenvoltura. Essa espécie de *feedback* positivo reforça a identificação das pessoas que se destacam nas *reuniões* com o Sindicato ou com a Associação, reforçando conseqüentemente a necessidade de sua presença nas *reuniões*. E reforça também o interesse desses agentes de promover *reuniões*. A existência das *reuniões* como “palco” em que essas pessoas que “falam bem” podem se apresentar (e aprender a falar cada vez melhor e com mais desenvoltura) diante de um “público garantido” (que pode ser obrigado a comparecer por outros motivos que não para ouvi-los, como a necessidade de participar das assembleias da associação para poder se beneficiar de projetos do governo) é importante, portanto, para associar essas pessoas cada vez mais ao Sindicato ou à Associação ou ao Movimento. E se essas pessoas tiverem sucesso, o “público” pode passar a se reconhecer cada vez mais nelas

e naquilo que elas falam. Em alguns casos, se a pessoa tiver realmente sucesso em suas apresentações, suas frases passarão a ser reapropriadas no cotidiano, por membros do público, tornando-se moeda corrente nas conversas.<sup>23</sup> Isso tudo aumenta bastante o reconhecimento no âmbito da organização e é certamente um dos elementos que abre e consolida o caminho para as carreiras dos dirigentes. É também um dos caminhos através do qual um certo “senso comum” sobre a organização e a vida sindical ou associativa vai sendo formado e reproduzido, com seus lugares-comuns e sua “sabedoria prática”, formando uma base sobre a qual podem ser construídos os *consensos*, essas “jogadas” tão valorizadas nas *discussões*.

### O público

Aqueles que não fazem parte da *coordenação* nem da “equipe de frente” compõem o “público” das *reuniões*. Trata-se de trabalhadores que podem estar ali apenas em seu próprio nome e de sua família ou podem estar “representando” a sua *comunidade* de origem, o seu Sindicato, a sua Associação ou assentamento (quando tiverem sido escolhidos ou indicados para participar da reunião). Geralmente, as *reuniões* tendem a ter um público predominantemente masculino e adulto, mas isso pode variar bastante de acordo com a organização e as circunstâncias. A participação das mulheres parece estar crescendo em várias organizações sindicais e associativas. Mas de modo geral, as mulheres são minoritárias e estão predominantemente na posição de “público” (mais do que na *coordenação* ou na “equipe de frente”).

O público caracteriza-se por “participar” como ouvinte das falas, mesmo nos momentos em que supostamente todos deveriam expressar suas opiniões e propostas (as *discussões*). Em termos gerais, os membros do público costumam prestar uma atenção respeitosa – especialmente nos momentos em que falam as pessoas de destaque, como na *abertura* e no *encerramento*, mas até mesmo nos momentos de *trabalho em grupo*, supostamente mais “participativos”. Os membros do público desse tipo de *reunião* também costumam esforçar-se muito no sentido de fazer anotações, leituras, e cumprir tarefas designadas pela *coordenação*, desde tarefas ligadas ao alojamento até responder a questões nos *trabalhos em grupo* ou fazer a sua *apresentação* individual diante de todos. Podem também manifestar-se, em certos momentos de polêmica, de forma coletiva porém desencontrada, gerando um certo grau de ruído que, nas circunstâncias do momento (um *discurso*, uma *votação*, um *informe*, uma fala “fora de pauta”), pode ser significativo e revelador para os membros da *coordenação* e da “equipe de frente”. Dependendo das circunstâncias, as manifestações do público podem tornar-se mais ordenadas e permitir que se verifique a força relativa de duas propostas ou posições em discussão (e conseqüentemente de seus respectivos proponentes). Em certos casos, inclusive em função do trabalho de algumas pessoas (da *coordenação* ou da “equipe de frente”) no sentido de dar forma às manifestações, o “ruído” do público contra ou a

favor uma posição ou pessoa torna-se bastante coordenado, transformando o público em algo mais próximo de uma “torcida” que váia e aplaude.<sup>24</sup>

Por outro lado, os membros do público também participam da voz coletiva nas *orações* e *cantos*, e ativamente das “dinâmicas de grupo” e do lazer coordenado. Participam prazerosamente de *bailes*, *jogos de futebol*, torneios musicais etc. E certamente aproveitam momentos de intervalo e refeição para estabelecer interações informais em conversas e brincadeiras.

O tamanho do público também é um elemento importante para definir o caráter de uma *reunião*. Uma *reunião* com um público pequeno – em que praticamente todos os participantes fazem parte da *coordenação* e da “equipe de frente” – terá um caráter diferente de uma *reunião* em que *coordenação* e “equipe de frente” são minoria diante de um público grande, como em um grande *encontro*, *congresso* ou *assembléia*. A dinâmica das relações estabelecidas entre a *coordenação* e os demais participantes e o “jogo” das *discussões* são distintos a depender dessa proporção, que pode variar também conforme a “equipe de frente” se amplia ou diminui. A fronteira entre público e “equipe de frente” é dinâmica, na medida em que pessoas que fazem parte do público podem aos poucos passar a ser incorporadas pela “equipe de frente”, ainda que essa flexibilidade normalmente não seja muito grande. Outro fator de variação nessa proporção é o afluxo ou esvaziamento do público durante a *reunião*, que pode dar indicações à *coordenação* sobre a necessidade de mudar a maneira de conduzir a *reunião*.<sup>25</sup>

Tanto as variações do número de presentes ao longo dos diferentes momentos das reuniões, como a proporção entre o público esperado e o público efetivo na reunião como um todo, são reconhecidos como índices importantes do prestígio da organização e dos seus dirigentes, das pessoas que convocaram a *reunião*, da adequação dos termos em que a *reunião* foi convocada, da leitura que os membros da organização fazem das circunstâncias, das expectativas com relação à *reunião*, da maneira em que a *reunião* está sendo conduzida e da adequação das “jogadas” realizadas nas *discussões*. Outro aspecto relacionado é o fato de que o grau de permanência nas *reuniões* de certo modo “mede” o grau de “compromisso” com as reuniões e de identificação com a organização.<sup>26</sup> O público é um elemento relativamente móvel, pode sair da *reunião* sem que essa seja interrompida; já os membros da *coordenação* e da “equipe de frente” tendem a permanecer até o fim (ou o fim da *reunião* chega quando até mesmo essas pessoas se retiram).

Além do público imediatamente presente, há sempre um “público virtual” mais amplo, formado por todos aqueles que vão ficar sabendo, através de terceiros ou de registros, o que se passou na reunião. Esse dado também é levado em conta por aqueles que falam, de modo que em certas circunstâncias eles tendem a adequar suas falas para incluir esse “público” virtual.<sup>27</sup>

## Os múltiplos significados das reuniões

Os tipos de *reunião* aqui analisados geram diferentes expectativas, que apontam para distintos modos de perceber esses eventos. Essas diferenças de expectativas se refletem em diferentes avaliações quanto a quais sejam os aspectos mais marcantes e importantes das *reuniões*, conforme já se indicou na introdução deste capítulo.

Algumas vezes, as *avaliações* privilegiam ou enfatizam mais os aspectos relativos aos conteúdos do que é falado e discutido. Isso aponta para uma percepção das *reuniões* em que o aspecto central são justamente os momentos de *discussão*, vistos como fulcro da dimensão *participativa* do evento. Nessa percepção, as polêmicas são consideradas importantes, fundamentais mesmo, tanto mais quanto maior a *parti-cipação*, ou seja, quanto mais pessoas falarem. As polêmicas são vistas como uma maneira de esclarecer pontos de vista diferentes e explicitar discordâncias, algo que seria fundamental para se chegar democraticamente a *decisões* (aspecto pragmático) e para aumentar a compreensão ou *consciência* dos participantes a respeito dos temas em discussão (aspecto pedagógico), as decisões e o aumento da compreensão sendo vistos como objetivos precípuos desses eventos.

Mas muitas das *avaliações* parecem apontar para uma percepção das reuniões que considera mais marcantes e importantes a dimensão “solene” (ou “cerimonial”) e a dimensão “festiva” das reuniões. Nessas *avaliações* há uma tendência a enfatizar a boa *organização* do encontro (a qualidade das refeições e do alojamento, o respeito aos horários, a limpeza), a importância da oportunidade de simplesmente estar ali e encontrar os outros participantes, e sobretudo uma tendência a agradecer a maneira como foram recebidos pelos “anfitriões” e organizadores – ou seja, é como se falassem sobre um evento festivo e/ou uma ocasião de hospitalidade. Por outro lado, parece ser relativamente comum que os participantes, em suas conversas informais após as *reuniões*, avaliem positivamente os momentos mais “solenes”, como a *abertura* e o *encerramento*, e as falas mais longas e formais feitas por pessoas de destaque, especialmente aquelas que enfatizam a *união* e a harmonia do grupo e o sentido de sua *luta*.

Ao mesmo tempo, algumas pessoas também demonstram um certo estranhamento com o fato de “qualquer um” poder “chegar e falar”, apontando para a expectativa de um evento mais hierarquizado. Neste sentido, tendem a avaliar de forma relativamente negativa justamente os momentos de *discussão* – tanto mais negativa quanto mais “quentes” e “participativos” eles forem, ou seja, quanto menos ordenados de acordo com uma hierarquia de participação. Isso representa um deslocamento com relação ao “modelo” igualitário e democrático explicitamente proposto para muitas dessas reuniões.<sup>28</sup>

Por outro lado, muitos participantes das reuniões se mostram reticentes quanto às *discussões* polêmicas e sentem um considerável estranhamento e desconforto com aquilo que qualificam como *bate-boca* (ou outra qualificação semelhante) em um tipo

de evento no qual não aparentemente não esperavam ou não gostariam de encontrar divergências públicas. Essas reticências com relação às *discussões* e ao seu caráter polêmico, valorizado pelo “modelo” participativo e igualitário de reunião, parecem apontar não só para a expectativa de eventos mais “ordenados” e hierarquizados, como também para a dificuldade de deixar de interpretar divergências públicas como “ofensas pessoais”, ou seja, a dificuldade de evitar que as “regras do jogo” da convivência cotidiana se imponham sobre as “regras” provisórias adotadas nas reuniões, especialmente no que diz respeito aos momentos de *discussão*.

Na Associação de São Bernardo, por exemplo, essa questão se colocava com certa insistência na medida em que as *reuniões* se tornaram, pela importância que vieram assumir na vida da Associação e do assentamento, um dos pontos centrais na reflexão que os assentados faziam sobre a sua vida social e a experiência que viveram desde o processo inicial de ocupação da terra. Por um lado, havia uma imagem constantemente acionada de um “isolamento” eficaz entre a reunião e o cotidiano, que deveria permitir que as reuniões tivessem uma dimensão participativa sem que as polêmicas “contaminassem” o cotidiano. Uma frase relativamente comum entre os assentados dizia que “ali dentro” – isto é, no recinto da *reunião*, o salão da sede da Associação – “todo mundo fala tudo, mas saiu dali é tudo amigo”. As polêmicas por vezes ásperas surgidas nas *discussões* não contaminariam o cotidiano supostamente harmonioso dos assentados, representados como *turma de amigos* (ver capítulo 3) ou como *família*. Mas havia assentados que deixavam de comparecer às reuniões justamente por não se sentirem confortáveis com as discussões polêmicas e não perceberem esse “isolamento” entre o momento em que todos estão “ali dentro” e o momento em que se sai dali para “fora”, isolamento ritual que evitaria que “ali dentro” as divergências adquirissem o sentido de troca de ofensas e/ou de desrespeito às hierarquias da coletividade (e, portanto, da própria coletividade enquanto tal) e comprometessem tanto a convivência cotidiana como a imagem de *união* que o grupo deveria ter não apenas para si, como também diante da sociedade.<sup>29</sup>

Talvez possa ser interpretado neste mesmo sentido o fato de que, em algumas das *assembléias*, os momentos que contavam com maior presença eram os solenes momentos iniciais, a *oração* de abertura e a *reflexão* religiosa em que algumas pessoas – o presidente da associação, outros dirigentes de prestígio, o pastor – falavam sobre o cotidiano do assentamento a partir do texto bíblico. Esse era o momento “solene” e “ordenado” por excelência desse formato de reunião. A presença diminuía paulatinamente se as discussões tornavam-se “excessivamente quentes”, e reuniões em que se esperava haver fortes divergências abertas aparentemente tendiam a ser esvaziadas.<sup>30</sup>

Essas diferentes expectativas/avaliações com relação às *reuniões* e suas diferentes dimensões não se distribuem nitidamente ao longo da linha que separa a coordenação e os participantes, os dirigentes e assessores e a “base”, ou “equipe de frente” e “público”, ainda que pareça haver em algumas circunstâncias uma coincidência entre

essas clivagens. Às vezes uma mesma pessoa possui várias expectativas diferentes e não necessariamente congruentes. E esses diferentes tipos de expectativa são de fato incorporados às reuniões, que procuram se organizar contemplando essas múltiplas dimensões – “festiva”, “solene”, “participativa”. É isso que dá a essas reuniões o seu “clima” singular, diferenciando-as até certo ponto de outros tipos de reuniões ou eventos, organizados mais nitidamente de acordo com uma ou outra dessas “linhas”. Ninguém espera encontrar *discussões*, com sua dimensão relativamente igualitária e participativa, em uma missa ou um comício, ou mesmo em *reuniões* de organizações que não enfatizem na sua autodefinição ideais democráticos ou igualitários; e ninguém espera encontrar dramatizações, celebrações, orações, reflexões bíblicas ou discursos formais, em uma reunião de trabalho de um órgão burocrático ou acadêmico. Mas tudo isso pode perfeitamente estar junto em uma *reunião*, um *encontro*, um *curso*, uma *assembléia* ou em um *congresso* de trabalhadores rurais.<sup>31</sup>

Assim, quem promove uma *reunião* nesse contexto, sofre uma certa pressão para não descuidar dos aspectos “solenes” e “festivos” e para limitar os momentos de polêmica; ao mesmo tempo, está também sob pressão para não deixar de lado a dimensão “participativa”, privilegiada com ideal por muitas das organizações de trabalhadores e, além disso, fundamental do ponto de vista de dirigentes, assessores e lideranças, pois são nos momentos (supostamente mais *participativos*) de *discussão*, e através das polêmicas e de seus desfechos nos *consensos*, que esses agentes se colocam em evidência e criam um dos espaços onde se dá seqüência ao jogo do poder dentro da organização.

Ao mesmo tempo, em todos os aspectos ou dimensões da reunião – “solenes”, “festivos”, “participativos”, de concentração e de dispersão –, há uma abundante simbolização do pertencimento a um grupo ou classe ou categoria – os *trabalhadores rurais*, os *trabalhadores* de tal ou qual *comunidade* ou *assentamento*, os *sem terra*, os *posseiros*, os *assentados*. Ademais, há uma insistente simbolização da *união* que existe ou deve existir dentro do grupo ou classe que é ali celebrado. As bandeiras e faixas fazendo referências ao grupo, os discursos enfatizando a *união*, a busca do *consenso* nas *discussões*, as celebrações e dramatizações em torno de objetos ou narrativas que remetem à história ou à situação atual do grupo, a celebração dos mártires do grupo através de minutos de silêncio, os cantos enfatizando o pertencimento ao grupo e a *luta* contra os “inimigos”, os movimentos ritmados e conjuntos durante as canções – os exemplos podem se multiplicar e apontam para a importância da simbolização do pertencimento comum dos participantes e da *união* e da harmonia interna do grupo.

Tanto a aparência harmônica e ordenada dos procedimentos solenes ou “ritualizados”, como a alegria de estar juntos celebrada nos momentos festivos, como a possibilidade de criar polêmicas e expressar divergências sem ocasionar ofensas (ênfaticamente em frases como “saiu dali é tudo amigo”) e sem prejuízo da busca de *consensos*, são vistos (por diferentes participantes, em diversos momentos e circunstâncias) como apontando para a existência de um *grupo unido* ou da *união do grupo* (com as mais variadas

abrangências podendo ser propostas para o grupo, desde a *comunidade* até a *classe*). Ou seja, por um caminho ou por outro, as *reuniões* acabam celebrando praticamente a existência do grupo e de sua *união*, ainda que possa haver divergências quanto aos aspectos das *reuniões* que melhor evidenciam essa existência. Por isso, a avaliação e a interpretação de cada *reunião* e de cada parte da *reunião* sempre constituem assunto passível de discussão no cotidiano daquele grupo, ou seja, após o final de uma *reunião* e antes do início da próxima.

### Conclusões

Ao longo desse capítulo procurei mostrar que as *reuniões* são eventos com múltiplas dimensões e que há a seu respeito várias concepções, mais ou menos divergentes. Essa complexidade certamente redundará em alguns dramas para quem se propõe a organizar e conduzir esse tipo de evento.

As dificuldades para promover a *participação* nas *discussões*, por exemplo, são vistas recorrentemente como um problema. É relativamente comum ver essas dificuldades atribuídas a alguma espécie de “carência” do público que comparece a esses eventos (apatia, falta de consciência, falta de informações) ou à falta de técnicas ou métodos adequados para encorajar a fala dos participantes menos acostumados com *discussões*.

Mas o que procuro mostrar aqui é que o que aparece como dificuldade de *participação* pode ser encarado, de outro ponto de vista, como algo congruente com a dinâmica que as reuniões (apesar das intenções de seus coordenadores) podem acabar assumindo, e congruente também com uma série de concepções através das quais os participantes percebem as *reuniões*: concepções de autoridade, de ordem pública, do caráter de eventos coletivos, da forma adequada de “participar” nesses eventos, da natureza do grupo que é celebrado e do caráter da *união* que é simbolizada.

Pelo lado da dinâmica, na medida em que as *reuniões* se tornam pontos de passagem obrigatórios para a legitimação das lideranças e de suas ações, bem como focos de ordenação das ações de mediação empreendidas pela organização de trabalhadores, as *discussões* tornam-se espaços estratégicos de competição pelo prestígio no interior da organização e de exercício do poder de definir suas ações. Isso acaba incidindo sutilmente sobre a forma desses momentos de *discussão*, distanciando-os em maior ou menor grau dos ideais igualitários e pedagógicos. Cada fala e cada ação que surge nesse espaço passa a ter uma leitura múltipla, remetendo-se a múltiplos contextos – o contexto mais imediato e “local” da comunidade, o contexto da organização, e contextos mais abrangentes em que se insere a organização. E esses contextos são hierarquizados. Com isso, uma fala que não consiga ligar-se de modo sistemático a esses vários contextos, e especialmente que se limite a fazer sentido no contexto mais imediato e “local”, parece ser deixada em segundo plano e acaba por ficar deslocada. Ou seja, ocorre a construção paulatina de um sistema em que a fala de um “simples participante”, preocupado com

as questões que fazem sentido na sua *comunidade* ou para sua família, e percebendo-as nos termos em que elas se apresentam “localmente”, fica sem muita resposta e sem muito espaço. As falas que conseguem se remeter aos vários contextos que podem ser significativos para a reunião, especialmente aos contextos mais abrangentes, parecem ganhar mais espaço. Isso coincide, na prática, com o predomínio, mesmo nos momentos supostamente abertos de *discussão*, da fala daqueles que *sabem falar* ou que *falam bem*. A forma de participação centrada na fala – que nesse caso é uma fala pública, ou seja, que se dá diante de um público que é mais abrangente do que a *família*, a *comunidade*, ou o grupo de *amigos* – tende a se associar aos que têm maior domínio prático sobre essa modalidade de fala pública. Os que não têm esse mesmo grau de domínio tendem a adotar uma forma de *participação* que não é centrada na fala pública, mas na sua presença como público, no seu envolvimento nas formas de celebração coletiva, na sua sociabilidade ativa nos momentos em que, do ponto de vista da coordenação, não são mais que meros intervalos em meio àquilo que realmente interessa.<sup>32</sup>

Pelo lado das concepções, procurei mostrar evidências de que, na prática dessas reuniões, vêm à tona a tensão e as descontinuidades entre concepções que estão presentes e vivas nesse universo social, concepções divergentes que são igualmente constitutivas dele, e que se combinam das mais diversas maneiras.

Assim, ainda que por um lado haja necessariamente uma celebração do pertencimento a uma categoria ou grupo (os *trabalhadores rurais*, os *trabalhadores* de tal ou qual *comunidade*) e uma celebração da *união* que deve caracterizar esse grupo, encarnada na organização que o representa, estão em jogo concepções diversas a respeito da natureza do grupo que é celebrado, das bases da *união* que o caracteriza ou deve caracterizar, e do caráter da organização que o representa. Para fins de exposição, essas concepções podem ser simplificadaamente agrupadas em dois “pólos”. Em um extremo, há concepções mais “igualitárias”, em que a *união* do grupo se daria a partir da vontade de adesão e participação de cada um e os dirigentes seriam nada mais do que “delegados” ou “representantes”; a reunião é, nesse tipo de concepção, “de todos”, e todos podem e devem *participar* (falar, se manifestar). Em outro extremo, há visões mais “hierárquicas”, em que o grupo se organizaria em torno de posições de destaque, que são também posições de autoridade, e a *união* se daria pela junção adequada de partes fundamentalmente diferentes em torno desse “centro” formado pelas posições de destaque. Assim, essas “partes” estariam reunidas porém separadas (por exemplo, pela distância entre mesa e público) nos momentos mais “centrais” (“solenes”) das reuniões. Nessas concepções, as reuniões não são eventos propriamente “de todos” (e de cada um), mas “do grupo” e, portanto, daqueles que o “encarnam” (a não ser em momentos específicos, informais, dentro das reuniões, que são “de todos”, como o lazer informal, os intervalos, as refeições).

Nesse pólo de concepções mais “hierárquicas”, os procedimentos das reuniões apontam ou deveriam apontar para distinções claras entre o papel e a forma de inserção

ou participação daqueles que estão em posições “superiores” – dirigentes, assessores, convidados, autoridades – e dos simples trabalhadores “de base”. É como se as regras da cerimônia ditassem que os primeiros devem falar, e falar *bem*; devem saber conduzir-se de modo harmônico; se houver polêmicas, devem saber chegar prontamente ao *consenso*; devem mostrar as ligações e relações que são o seu “passaporte” para o mundo que está fora do alcance dos simples trabalhadores e para as categorias mais “de cima” do que a dos “trabalhadores” e que em parte justificam o seu destaque e sua posição ao centro. E é como se os demais participantes devessem estar presentes, não para falar e expressar suas idéias, mas como uma espécie de “audiência” e como parte de um corpo social. Parece haver uma expectativa de que a fala desse segundo tipo de participante se dê apenas em momentos bem delimitados.<sup>33</sup> Nessa visão ou “modelo”, a *reunião* é ou deveria ser um evento em que categorias diferentes de pessoas estão nitidamente separadas durante a maior parte do tempo (inclusive espacialmente, como, por exemplo, através da existência clara de uma *mesa*), ou seja, seria um ritual que explicitaria e destacaria uma certa ordem (mesmo que essa ordem não coincida com a ordem social mais ampla, mas apenas com a ordem interna da organização que promove a *reunião* e com as suas escalas próprias de prestígio). Por outro lado, nessas concepções, é também “natural” a expectativa de que haja espaço, em meio a uma cerimônia onde predomina a separação de categorias, para encontros informais, que teriam o sentido de aproximar essas categorias de pessoas que, nos outros momentos da reunião, se encontram separadas. Trata-se de uma concepção que valoriza, nos eventos coletivos, a ordem (seu aspecto solene) combinada com uma dimensão “informal” (seu aspecto festivo) subordinada. Se um certo número de pessoas se junta, e há entre elas pessoas de algum modo consideradas “importantes”, parece haver como que uma expectativa “natural” de que seja algo como uma solenidade ou algo como uma festa ou uma combinação das duas coisas. Já no pólo das concepções mais “igualitárias”, cada procedimento aponta para a associação entre os símbolos de pertencimento ao grupo e os de igualdade entre seus membros. Essa associação está por toda parte: na virtual dissolução da “mesa” através da disposição circular das cadeiras, nas técnicas de dinâmica de grupo voltadas para “igualar” os participantes (inclusive os dirigentes e convidados) diante de regras e comportamentos lúdicos, no tempo igual reservado para a apresentação de cada participante no início da reunião, nas regras explícitas que, nas discussões, deveriam garantir o mesmo tempo de fala para todos, na prática do voto individualizado.

O que a análise das reuniões parece apontar não é para o predomínio claro de um ou outro desses pólos de concepções, ou para a associação inequívoca de algum desses pólos a alguma categoria de agentes em particular. Aponta antes para a persistência com que se apresenta a concomitância entre esses pólos, mesmo em situações em que ideais mais próximos do “pólo igualitário” são explicitamente assumidos. Aponta também para a complexidade dos mecanismos através dos quais as concepções distribuídas

segundo essas polaridades são associadas ou contrapostas no cotidiano de organizações como as dos trabalhadores rurais.

## Notas

<sup>1</sup> Este capítulo baseia-se em minha dissertação de mestrado (Comerford, 1996), defendida em março de 1996 no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Agradeço aos membros da banca examinadora, Moacir Palmeira (orientador), Mariza Peirano e Beatriz Heredia, pelos importantes comentários e críticas.

<sup>2</sup> Ainda que haja uma certa sobreposição em relação aos cultos que incluem discussão e reflexão em torno de temas bíblicos, tais como aqueles realizados pelas Comunidades Eclesiais de Base e também por algumas Igrejas protestantes, e que também recebem o nome de *reunião*.

<sup>3</sup> Evidentemente, reuniões não são exclusividade do mundo das organizações de trabalhadores rurais. Assim, as descrições e análises aqui contidas podem talvez se aproximar de descrições e análises de reuniões realizadas em outros contextos. Ver, por exemplo, Schwartzman (1987), Bailey (1965) Duranti (1990). Creio, no entanto, que o texto vai deixar claro alguns aspectos que me parecem específicos desse tipo de reunião.

<sup>4</sup> Nessas assembléias, o ponto focal era a cadeira do coordenador da reunião, que era também o presidente da Associação. Em uma ocasião, pouco antes da eleição para a nova diretoria da Associação, o então presidente fez um intervenção na qual argumentou que “qualquer um pode sentar na cadeira do presidente”. A “cadeira do presidente”, ou seja, o lugar onde ele senta para coordenar as reuniões semanais, torna-se assim um símbolo importante da própria autoridade dele, mesmo que o discurso procurasse ressaltar a democracia básica existente na organização.

<sup>5</sup> No caso da Associação de São Bernardo, a programação das etapas das Assembléias semanais é fixa, já bem definida, e a pauta de questões é montada em uma reunião do Conselho Fiscal, também semanal, feita especificamente para isso.

<sup>6</sup> Foi o que aconteceu em uma reunião que um técnico de uma ONG tentou marcar, juntamente com os dirigentes da Associação, em um assentamento em um outro município próximo àquele da Fazenda São Bernardo. Algumas pessoas compareceram, mas o evento foi disperso e sem foco, as pessoas entravam e saíam do recinto e da pauta, conversavam entre si paralelamente à discussão supostamente central, não havia local adequado para sentar, não houve abertura nem encerramento claramente marcados.

<sup>7</sup> Sobre o significado de “falar bem” ou “falar bonito”, ver capítulo 4.

<sup>8</sup> No caso das Assembléias de São Bernardo, por exemplo, há, depois da oração inicial, um momento de *reflexão* no qual em tese a palavra é aberta, mas normalmente são sempre as mesmas pessoas que falam (predominantemente dirigentes e ex-dirigentes da Associação e eventualmente convidados), fazendo comentários a respeito do cotidiano do assentamento e da Associação a partir do texto bíblico, abordando os problemas enfrentados, os acontecimentos recentes, o sentido da luta coletiva que os assentados empreendem etc. Essas pessoas são praticamente “especialistas” nesse tipo de fala. No caso desse assentamento, são geralmente pessoas com uma certa formação religiosa (pastores, ou leigos que freqüentam ou freqüentaram atividades de igrejas). Esses momentos são valorizados e, para algumas pessoas, são o “ponto alto” da reunião.

<sup>9</sup> Esses “desabafos” chamaram a atenção de Perani (in Ceas, 1990) nas pequenas reuniões que ele costumava promover entre trabalhadores assalariados da região cacauceira da Bahia.

<sup>10</sup> Sobre os significados da palavra “luta” e o modo como ela é empregada, ver capítulo 1.

<sup>11</sup> Um exemplo foi a fala de uma trabalhadora rural em uma plenária realizada na sede da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), plenária que foi conjugada à cerimônia de posse da nova diretoria da FETAG (portanto, havia várias autoridades presentes). Essa trabalhadora denunciou a *perseguição* que vinha sofrendo por parte de grileiros interessados em sua terra. A sua fala, articulada em termos bastante distintos das falas dos dirigentes e convidados, foi emocionada e longa, afastando-se bastante da pauta prevista na reunião. O fato de ter feito publicamente essa denúncia facilitou que, depois do final da reunião, ela conversasse pessoalmente com autoridades presentes sobre a sua situação.

<sup>12</sup> Um exemplo é a fala de um trabalhador “de base”, que recentemente passara a participar “do Movimento” no contexto de uma ocupação de terras e que havia ido ao assentamento de São Bernardo participar de um encontro regional de assentados. Ele começa sua apresentação com um “Bom dia a todos”, prossegue falando seu nome completo e o nome do local onde vive, e termina dizendo que “é uma alegria poder estar aqui com vocês”.

<sup>13</sup> Sobre as *brincadeiras*, ver capítulo 3.

<sup>14</sup> Foi o que aconteceu algumas vezes no assentamento de São Bernardo. Numa ocasião, quando se discutia como seria organizada a alimentação em um encontro promovido pela Comissão Pastoral da Terra e coordenado por um padre que participara da luta pela implantação do assentamento, uma assentada levantou a importância de não deixar a alimentação a cargo dos organizadores, mas que eles mesmos, trabalhadores do assentamento, trouxessem os alimentos, pois o padre “já havia ajudado tanto” a eles, no que todos prontamente concordaram.

<sup>15</sup> Para os trabalhadores homens, essa situação, quando ocorre, pode ser vista como uma inversão marcante e objeto de *brincadeiras*.

<sup>16</sup> No caso da Associação da Fazenda São Bernardo, as reuniões que passaram a ser feitas desde o início do acampamento, tornaram-se assembleias semanais com a consolidação do assentamento e da Associação, conjugadas às reuniões também semanais do Conselho Fiscal da Associação, que preparam a pauta das assembleias. Com isso, as reuniões tornaram-se uma espécie de referência no calendário rotineiro do assentamento, especialmente para o “núcleo militante” da Associação, mas mesmo para os que pouco participam das reuniões, e também para os agentes de Estado e de organizações civis em contato com o assentamento.

<sup>17</sup> A abertura e o encerramento demarcam um tempo “especial”, em que se ocupa um recinto próprio e se age de acordo com as regras “de reunião”. Os assentados da fazenda São Bernardo lembram bastante do sino que era usado para chamar para as reuniões quando estavam acampados, aos gritos de “REUNIÃO!”, e que marcavam “sonoramente” a iminência do início desse momento especial. A falta de “condições de felicidade” (Austin, 1962) para a abertura de uma reunião da Associação de São Bernardo mostrou, em negativo, a importância da abertura: um conflito em andamento no núcleo dirigente fez com que os repetidos chamados do então presidente não surtiram o efeito de trazer as pessoas para o recinto da reunião, o que atrasou em muito o início da mesma e demonstrou a delicada situação do presidente.

<sup>18</sup> Exemplos de manuais de “como fazer reunião” são Camp (s/d), FASE e AS-PTA (1989), Pereira (1993). Um exemplo de processo de formação que mostra bem o peso dado às reuniões é

relatado em CONTAG, (1972, 1988, 1989), que mostra que os dirigentes de sindicatos de todo o país, além de serem apresentados às “teorias” sobre como fazer reunião, passavam por uma experiência prática intensiva e extensiva de *reunião*, em cursos que podiam durar vários dias. Aparentemente, outras organizações como o MST também adotam procedimentos semelhantes na formação de seus dirigentes nos diversos níveis (ver, por exemplo, Moraes, 1986). Evidentemente, isso deve ter repercussões em termos da reprodução de padrões nas atividades “na base”.

<sup>19</sup> Austin (1962) tece reflexões sobre as condições em que um ato realizado por palavras pode ser eficaz, ou seja, “feliz”, diferenciando essa perspectiva daquela que busca entender as condições para que um enunciado seja verdadeiro ou falso. Dentre essas condições, há aquelas que dizem respeito, por exemplo, à necessidade de que as palavras certas sejam enunciadas da maneira correta pelas pessoas autorizadas a fazê-lo. Se essas condições não estiverem presentes, surgem diversos tipos de “infelicidades”.

<sup>20</sup> Quantificar as intervenções é um pouco arriscado, pois há casos em que fica difícil definir quando acaba uma intervenção e começa outra, e se certos fragmentos devem ser considerados intervenções; mas essa tentativa serve para dar uma idéia da maior ou menor atividade de fala de cada participante.

<sup>21</sup> Os membros de uma “equipe”, no sentido proposto por esse autor, são um grupo de atores individuais “que cooperam na encenação de uma rotina particular”, ou seja, que colaboram para manter uma definição de situação diante de um público ou platéia. A “equipe” é um grupo informal que não coincide com o grupo de amigos, com uma facção ou com um grupo corporado: define-se apenas em função da representação, ou seja, do estabelecimento e manutenção de uma dada definição da situação. Assim, mesmo pessoas que fazem parte de facções opostas, que têm origens sociais muito diferentes, que participam de grupos distintos e que defendem posições opostas em relação a um dado tema, podem ser vistas como estando associadas informalmente (e não-intencionalmente) na medida em que atuam de modo a sustentar uma situação definida, no caso aqui enfocado, como *discussão*.

<sup>22</sup> Evidentemente, trata-se de uma analogia, e não estou afirmando que sejam essas as intenções dos participantes das discussões.

<sup>23</sup> É o que acontecia, até certo ponto, com o ex-presidente da Associação de São Bernardo. Não era incomum que, ao falar para o pesquisador sobre algum aspecto do assentamento ou da Associação, algum trabalhador começasse a frase com “É como diz o Zé Pedro (o ex-presidente da Associação) ...”

<sup>24</sup> Isso parece acontecer sobretudo em grandes reuniões, como congressos e encontros.

<sup>25</sup> A “equipe de frente” pode se “empolgar” com a discussão e prolongá-la além do que é considerado razoável pelo público, perdendo a capacidade de prender sua atenção. Alguns relatos de assentados da Fazenda São Bernardo mostram que isso subjaz algumas afirmativas de que nas reuniões se fala muito e “não se resolve nada”, como nos disse um assentado, que observou ainda que nas reuniões sempre “voltam em assunto que já estava resolvido”.

<sup>26</sup> Os dirigentes da Associação de São Bernardo criticavam freqüentemente aqueles que “não aparecem nem na nossa reunião”.

<sup>27</sup> Uma boa ilustração desse aspecto foi dada em uma reunião realizada pela Associação de São Bernardo, em uma praça, no contexto da ocupação de um órgão público (ver capítulo 5). Como a reunião foi realizada em frente à sede do órgão ocupado, alguns dos discursos, além de dirigirem-

-se ao público efetivo da reunião (os membros da associação ali presentes), dirigiram-se também, mais ou menos explicitamente, aos dirigentes e funcionários do órgão estadual e aos transeuntes.

<sup>28</sup> Um exemplo dessa forma de perceber as reuniões é a fala de um trabalhador assentado na fazenda São Bernardo, que antes de se tornar assentado trabalhava como padeiro. Saudoso das reuniões do Sindicato dos Padeiros, no Rio, observa que, ao contrário das reuniões da Associação, lá “só quem falava o certo é que podia falar”, e que havia uma ordem certa para cada um falar, sem ser interrompido. Lembra também que havia lanche para todos, e lugar para beber e até para dormir depois das reuniões. Outra ilustração dessa expectativa de uma maior “ordem” foi dada por um dirigente sindical de Minas Gerais, que observou que em algumas comunidades que têm pouco contato com o trabalho do Sindicato ou das Comunidades Eclesiais de Base, há vezes em que se marca uma reunião e quando os sindicalistas chegam, encontram o local da reunião arrumado com uma mesa e as cadeiras em linha, dando-lhes o trabalho de rearrumar tudo em círculo. Nesses casos, segundo ele, costuma haver grande dificuldade de participação, com as pessoas esperando uma palestra.

<sup>29</sup> “Sou um caboclo positivo: não vou”, dizia um assentado referindo-se às reuniões da Associação, alegando que poderia acabar brigando e contando que já havia “se estranhado” com uma pessoa em uma dada ocasião, depois da qual deixara de freqüentar as reuniões. Outro assentado reclamava que nas reuniões não deveria haver “aquele balanga-beiço”, referindo-se às discussões mais acirradas. Segundo ele, as reuniões eram momentos em que pessoas “de fora” (os convidados) estavam presentes para conhecer o assentamento e essas discussões não deveriam ocorrer em público, mas apenas entre os dirigentes, em situações fechadas, “lá entre eles”. Esse mesmo assentado contou que deixara de comparecer às reuniões porque não se conformava de ouvir falar mal de seu cunhado, um dos dirigentes da associação que naquele momento sofria um pesado desgaste nas assembleias e também havia deixado de comparecer.

<sup>30</sup> O pastor, que já foi secretário da Associação, relatou que “no início” deixara de ir às reuniões por causa da violência que percebia nas discussões, com agressões verbais entre as pessoas; e que depois, com a criação (para a qual colaborou) do momento de reflexão e da oração no início (que foi uma sugestão, prontamente aceita, de um dos presidentes da Associação), essa violência reduziu-se – ou seja, a introdução de aspectos “solenes” ajudou a “equilibrar” a reunião aos olhos de seus freqüentadores, contrabalançando as polêmicas surgidas nos momentos “participativos”. Já o ex-prefeito do município, que se tornou um importante aliado dos assentados e costumava freqüentar as reuniões, conta como, nas primeiras vezes em que compareceu às reuniões da Associação, impressionou-se com o fato de que houvesse discussões muito acirradas (“gritando, xingando”) e que, apesar disso, ao final conseguissem “chegar a um consenso”, e disse admirar justamente esse aspecto “participativo” – que o pastor parece qualificar como excessivamente violento. Quanto ao esvaziamento das reuniões em que há brigas, um exemplo foi uma reunião realizada após uma reunião do Conselho Fiscal em que houve uma grande briga, na definição de um dos dirigentes. Esperava-se algo ainda mais acirrado na reunião seguinte. O comparecimento foi bem menor que o normal (não houve quórum).

<sup>31</sup> Ainda que, evidentemente, haja muitas organizações de trabalhadores rurais que, em suas reuniões, priorizem claramente um ou outro desses aspectos e não façam grandes investimentos para combinar essas dimensões. Mas no caso, por exemplo, dos eventos que acompanhei na Fazenda São Bernardo, tanto os mais locais, organizados pela Associação, como aquele organizado pelo Movimento Sem Terra, essa combinação estava presente e era uma característica marcante dos eventos.

<sup>32</sup> Evidentemente, os esforços de muitos daqueles envolvidos com organizações de trabalhadores rurais e, portanto, com os tipos de reunião aqui abordados se dão justamente para contrarrestar essa tendência, proporcionar oportunidade para que as falas que remetem para as problemáticas “localizadas” dos participantes sejam levadas em conta mais efetivamente e para criar oportunidades para que um maior número de pessoas tenham a possibilidade de desenvolver a competência da fala pública, ou seja, criar condições para que um maior número de pessoas se perceba como alguém que sabe falar e que pode falar “em público”, logo, pode e deve participar. Neste sentido, cabe uma observação sobre o trabalho que é feito com categorias específicas que tendem a estar distantes do domínio dessa modalidade de fala – os jovens e em especial as mulheres trabalhadoras rurais. Ao criar espaços próprios para a gestação dessa competência de fala pública, separados dos espaços genéricos e predominantemente adultos e masculinos, espaços onde pessoas pertencentes a essas categorias se sentem mais “à vontade”, criam-se algumas das condições para que essas pessoas possam paulatinamente ir incorporando a competência nas formas de participação requeridas nas reuniões mais amplas.

<sup>33</sup> Essa visão mais hierárquica das reuniões não é incoerente, em determinadas circunstâncias, com uma aguda vontade de falar das partes desses que se concebem nesses eventos sobretudo como “espectadores”. Trata-se de uma vontade de falar diretamente àqueles vistos de algum modo como mais poderosos, a respeito daquilo que é considerado injusto ou indigno; uma vontade de falar publicamente diante de todos, de desabafar e denunciar.

## BRINCANDO

### Estudo sobre uma forma de construção social da amizade e suas reapropriações<sup>1</sup>

O objetivo deste capítulo é apresentar idéias para a análise da *brincadeira* enquanto prática e categoria “nativa” entre grupos populares no Brasil e sua relação com a noção de *amizade*, a partir de observações feitas em um assentamento rural no Estado do Rio de Janeiro. Uma análise mais precisa necessitaria de observações mais sistemáticas; aqui, procuro apenas explorar algumas possibilidades para dar conta de certas constatações etnográficas, a partir da leitura de dois textos clássicos de Radcliffe-Brown sobre as “relações jocosas” (Radcliffe-Brown, 1974a e 1974b), e à luz das possibilidades abertas por trabalhos de autores como Huizinga (s/d), Bateson (1972) e Elias (1992), e pela literatura a respeito de rituais e “performance” (por exemplo, Tambiah 1985, Bauman 1978, Bauman e Sherzer 1974, Goffman 1981). Acredito que o trabalho desses autores permite ampliar a análise de Radcliffe-Brown, que enfatiza a importância das relações jocosas (ao lado das relações de evitação) para estabelecer de forma relativamente estável uma combinação de relações de associação e dissociação entre grupos distintos que, todavia, mantêm relações sociais fundamentais entre si (relações de aliança) em uma dada estrutura social. Uma atenção aos aspectos formais e “performativos” de “relações jocosas”, ao seu uso contextual e estratégico em situações etnográficas específicas (colocando entre parênteses a pretensão comparativa e generalizante enfatizada por Radcliffe-Brown), às diferentes modalidades e graus de participação nesse tipo de interação, pode representar um deslocamento de ponto de vista interessante na análise desse tipo de relação.

\*

No assentamento rural onde desenvolvi a pesquisa para a minha dissertação de mestrado (Comerford, 1996), chamou-me a atenção a frequência, no cotidiano, de interações classificadas pelos trabalhadores como *brincadeira*, bem como o destaque que davam a esse fato em seu discurso (para o pesquisador) a respeito do próprio assentamento e do processo que viviam, através de frases como “aqui é todo mundo amigo, todo mundo brinca” ou “aqui é como uma família, todo mundo unido, todo mundo

sempre brincando”, ou “aqui eu estou como entre irmãos, a gente sempre brinca, eu me sinto bem”. Chamou-me também a atenção a recorrência com que, após uma visita ou estadia em que houvesse ocorrido *brincadeiras*, os trabalhadores (geralmente o dono ou dona da casa que eu havia visitado ou onde havia me hospedado) se despedissem de mim com a frase “desculpe a brincadeira”.<sup>2</sup>

*Brincadeira*, na situação em foco, é geralmente o nome dado a um tipo de interação, envolvendo geralmente um grupo mais ou menos extenso de pessoas, caracterizada por incessantes provocações mútuas aparentemente agressivas (por vezes, aparentemente muito agressivas), e respostas a essas provocações, a propósito de um mote qualquer. O grupo envolvido costuma ser predominantemente masculino, e os temas usados como mote para provocação podem ser, por exemplo, a sexualidade, a capacidade técnica ou intelectual, os atributos físicos, um acontecimento qualquer envolvendo um dos participantes, a posição política (parte da pesquisa de campo foi feita em período eleitoral) etc. Fala-se em voz alta, muitas pessoas intervêm ao mesmo tempo, ri-se muito, e alto, há muitas repetições das mesmas frases, com algumas frases tornando-se recorrentes ao longo da *brincadeira*. É comum que esses momentos sejam acompanhados pela ingestão de bebidas alcoólicas. Normalmente, uma ou duas pessoas tornam-se o foco das provocações (algo como uma “vítima preferencial”). As respostas dadas por essas pessoas são geralmente feitas em tom descontraído e acompanhadas de risadas (marcando que não estão “levando a sério” as provocações), e não costumam ser muito eficazes para conter as provocações. Mas nem por isso deixam de ser respostas, indicando ao menos tentativas de conter a onda de provocações e desviar o seu foco. Quando há encontros constantes mais ou menos do mesmo grupo de amigos, as “vítimas preferenciais” muitas vezes são o foco das provocações sempre, ao longo do tempo, em diferentes momentos de *brincadeira*, podendo tornar-se um pouco como “bobos” do grupo. Parece haver uma correlação entre o fato de ser o foco das provocações e certos atributos sociais: costumam ser homens jovens ou adolescentes, homens adultos solteiros, ou alguém do grupo marcado por alguma peculiaridade considerada negativa (ser “pão-duro”, por exemplo). Mas essa correlação nem sempre é exata: havia situações em que um chefe de família, com status relativamente elevado na “comunidade”, se tornava alvo de *brincadeiras* em função de um evento qualquer – tirar a barba mudando sua aparência física, por exemplo. De qualquer modo, havia basicamente uma correlação entre status social e tendência a ser adotado como vítima de provocações.<sup>3</sup> Por outro lado, havia categorias de pessoas poupadas das provocações. As mulheres mais velhas, de modo geral, eram relativamente excluídas das provocações; mas as adolescentes poderiam ser provocadas, e havia mulheres que, ao demonstrarem sua disposição de provocar e dando sinais que não considerariam provocações como ofensas, passavam a participar.

Há também diferentes tipos de provocações, desde as mais “leves” (quando uma mulher participa, geralmente as provocações são “leves”) até as mais “obscenas”.<sup>4</sup> Há nisso inúmeras possibilidades de combinações e distinções sutis, que podem adequar o

“tom” da *brincadeira* de acordo com os participantes, a situação, o local.

Com tudo isso, a *brincadeira* não é uma seqüência de provocações generalizadas e simétricas, podendo ser vista mais precisamente como uma série de jogadas (mais individuais ou mais colaborativas) visando a lançar o foco das provocações sobre alguém e manter esse foco sobre essa pessoa (ou pessoas) até o limite, com a pessoa podendo tentar mudar o foco, sendo que há uma desigualdade patente de condições iniciais entre os participantes, de modo que para alguns deles é extremamente difícil sair de foco, e para outros é bastante fácil manter-se na posição de provocador. Mas é importante notar que, a princípio, todos os que participam de uma situação de *brincadeira* podem eventualmente ser provocados e “agredidos”, havendo um componente de suposto igualitarismo. Se a *brincadeira* fosse vista como um jogo, seria talvez uma espécie de jogo de lançar o foco das provocações sobre outra pessoa, escapar desse foco, e testar os limites até o qual podem ir as provocações sem que uma pessoa se sinta ofendida ou agredida.

Ainda que a *brincadeira* seja um gênero de interação que implica a participação de todos os presentes, nem sempre é isso que ocorre. Assim, se a princípio não há distinção entre alguns “encenadores” e um “público” (pois todos deveriam participar, desde que sejam *amigos*, como veremos adiante), na prática é freqüente haver pessoas que, apesar de presentes, não participam propriamente da *brincadeira*: por exemplo, mulheres mais velhas, homens que sejam conhecidos por não participar de *brincadeiras*,<sup>5</sup> ou as pessoas consideradas “externas” ao grupo, especialmente se forem pessoas vistas como socialmente superiores (o pesquisador, os técnicos das agências do governo, “autoridades”). Mas a princípio, uma vez demarcado o início de uma *brincadeira*, e excluídos aqueles que pertençam a categorias de que não se espera a participação nesse gênero de interação, a participação é obrigatória, sob pena de sua escolha como foco das provocações.

A *brincadeira* é vista na situação em foco como algo absolutamente informal: não há regras explícitas, afastando-a do “jogo” e do “esporte”, bem como das ocasiões “formais” e “cerimoniais”. Mas há claramente um senso prático (Bourdieu, 1980) dos limites que definem a *brincadeira* e um “saber-brincar” aprendido nos infindáveis torneios cotidianos de provocações mútuas. Trata-se de saber em que momento *brincar* e em que momento não *brincar*, em que lugar convém *brincar*, e sobretudo com quem se deve e com quem não se deve *brincar*; saber em que “tom” as *brincadeiras* devem ser moduladas (desde pequenos desafios neutros como os que às vezes me eram feitos, até provocações obscenas que em outros contextos seriam ofensas graves) e principalmente saber reconhecer quando a *brincadeira* está “passando dos limites” e está se transformando em uma troca de ofensas que pode dar origem a um intercâmbio violento “sério” e levar a rompimentos muitas vezes profundos.<sup>6</sup> O domínio desse saber é fundamental para a “navegação social” cotidiana bem-sucedida, em situações como a analisada.

Ao contrário de outros gêneros mais formais, em que há uma demarcação clara

de um tempo e espaço adequados, a brincadeira não tem lugar ou momento claramente definidos para acontecer. Mas nem por isso deixam de haver certos “demarcadores” (*keyings*, no dizer de Goffman, 1981) que estabelecem que certa interação deve ser interpretada como *brincadeira* (“emoldurando” a interação – um *framing*, como diria Goffman, 1981, baseando-se em Bateson, 1972). Há uma série de marcadores lingüísticos e expressivos, sendo a risada o mais conspícuo, e uma certa forma de falar e entonação também características, configurando um estilo que poderia ser chamado de “exagerado”. E há também locais e momentos claramente inadequados para iniciar uma *brincadeira*, como em momentos “solenes” nas reuniões da Associação (mas nas reuniões há um uso estratégico e importante da *brincadeira*, como veremos adiante), na Igreja, ou em conversas “sérias”. A *brincadeira* é um gênero cotidiano (não é vista como um momento extraordinário), ainda que seja um aspecto especialmente valorizado desse cotidiano, em oposição às atividades mais maçantes e feitas em isolamento; pode estar associada tanto ao trabalho como ao lazer (acontece com frequência quando há um trabalho feito em grupo, e na verdade ajuda a borrar um pouco a distinção trabalho-lazer). Mas ainda que não seja necessariamente associada ao lazer, é inequivocamente vinculada ao prazer: *brincar* é algo divertido e marca o prazer de estar juntos. Assim, há sobretudo um “lugar social” específico da *brincadeira*: o grupo de *amigos*. A *brincadeira* acontece tipicamente sempre que há um grupo de *amigos* reunidos, em casa, na roça trabalhando em conjunto, no bar, na sede da Associação enquanto esperam o início de uma reunião. Diferentemente do tipo de agressividade verbal analisada por Duarte (1987), associada marcadamente ao ambiente exclusivamente masculino e à situação de convivência prolongada e forçada durante o trabalho no mar, as *brincadeiras* na situação enfocada podiam ser desencadeadas em espaços, momentos e contextos bem diferentes, envolvendo participantes e públicos heterogêneos.

Assim, a *brincadeira* é uma forma de sociabilidade cotidiana, prazerosa, não-séria, supostamente igualitária (mas na prática, não tanto), atravessando a esfera do lazer e do trabalho, que guarda uma relação especial com a amizade. *Companheirismo*, *união*, *amizade* e *brincadeira* andam juntos, na visão desses trabalhadores. Os *amigos*, quando estão juntos, *brincam* entre si, e se há *brincadeira*, é porque se trata de um grupo de *amigos* (no qual os limites para que uma pessoa se sinta ofendida são reconhecidamente muito amplos e, portanto, as provocações podem ser feitas com grande liberdade). *Amigos* fazem *brincadeiras* e *brincadeiras* fazem *amigos*, ressalvadas, evidentemente, as possibilidades 1) da *brincadeira* ser mal interpretada e fazer inimigos e 2) da falsa *brincadeira* (portanto, verdadeira agressão) dos falsos amigos.

n

A *brincadeira* se aproxima de um outro gênero, também típico da sociabilidade amistosa, “informal”, prazerosa, e “não-séria”, que é a narração de anedotas (*contar*

*caso*, *contar história*, *contar piadas*). Mas diferencia-se deste gênero em seus aspectos formais. No tipo de narração de anedotas que tenho em mente aqui, também há um grupo reunido, e os temas também podem chegar à “obscenidade”, mas não há provocações interpessoais diretas, há um foco claro no narrador, que geralmente é um homem (ou mulher) com prestígio relativamente elevado (e as narrativas bem feitas podem dar prestígio), há uma distinção clara entre o “encenador” e seu “público”, as risadas se concentram em determinados momentos da narrativa, há pouca sobreposição de falas. Ainda que esse tipo de interação se dê mais frequentemente entre *amigos*, não há uma relação tão marcada entre a *amizade* e a participação nesses eventos. Além disso, como a narração de uma anedota, quando bem-sucedida, implica a manutenção da atenção dos presentes sobre o narrador e em uma habilidade narrativa que tem certos pressupostos sociais, trata-se de um gênero com posições mais marcadas e exclusivas, ao contrário da *brincadeira*, que, a princípio, pressupõe uma participação mais generalizada e igualitária (as provocações são falas menos elaboradas, mais ao alcance de qualquer um).

Por outro lado, a *brincadeira* contrasta paradigmaticamente com todas as formas “sérias” de sociabilidade, desde os cultos religiosos, as reuniões da Associação (tomadas como um todo, abstraindo por um instante de seus momentos “não-sérios”), as conversas “sérias” entre dois homens chefes de família, conversas entre trabalhadores do assentamento e técnicos de órgãos do governo (pelo menos de modo geral), as entrevistas gravadas com pesquisadores etc. Nenhuma dessas formas “sérias” de sociabilidade estão em si mesmas marcadamente associadas à relação de *amizade*, ainda que possam estar associadas a uma série de pertencimentos comuns, de solidariedades, de colaboração. Elas podem, no entanto, criar oportunidades para encontrar *amigos* e *brincar* com eles.

\*

A *brincadeira* guarda, portanto, uma relação especial com a *amizade* entre iguais.<sup>7</sup> Na percepção dos trabalhadores aqui enfocados, seria difícil imaginar uma coisa sem a outra. Um mundo sem *brincadeiras* seria um mundo sem *amigos*. A representação social da amizade e a crença na sua existência e em seu valor formam um par indissociável com essa prática social que podemos descrever como uma encenação participativa, uma paródia da agressão generalizada dentro de um dado grupo. Trata-se de uma prática mimética (no sentido de imitar cenas de agressão reais, porém em um registro não-sério) e também catártica, no sentido de que vai envolvendo os participantes, de forma prazerosa, dentro daquilo que poderia ser visto como uma forma de “excitação agradável”, como a descrita por Elias (1992) para o esporte, como uma forma de emotividade controlada (pois ainda que não haja regras explícitas, há um senso de limites bastante claro). *Brincar* (com os *amigos*) é também jogar com as emoções, é expressar o prazer de estar juntos e de participar em uma situação em que a agressão parece tão distante que é possível fazer de conta que é de agressão que se trata, ainda que possa

efetivamente estar mais próxima do que se imagina, e de sempre estar em jogo determinar o quão distante exatamente ela está. Esse prazer de estar juntos e poder *brincar* é parte constitutiva do que seja a *amizade* nessa situação. Trata-se aqui não tanto de uma amizade enquanto “relação diádica” que une duas pessoas por laços informais de confiança e de obrigações mútuas, mas de uma amizade que une um grupo de pessoas que confiam umas nas outras suficientemente para saber que, nas provocações, não há supostamente intenção de ofender, e que estão dispostas a sempre pôr em prova essa confiança mútua.

\*

O fato de os trabalhadores aqui enfocados reconhecerem um gênero específico de interação e o classificarem e nomearem (ao lado de outros gêneros) possibilita que a *brincadeira* torne-se um elemento do discurso “nativo” e seja incorporada na reflexão que eles desenvolvem sobre a sua própria vida social e individual. Assim, conforme já colocado no início do texto, em sua fala para os pesquisadores, muitos dos assentados enfatizavam o fato de que ali as *brincadeiras* eram comuns, elaborando um discurso sobre a *união*, a *comunidade*, o *companheirismo* entre os assentados (ou pelo menos os membros daquela Associação). Ainda que os grupos que efetivamente se reuniam para *brincar* fossem grupos de *amigos* que não coincidiam com a totalidade dos membros da Associação e muito menos do assentamento (o estado das relações entre os sócios da Associação e entre os assentados em geral estava longe de preencher as condições para que se pudesse arriscar a *brincar* com qualquer um), muitos dos trabalhadores (as lideranças inclusive) tendiam a falar para o pesquisador como se houvesse essa coincidência, ou seja, como se todos os envolvidos no assentamento ou na Associação fossem *amigos*, *unidos*, *companheiros* e, portanto, *brincassem* entre si ou pudessem fazê-lo.

Esse discurso a respeito da amizade, do companheirismo e da união, no qual a referência à *brincadeira* ganhava certo destaque, assumia uma grande importância na construção do próprio grupo e criava coordenadas para as disputas e conflitos que aconteciam no dia a dia da organização. A noção de amizade ligando o conjunto dos membros do grupo (mais do que apenas uns ou outros) e as práticas/categorias de discurso a ela relacionadas, como a *brincadeira*, são um dos focos das falas desses trabalhadores sobre o processo que passaram a viver desde a ocupação de terras que deu origem ao assentamento. São focos também da fala pública das lideranças (nas assembléias da Associação, por exemplo).

O assentamento e a Associação faziam parte de uma situação fluida e tensa em que, se havia alianças entre os vários grupos familiares envolvidos, e entre os agrupamentos informais existentes, tratava-se sempre de alianças relativamente instáveis, tensionadas por disputas entre Associações, disputas pela liderança da Associação que se tornou hegemônica, por lealdades cruzadas em diversas esferas de sociabilidade, pelas com-

plexidades relacionadas com a inserção do assentamento e da Associação como objetos de disputa no campo da política estadual e municipal e no campo da representação dos trabalhadores rurais etc. Seria difícil identificar com precisão grupos bem definidos relacionados por alianças claras, configurando uma estrutura mais ampla e estável.

Caracterizar o assentamento, ou ao menos a Associação, como um grande grupo de *amigos*, igualitário e unido, era ao mesmo tempo algo a ser feito diante de um estranho interessado cujas motivações não eram totalmente claras; algo em que se queria efetivamente acreditar (um desejo de superar as tensões e dramas inerentes à vida social cotidiana naquela situação, uma resposta espontânea à tensão entre forças “centrífugas” e “centrípetas” em ação); um lance estratégico nas próprias disputas entre as lideranças (pois era sempre possível atribuir aos oponentes a culpa pelo distanciamento da situação ideal de *união* e *amizade*).

Falava-se sobre a corporação (a Associação) sobretudo a partir de dois modelos básicos: a *família* (às vezes, mais especificamente o grupo de irmãos) e o grupo de *amigos* (que *brincam* entre si). O modelo do grupo corporado não era, neste sentido, um modelo contratual ou jurídico, de direitos e deveres especificados formalmente, modelo acionado apenas em determinados contextos (discussão de projeto de crédito, por exemplo) por lideranças da Associação ou por agentes “externos” (técnicos, por exemplo). Mais do que direitos e deveres formalizados, no discurso dos assentados esperava-se *respeito* pela Associação.<sup>8</sup> A *brincadeira*, encenação da *falta de respeito* que simboliza o *respeito* real entre os que *brincam*, assume seu lugar no discurso da Associação: ali todos são *amigos* e, portanto, todos *se respeitam* e *respeitam* o conjunto, por isso mesmo todos *brincam* (ou podem *brincar*).

\*

Talvez por isso a *brincadeira* assume uma importância estratégica nas atividades promovidas pela Associação, como nas reuniões, nos cursos, em ocupações de órgãos públicos. Ainda que, ao contrário das *brincadeiras*, esses eventos sejam classificados como “sérios” e mais ou menos “extraordinários”, eles não só propiciam oportunidades para *brincadeiras* espontâneas (ao ocasionar encontros entre *amigos*), como propiciam também o uso da forma *brincadeira* pelas lideranças dos trabalhadores. Em certos momentos desses eventos, as *brincadeiras* são partes importantes e esperadas. Nesse contexto deslocado, elas fazem mais do que “descontrair”: equivalem a afirmar (e a fazer sentir, a expressar, a fazer crer) que os participantes são um grupo de *amigos*, e que ali há união e uma certa igualdade, como em qualquer grupo de *amigos*. Mas, com o deslocamento sofrido, a *brincadeira* nos eventos “sérios” adquire algumas diferenças formais em relação às *brincadeiras* espontâneas.

Nas reuniões da Associação (ou cursos), as *brincadeiras* são iniciadas sempre por alguém que faz parte do que chamei, seguindo Goffman, de “equipe de frente” (ver

capítulo 2 e Comerford, 1996). Não são iniciadas em qualquer momento, mas sempre evitando os momentos caracterizados como solenes ou “sérios” (*oração, momento de reflexão* etc). Ao contrário da *brincadeira* espontânea, a *brincadeira* nesse contexto tem uma espécie de “coordenador”, e não implica uma participação generalizada dos presentes (há, portanto, uma maior distinção entre “encenadores” e “público”). Em um curso técnico que acompanhei, um dos dirigentes da Associação transformou toda a parte “prática” do curso, realizada ao lado do tanque de criação de peixes de um assentado, em uma grande *brincadeira*, provocando várias pessoas (me parece que especialmente o dono da casa), e sendo provocado também, em resposta. Houve vários momentos em que todos riam muito e havia repetição de frases e falas sobrepostas, mas esse dirigente mantinha um certo “controle” sobre a situação. Esse momento prolongado de *brincadeira*, durante um evento “sério”, rendeu ao final do curso várias observações espontâneas, dirigidas a ninguém em particular, do tipo “essa turma não toma jeito...”, enfatizando o caráter de “turma” (grupo de *amigos*) dos que estavam ali reunidos. Saber transformar um evento desse tipo em *brincadeira*, sem perder o controle da situação, parece ser uma habilidade importante para as lideranças desse tipo de organização. Um dirigente que saiba usar a *brincadeira* de forma feliz, na situação adequada, consegue coordenar a transformação de um grupo de “sócios” em uma “turma”, ao “dirigir” essa “encenação” e trazer para a situação imediata (o grupo de sócios que participa de um evento) a representação de alcance mais geral da *amizade*. A ação dessas lideranças gera o que Tambiah chamaria de símbolos indécicos (aquela Associação como grupo de *amigos*, a *amizade* como valor desse grupo corporado) e, mais do que isso, consegue efetivar determinadas formas de envolvimento emocional, ao modular as formas de expressão das relações.

Mas se por um lado o bom dirigente sabe trazer a *brincadeira* para as ocasiões “sérias” como as reuniões e os cursos, por outro lado as lideranças também acabam por levar, para o seio da sociabilidade “brincalhona” do cotidiano dos grupos de *amigos*, a “seriedade” dos assuntos da Associação. Ainda que, enquanto membros de grupos de *amigos*, as lideranças da Associação participassem normalmente dos “torneios de provocações” que são as *brincadeiras*, presenciei diversas ocasiões em que a chegada de uma liderança, e mais especificamente a “liderança incontestada” cuja figura é mais fortemente relacionada com a Associação e de certo modo a encarna, levou a uma mudança de “moldura” ou “registro” (*framing*, no sentido de Goffman), com a transformação da *brincadeira* em conversa séria (ou seja, em um gênero de interação marcado pelo foco centralizado, pouca sobreposição de falas, tom de voz mais baixo, temas especificamente voltados para os problemas vividos pela Associação, muitas vezes tom indignado contra os “opositores” reais ou virtuais dos “interesses da Associação” etc). A liderança, especialmente a grande liderança, é um personagem ambíguo: se é um *amigo* com quem se *brinca*, é também mais do que isso, pois participa de um mundo estranho (o mundo da política, das negociações na capital etc). Diante dele

pode ser quase obrigatório parar de *brincar* (ao menos por um momento) para “falar sério”, implicando (fazendo crer, fazendo sentir, expressando) que há na relação entre essa liderança e seus *amigos* (mesmo os mais próximos) algo mais do que a amizade, algo mais formal e distante.

Há outros personagens ambíguos na vida desse assentamento, que estão (ou querem estar) próximos mas guardam uma distância difícil de ser transposta. Por exemplo, os técnicos que trabalham com o assentamento e os pesquisadores que aparecem por lá. Esses personagens muitas vezes estão presentes no cotidiano “íntimo” dos trabalhadores que ali vivem, e com frequência se vêem em meio às *brincadeiras* que preenchem o tempo desses trabalhadores. Mas, como já foi colocado, são relativamente excluídos, especialmente quando ainda são pouco conhecidos. Quando muito, reserva-se para eles pequenos desafios que dificilmente poderiam ser tomados como ofensas.<sup>9</sup> Esses agentes ambíguos estão presentes nas *brincadeiras* mas, contrariando a modalidade básica de participação de adultos nesse tipo de evento, procuram apenas acompanhar (rindo) a *brincadeira* sem se envolver realmente (evitando trocar provocações). Diante deles, parece estar sempre presente a preocupação de que aquilo possa estar sendo interpretado como verdadeiramente ofensivo. Assim, se a aceitação da presença nesse momento “íntimo” da *turma* marca proximidade que se estabeleceu, a despedida em geral vem marcada pela reafirmação da distância respeitosa, com o inevitável *desculpe a brincadeira*.

Se a (relativa) participação na *brincadeira* cria um certo clima igualitário e uma inserção virtual no grupo, o ritual do *desculpe a brincadeira* reafirma a presença de hierarquias e da externalidade do pesquisador (ou outros agentes ambíguos), delimitando fronteiras e demonstrando a prudência com que se deve lidar com a (sempre perigosa) ambigüidade em relação a essas fronteiras. Em relação ao pesquisador e outros agentes externos, porém relativamente próximos, há uma desorientação quanto aos limites do que será considerado ofensa e o que será desconsiderado enquanto tal, maior do que no caso dos agentes “de dentro” (ainda que testar esse limite sempre esteja em jogo nas *brincadeiras*). Diante dessa desorientação, o ritual do *desculpe a brincadeira* é demonstração de prudência diante de alguém que pode interpretar mal os códigos “locais” e uma forma de modular uma relação de amizade, de colocar essa amizade em um registro mais próximo do “respeito” do que da *brincadeira*.

\*

Radcliffe-Brown analisou as relações jocosas e as relações de evitação como parte de uma teoria mais geral, sobre as relações de “amizade” entre grupos separados ou pessoas pertencentes a grupos separados, que deveria abranger também o estudo das prestações ou trocas de bens e serviços, como as estudadas por Mauss (R. Brown menciona esses estudos). Ele distingue relações de “amizade” e relações de “solidariedade”

(estabelecida por parentesco ou pertencimento a uma linhagem ou clã). As relações de “amizade” seriam marcadas por uma certa “dose de oposição”, um “antagonismo controlado”, numa relação que enfatiza tanto a separação como a união (Radcliffe Brown, 1974b; comparar com Elias, 1992).

Um estudo localizado sobre um “caso” de “relações jocosas”, como o delineado aqui, mostra a pertinência dessas idéias. Mas ao mesmo tempo, a atenção para os aspectos formais, para o uso contextual das práticas “jocosas”, para o sistema de classificação de gêneros de interação e para a incorporação dessas classificações no discurso “nativo” e na reflexão sobre a experiência vivida, mostram que as “relações jocosas” (e a “amizade”) podem ter muitas modulações, e que, mais do que comportamentos “padronizados” ou “formalizados”, está sempre em jogo “jogar” com os tipos de comportamento possíveis, de modo a criar diferentes “definições de situação” (Goffman, 1975) e abrir ou fechar certas possibilidades sociais.

Nesse “jogo”, há um “senso prático” (Bourdieu, 1980) que, mesmo na ausência de regras formais, define um “saber brincar”. Mas cada “performance” de uma *brincadeira*, realizada em uma singular combinação de participantes, de “observadores”, de local, de momento, de estado das relações entre os participantes, de grau de “obscenidade” das provocações e de grau de “exagero” do estilo da brincadeira, realiza experimentos de redefinição (numa operação de caráter “lúdico”, como diria Huizinga) da percepção dos limites e possibilidades da *brincadeira* (mas, na ausência de regras, essas definições e redefinições permanecem sempre em estado implícito de uma certa “etiqueta” própria do grupo).<sup>10</sup> A cada uma dessas performances, também, modula-se mais “finamente” as relações de amizade: um ritual como o do “desculpe a brincadeira” (após a participação marginal em um momento de *brincadeira*) consegue combinar na construção da relação um certo grau de jocosidade e uma pitada de “respeito” ou “evitação”, de modo a definir mais exatamente o grau de proximidade e distância de uma determinada relação em um dado momento.

Ao mesmo tempo, a prática da *brincadeira*, os participantes das *brincadeiras* e as representações sociais a ela associadas (a noção de “amizade”, especialmente no sentido de “grupo de amigos”) formam um todo indissociável, de modo análogo ao que acontece com a prática da magia, o mágico e as representações sociais da magia na análise de Mauss (1974). Não estão em jogo apenas comportamentos, mas um complexo de agentes, comportamentos e crenças (com a sua carga concomitante de envolvimento emocional). A *brincadeira*, como “fato social total” percebido pelo pesquisador, é também um “fato” para os “nativos”, uma forma efetiva de canalizar e gerar energia social. Neste sentido, o domínio sobre a *brincadeira* e suas modulações torna-se algo importante para aqueles que, como as lideranças dos trabalhadores do assentamento, têm interesse em mobilizar e transformar energia social.

## Notas

<sup>1</sup> Este capítulo foi originalmente apresentado como trabalho para o curso sobre “Jogos e Ri-tuais” ministrado pelos professores Moacir Palmeira e José Sérgio Leite Lopes no PPGAS/Museu Nacional no segundo semestre de 1997. Foi posteriormente apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, realizado em outubro de 1998. Agradeço aos comentários dos participantes do GT “Rituais, Representações e Violência na Política”.

<sup>2</sup> A *brincadeira* no sentido que será aqui apontado e a frase “desculpe a brincadeira” não são, evidentemente, exclusividade dos trabalhadores rurais, muito menos dos trabalhadores rurais desse assentamento.

<sup>3</sup> Lembrando que, na situação enfocada, as diferenciações de status social entre as pessoas presentes nas interações cotidianas geralmente não eram muito grandes.

<sup>4</sup> Exemplos de provocações “leves”: insinuar que a pessoa é incompetente e não sabe fazer o que está tentando fazer (cozinhar, consertar uma bicicleta etc). Exemplos de provocações “pesadas”: insinuar ou afirmar que um homem é homossexual (“viado”), ou mesmo insinuar que sua mulher não é ou não foi fiel (“cornio”). Há evidentemente todo um meio termo, voltado para insinuações de que a pessoa é burra, feia, gorda, pão-dura, que vota nos candidatos errados; Ou ainda, provocar uma pessoa lembrando e descrevendo eventos que ocorreram, por exemplo, quando essa pessoa estava bêbada.

<sup>5</sup> Em outro contexto, vi que isso acontecia com um trabalhador rural, dirigente sindical e protestante, que todos sabiam que evitava a bebida e o uso de palavras de baixo calão e voz alta, ou seja, o “exagero” todo da situação; esse trabalhador normalmente era deixado “de lado” nas *brincadeiras* do grupo.

<sup>6</sup> No “grupo de amigos” do qual me aproximei mais no assentamento, havia um homem adulto, solteiro, que não tinha um lote próprio, morando “de favor” nas terras de um dos dirigentes da associação, e que era aceito como parte desse grupo de amigos. Nas *brincadeiras*, ele muitas vezes estava na posição de “foco das provocações”, junto com um outro adolescente órfão, o mais novo de três irmãos vizinhos do referido dirigente da Associação. Em uma das minhas viagens a área, não o encontrei mais, e soube depois que uma *brincadeira* havia evoluído para uma agressão real entre os dois (esse homem solteiro e o adolescente órfão), com ameaças explícitas, criando uma situação de rompimento que se resolveu com a saída do homem do assentamento.

<sup>7</sup> “Entre iguais” na medida em que é representada como uma interação igualitária, onde “todos brincam” (ninguém está a salvo de ser provocado), mesmo que na prática as *brincadeiras* reconheçam (e ajudem a consolidar) diferenciações na escala de prestígio social.

<sup>8</sup> A frase “ele não tem respeito pela nossa Associação” era comum nas acusações feitas, por exemplo, pelos dirigentes.

<sup>9</sup> Numa das primeiras visitas ao assentamento, um trabalhador, mostrando-me uma garrafa com um grande maracujá dentro, perguntou-me (à vista de todos), com um ar meio zombeteiro, se eu, que havia estudado tanto, sabia dizer como aquele maracujá tinha sido colocado ali (já que o diâmetro da fruta era bem maior do que o da boca da garrafa). Evidentemente, todos pararam para me ouvir, e riram muito quando dei a resposta (certa, felizmente; afinal, meus “anos de estudo” devem ter servido para alguma coisa!).

<sup>10</sup> Que é específica de cada grupo. Neste sentido, a *brincadeira* encontrada entre trabalhadores

rurais e especificamente nesse grupo de trabalhadores se singulariza diante das brincadeiras encontráveis em outras situações e contextos.

## CAPÍTULO IV

# DISCURSANDO Os discursos dos dirigentes camponeses e as ambigüidades do falar bonito<sup>1</sup>

Os dirigentes de organizações de trabalhadores rurais participam freqüentemente em eventos nos quais devem falar em público. Trata-se de eventos tais como *assembléias, reuniões, plenárias de congressos* ou *encontros*, em que as lideranças, colocadas em posição de destaque, dirigem-se a um público constituído sobretudo por aqueles que formam a sua “base” e por outros dirigentes camponeses, mas também por outros atores que de certo modo fazem parte desse universo social (funcionários de órgãos do governo, políticos, dirigentes de organizações da sociedade civil, padres) e ainda por outros agentes eventualmente presentes tais como pesquisadores e jornalistas. Esses eventos são parte necessária da vida das lideranças de trabalhadores rurais.

Assim, no mundo social das organizações de trabalhadores rurais, para que uma pessoa adquira destaque e passe a ser considerada como alguém com potencial para ocupar cargos de dirigente ou representante, é importante que tenha competência para produzir discursos de uma modalidade considerada adequada a esse tipo de evento público, ou seja, saiba *falar bem, falar bonito, fazer discurso*, ou simplesmente *saiba falar* – expressões usadas para designar a fala pública de lideranças e definir a sua qualidade.

Paradoxalmente, esse atributo é encarado com ambigüidade e mesmo com certa desconfiança. Em algumas circunstâncias, por exemplo, a expressão *falar bonito* pode ser usada quase como uma espécie de acusação. Depois de uma assembléia de uma Associação de um assentamento rural no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, eu conversava com um grupo de sócios quando uma mulher criticou um dos dirigentes que havia falado na assembléia, aproximadamente nos seguintes termos: ele *falava bonito*, mas se eles quisessem alguém para *falar bonito* seria melhor que chamassem um pastor, porque não adiantava *só falar bonito*. Chama a atenção também a freqüência com que, nas próprias falas públicas de dirigentes camponeses, há uma espécie de metadiscorso negando que se esteja *falando bonito* (ou alguma outra expressão equivalente) e/ou afirmando explícita ou implicitamente a sinceridade ou a verdade das palavras daquele que fala. É comum também que, nesses discursos, outros dirigentes sejam criticados por “só falarem bonito” ou “só fazerem discurso”. Um exemplo é o seguinte trecho de um discurso de uma dirigente sindical, liderança do movimento de mulheres, na

apresentação de chapas em uma eleição em congresso. Ela adverte que “(...) *tem muita gente fazendo discurso de defesa das mulheres, para tirar proveito disso, mas na sua história de movimento sindical, a defesa das mulheres não tem espaço na bandeira de luta de muitos companheiros*” (*fazendo discurso* dito com ênfase). Em suma, parece haver uma percepção, nesse universo social, de que a fala pública de dirigentes e lideranças pode envolver, seduzir e iludir, e deve ser encarada com certo cuidado.

Este capítulo busca, a partir da análise de alguns discursos de dirigentes sindicais de trabalhadores rurais feitos em diferentes circunstâncias, identificar algumas características dessa modalidade ou gênero de fala<sup>2</sup> próprio desse universo social, relacionando-as com aspectos do contexto em que as falas são realizadas e com a posição daqueles que falam. Busca também entender um aspecto da percepção desse tipo de *discurso* nesse universo social: a noção de que pode envolver, seduzir e iludir.

\*

O primeiro discurso a ser analisado foi feito por João Batista, que era naquele momento (final de 1994) ex-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Bernardo, que reúne trabalhadores de um assentamento rural em Santana do Cambuí, no norte fluminense. Trata-se de uma intervenção em uma assembléia dessa Associação. As assembléias eram feitas semanalmente, às sextas-feiras à noite, na sede. Costumavam estar presentes cerca de 20 a 50 sócios, incluindo os diretores, com a presença eventual de autoridades e visitantes. Com exceção dessas presenças eventuais, os que ali se encontravam eram pessoas conhecidas entre si, que convi-viam cotidianamente em um mesmo espaço (o assentamento). Uma parcela importante dos sócios que participava das assembléias tinha vivido em comum a experiência do processo de ocupação da terra, dos meses de acampamento e da transferência para a área que atualmente ocupam. Além disso, participava semanalmente das assembléias, que se tornaram parte constitutiva do seu “calendário” semanal.

Essas reuniões subdividiam-se em diferentes “momentos”, cada qual com um nome específico. Uma *oração* (o pai-nosso) abria o evento, seguindo-se o *momento de reflexão*, em que as pessoas eram convidadas a usar a palavra para tecer considerações, geralmente com base em algum “mote” religioso (muitas vezes, um trecho da bíblia), sobre a vida do assentamento/Associação. Depois disso, colocavam-se os *informes*, que não necessitavam de tomada de decisões, seguidos pela *pauta* de questões propriamente ditas, em relação às quais era necessário tomar decisões. Cumprida a pauta, encerrava-se a assembléia. A reunião era coordenada, geralmente, pelo presidente da Associação; o secretário escrevia a ata.<sup>3</sup>

João Batista havia sido presidente da Associação durante três mandatos. Gozava de grande prestígio no assentamento, mesmo entre seus opositores, e era um interlocutor reconhecido junto às autoridades e a outras organizações de trabalhadores. Era

também, naquele momento, um dos dirigentes estaduais do MST. Havia concorrido na eleição anterior ao cargo de vereador, mas apesar de bem votado, não havia conseguido se eleger (isso só veio a ocorrer na sua segunda tentativa, em 1996).

O discurso que será enfocado aqui foi feito no “*momento de reflexão*”, na parte inicial da assembléia, que estava relativamente “cheia”. Foi precedido pela fala introdutória do presidente da Associação, que coordenava a reunião, e pela *reflexão* de um ex-dirigente da Associação, que era também pastor, e que além de ter discorrido sobre a *luta pela igualdade e a fraternidade*, havia cantado uma música de caráter religioso cuja letra também tinha essa temática. Ao final da fala do pastor, o presidente da Associação, depois de algumas considerações sobre a fala precedente, lembrou que a palavra ainda estava aberta para as *reflexões*, e perguntou a João Batista se ele gostaria de falar.<sup>4</sup> João Batista dirigiu-se à parte da frente do salão e falou em pé diante do público. Ele preferiu iniciar cantando: observou que se soubesse que haveria violão, teria trazido a letra da música mimeografada para que todos cantassem juntos, e pediu ao pastor que o acompanhasse ao violão, fazendo ao mesmo tempo uma brincadeira com ele.<sup>5</sup> A música era uma paródia “militante” (uma adaptação divulgada pelo Movimento Sem Terra) de uma conhecida música sertaneja cujo refrão é um trocadilho (“Nessa casa tem goteira/ Pinga ni mim”), com a letra alterada de modo a abordar o tema da reforma agrária e da luta contra o latifúndio (“Nessa terra tem capoeira/ roça sem fim”). João Batista cantou a música,<sup>6</sup> inserindo algumas observações, relacionando a letra da música ao processo de *luta pela terra* que eles viveram. Fez isso, por exemplo, ao mencionar, na passagem que em que a letra da música diz “há muito tempo acampado/esperando o resultado/ que o governo nunca quer”, o nome do local onde parte dos assentados haviam ficado acampados, e também ao encerrar a música com a observação “Tinha capoeira, agora tem roça mesmo...” – referindo-se à própria área do assentamento e ressaltando o trabalho investido pelos assentados para transformá-la em área agrícola.<sup>7</sup>

Ao encerrar a música, seguiu-se uma espécie de introdução ao seu *discurso* (que foi uma *reflexão*, na classificação usada no evento). Com a frase: “Mas, gente, o Ezequiel [o pastor] estava observando... e eu estava lendo um trecho nas Sagradas Escrituras esses dias, né...”, a leveza e o humor introduzidos pela música paródica foram substituídos por um certo ar “solene”, próprio desse momento da reunião, marcado pelo silêncio atento do público. João Batista introduz o mote bíblico que orientará o discurso – a humildade. Primeiro, identifica um problema – o desejo de querer “ser mais do que o resto” – como algo que é tratado na Bíblia, e estabelece a comparação com a situação atual da Associação: “aí eu fiquei pensando... mas parece [pausa de dois segundos] com a nossa Associação”. Narrando a sua reflexão interior, ele dirige ao público uma pergunta que ele mesmo irá responder: “Aí eu pergunto: quem é o mais importante no reino dos céus?”. A resposta foi dada por Jesus: “E Jesus mostrou para eles que o mais grande no reino dos céus teria que ser... do tamanho dessa criancinha que está aqui [apontando para uma criança]”. Propõe então uma aplicação desse ensinamento

bíblico sobre a humildade para o contexto do assentamento: “Então a gente para se tornar realmente grande na nossa Associação (...) nós temos que ser igual, em nosso pensamento, à pessoa mais simples que a gente vê em nosso assentamento”.

Feita essa fundamentação baseada na autoridade da Bíblia e trazida a temática para o contexto imediato (lançando mão de recursos como apontar uma criança e falar da situação da *nossa Associação*), João Batista muda de registro e passa a narrar um episódio recente (em contraste com o passado atemporal da Bíblia) que exemplifica a importância da humildade, e no qual ele é o protagonista: “*Ontem, por exemplo, eu tive uma experiência dessa...*”. Essa narrativa acaba por colocá-lo, intencionalmente ou não, como *exemplo* da importância da humildade no contexto do trabalho da Associação. João Batista constrói uma narrativa plena de significados morais. Conta como ele e outro assentado foram com o caminhão da Associação buscar tijolos que haviam sido doados para a Associação, e como chegando ao local – um presídio, pois os tijolos doados eram feitos pelos presos – perceberam que o caminhão era grande demais para passar no portão e estacionar onde estavam os tijolos. Por isso, o funcionário da Secretaria de Assuntos Fundiários que estava acompanhando o processo telefonou para um motorista da Secretaria para que trouxesse outro caminhão, menor, para tirar os tijolos do presídio e levá-lo até o caminhão da Associação. Os presos carregaram os tijolos para o caminhão pequeno, mas para tirar os tijolos do caminhão pequeno para o maior, João Batista e o outro assentado tiveram que trabalhar sozinhos, o que exigiu grande esforço. João Batista enfatiza, em sua narrativa, que não se trata de exaltar-se pelo seu *sacrifício* de trabalhar pesado pela Associação, mas de ressaltar a importância da humildade e do fato de ser um *trabalhador*. João Batista insere na narrativa palavras do motorista da Secretaria que apontam para o reconhecimento e o respeito que este tinha por ele, e faz um comentário sobre a fala desse personagem (o motorista), explicando que esse respeito não deriva de ser ele (João Batista) um “homem importante”, mas um “homem trabalhador”, voltando implicitamente para o tema da humildade:

Agora, o que me deixou mais feliz, e o Zé Antonio, que não sei se está aí, pode confirmar isso, foi que o motorista disse: “olha, João Batista, eu só vim porque era você, porque hoje é a minha folga”. Então isso me deixou feliz, porque o cara reconheceu que quem estava lá para carregar o caminhão era um trabalhador também e também precisava do trabalho dele. Quer dizer, ele não foi porque era um homem importante, foi porque era um homem trabalhador.

Acrescenta mais uma citação do mesmo personagem, que o compara a outras lideranças de assentamentos, e completa com um comentário seu a respeito dessa segunda citação:

Ele me disse uma outra coisa que eu achei interessante... que dessas associações que ele anda, a única pessoa que ele vê, dessa turmada aí, a única pessoa que ele vê que pega junto, sou eu... desses outros mutirões [assentamentos] que tem por aí. E eu fiquei satisfeito por entender isso. Porque tem uma porção de colega por aí que eles *falam* do trabalhador, mas cria o boi dele no meio da roça dos outros, no meio das estradas e são... *dizem ser* liderança dos trabalhadores.

Nesse trecho, João Batista habilidosamente colocou na boca de um personagem da narrativa que era uma figura completamente “neutra” do ponto de vista das disputas entre lideranças – o motorista da Secretaria da Agricultura – o reconhecimento de que ele próprio é um excelente exemplo da humildade que, mais do que ninguém, devem ter os que se pretendem lideranças de *trabalhadores*. Além disso introduziu, como comentário à citação de um comentário de um personagem da narrativa, um tema fundamental para as questões aqui abordadas, formulado por ele da seguinte maneira: a diferença entre *falar do trabalhador* e ser realmente *trabalhador e liderança dos trabalhadores*. Segundo João Batista, há *lideranças que falam do trabalhador* mas não são verdadeiramente *trabalhadores*, são seus inimigos, pois criam gado no meio das roças dos outros (a oposição entre “criadores de gado” e “trabalhadores rurais” é muito marcada nesse contexto). Ele chama a atenção aqui para a possibilidade da dissociação entre a fala pública de lideranças e a “verdade” dessas lideranças, afirmando implicitamente que a sua fala é verdadeira, ao contrário da de algumas outras lideranças, que só pode ser ilusória por não serem verdadeiros *trabalhadores* que falam, apesar de *falarem* dos trabalhadores e *se dizerem* lideranças de trabalhadores. Ele conclui essa etapa do discurso afirmando a humildade e a igualdade como valores: “a gente tem que ser importante, sim, mas pras pessoas ser igual à gente, que aí a gente se torna importante”.

A seguir, surge uma nova etapa do discurso de João Batista: voltando ao tema da humildade e da igualdade, direciona o discurso para fora do assentamento, para o país, e lembra que a maioria dos brasileiros são, como eles mesmos, *sofredores*: “nesse país que vivemos, oitenta por cento são pessoas igual a nós, raladinho, sofredor”. Aborda então o tema da eleição (para governador e deputados, que estava se aproximando), ressaltando a grande importância da mesma e exortando os presentes a votarem contra o candidato do governo. Nesse trecho do discurso, ao comentar a respeito dos candidatos do governo, dirige perguntas ao público, que ele mesmo responde:

Tem alguém de vocês que tem saudades do Moreira aí? Do Newton Cruz, que foi da ditadura militar? Desses cabras aí que está lá apoiando o cara? Aliás, o do prefeito, tem alguém que tem saudade aí, ele fez alguma coisa de bom aí? Não, né?

Passa a exortar o público a tomar uma posição, incluindo a si e ao público em um *nós, trabalhadores*: “Então nós, trabalhador, vamos ter que tomar uma posição de

quem que a gente vai votar”. Denuncia os problemas causados pelo governo – a alta do custo de vida e os baixos salários, e acusa “eles” de “não ter interesse que o trabalhador tenha uma vida digna”.

Por fim, ele sumariza os temas que foram abordados e introduz o último tema de sua fala: a necessidade de *caminhar em uma mesma direção, a direção da luta dos trabalhadores* (apesar de não usar o termo *união*, trata-se evidentemente de uma variação desse tema, sempre ressaltado nesses discursos). Ele enfatiza a importância de “*não puxar para trás*” e usa a imagem da caminhada e dos caminhos que levam à cidade mais próxima ao assentamento para apontar a necessidade de agir em um mesmo sentido – o que pode ser lido como crítica genérica aos que não “caminham junto”, sem fazer nenhuma acusação específica.

O “tom” geral do discurso está longe de ser agressivo: ele fala alto apenas o suficiente para ser bem ouvido, sem gritar; sua fala é pausada; usa bastante o alongamento de uma sílaba para chamar a atenção sobre uma palavra (“grande”; “tinha”; “frente”); envolve o seu público com perguntas, como se estivesse conversando. O uso freqüente do “nós”, “nossa”, “nosso”, e sobretudo “a gente”, especialmente na parte final do discurso, reafirma e enfatiza uma identidade e uma história comuns, além de criar um efeito de proximidade com os que assistem. O público acompanha em silêncio e atentamente.

O discurso pode ser subdividido da seguinte maneira: um momento preliminar, mais descontraído, com apresentação musical; uma introdução, em que se apresenta o tema bíblico e se estabelece a comparação com a situação atual da Associação; uma narrativa em que aquele que fala é o personagem central; exortações a um “nós” (devemos ser humildes, devemos votar contra o governo); um encerramento com exortação à união e crítica genérica aos que prejudicam essa união. A montagem do discurso coloca a narrativa em que o próprio João Batista é o protagonista como momento central. O “eu” da narrativa aparece, de certo modo, como *modelo* ou *exemplo* para o “nós” enfatizado no início e no final.

O significado dessas características fica mais claro, talvez, acrescentando-se algumas informações. Apesar do evidente prestígio de João Batista entre os assentados, havia disputas pela liderança, que em certos momentos haviam sido bastante intensas – e voltariam a sê-lo dali a alguns meses. Mas aquele foi um período relativamente “frio” neste sentido. O novo presidente, que não era próximo a João Batista, havia tomado posse recentemente, e João Batista evitava atacá-lo, em algo como um “voto de confiança” (que mais tarde seria uma espécie de trunfo). Em outro plano, a reorganização do MST no Estado havia gerado algumas disputas entre as lideranças dos assentamentos. Mas as assembleias da Associação não eram importantes para essas disputas, que eram um pouco distantes para a maioria dos que ali estavam; não chegavam a tornar-se um tema “quente” naquele contexto. O discurso foi todo feito em tom relativamente “sereno” (altura da voz constante, expressão facial severa mas constante, gestos discretos) e as críticas e acusações assumiram um caráter muito genérico e implícito (até

pelo próprio fato de ser um discurso feito no *momento de reflexão* e sem referência a qualquer problema concreto, coisa que geralmente acontece em outra etapa da reunião, a *discussão da pauta*). O que acabou sendo ressaltado, nessas circunstâncias, foi a própria afirmação da excelência da liderança de João Batista, afirmação tranqüila de quem tem um prestígio bastante sólido.

Mas o prestígio de uma liderança não está nunca totalmente assegurado, precisando ser continuamente realimentado e defendido. A fala pública é importante neste sentido, pois é uma forma de responder a acusações feitas, ou que podem ser feitas, não-publicamente. A fala aqui enfocada retomou um tema recorrente, não só para João Batista como também para todos os dirigentes camponeses: a necessidade de enfatizar que não ganham com a sua posição, e não pretendem ganhar; que são honestos; que se dedicam a servir; que na verdade prejudicam a sua situação individual (se *sacrificam*) ao assumir a liderança. Expostos que estão às possibilidades surgidas no seu contato com agentes poderosos e distantes (“autoridades”), as acusações de desonestidade, ganho pessoal, enriquecimento, são freqüentes e podem destruir todo o prestígio acumulado por uma liderança. Esse discurso de João Batista (como muitas outras de suas falas mais “públicas” ou mais “privadas”), ao responder preventivamente, por assim dizer, ao tipo de acusação de que é inevitavelmente vítima potencial dada a sua posição como dirigente, centrou-se em uma narrativa. Essa narrativa o coloca como exemplo de um valor preconizado pela Bíblia – a humildade – e como modelo de boa liderança de trabalhador, de liderança cuja fala é verdadeira pois aquele que fala é o que aparenta ser – um trabalhador, parte de um “nós” e exemplo para esse “nós”.

\*

O segundo discurso que será analisado foi feito por Pedro, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinimbu, também no Estado do Rio, em julho de 1998. O contexto é o processo de eleição para os cargos de dirigentes do Sindicato. O presidente era candidato à reeleição juntamente com os demais membros da diretoria, concorrendo contra o antigo presidente, que fora derrotado na eleição anterior (1995) e que havia sido presidente do Sindicato durante muitos anos (mais de vinte), ainda contando com um número considerável de “simpatizantes”. A eleição estava marcada para aquele dia, e era considerada uma eleição “quente”, disputada, com muitas acusações de parte a parte, inclusive acusações de desonestidade e de incompetência, feitas “à boca pequena” e também, ainda que implicitamente, nos discursos públicos. Na tarde do dia anterior, o juiz da comarca havia concedido uma liminar suspendendo a eleição, em função das alegações feitas pela chapa de oposição, de irregularidade no processo de escolha da comissão eleitoral. No dia anterior, antes da concessão da liminar pelo juiz, alguns carros de som haviam circulado pelo município, contratados pela diretoria do Sindicato, convocando os trabalhadores para a eleição, e havia sido

montado um esquema de transporte para os votantes (lançando mão de carros, kombis e vans de sócios do Sindicato ou conhecidos). Os diretores do Sindicato haviam decidido que não seria possível desfazer a convocação e o esquema de transporte, e que seria melhor fazer uma reunião com os que comparecessem para votar. A sede do Sindicato amanheceu movimentada, e foi enchendo cada vez mais até perto de meio dia. Praticamente todos os que compareceram apoiavam o atual presidente (os que apoiavam a chapa de oposição já estavam prevendo a liminar e não compareceram), e muitos não sabiam a respeito da suspensão da eleição antes de chegar à sede para votar. Alguns diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado também tinham vindo de Niterói (onde fica a sede da Federação) para acompanhar a eleição.

Por volta das dez horas, o presidente do Sindicato saíra de uma reunião a portas fechadas com os dirigentes do Sindicato e da Federação e fizera um rápido porém emocionado discurso para os trabalhadores que se aglomeravam no saguão do Sindicato. Depois, voltara a reunir-se com os outros diretores do Sindicato e da Federação. Mais tarde, enfim, chamou os trabalhadores presentes para a rua, em frente à sede do Sindicato, para falar-lhes (a sua fala era esperada pelos presentes, que perguntavam uns aos outros e aos outros dirigentes do STR, com certa insistência, se Pedro não iria falar). Um palanque foi improvisado com um banco de madeira, no qual subiram inicialmente o presidente do Sindicato e um dos componentes de sua chapa (também vereador).

Pedro começou o seu discurso convidando para a frente os dirigentes da Federação (o presidente da FETAG foi convidado a também subir no banco-palanque), apresentando-os ao público e enfatizando a relação de cada um deles com a “luta” ou “o movimento”. Alguém na platéia pediu a Pedro que falasse mais alto; ele, que já estava falando razoavelmente alto, respondeu dizendo, agora muito alto, que em primeiro lugar queria “*agradecer a Deus... pela saúde e pela potência*” que ele havia lhe dado (sendo bastante aplaudido a partir do momento em que falou “*agradecer a Deus*”). Durante esse momento de apresentação dos “convidados” e pessoas de destaque, o clima era de relativa descontração, com algumas brincadeiras entre Pedro e o público, risadas e comentários do público.<sup>8</sup>

Terminadas as apresentações, a frase “*Bom, pessoal, vocês estão vendo que minha cara não é de tristeza, é de felicidade*” deu início ao corpo do discurso, fazendo o público silenciar e reafirmando, como em outros momentos, que a suspensão da eleição não estava sendo avaliada como uma derrota, ao mesmo tempo que chamava a atenção para a posição central de quem ali discursava – a sua cara, de certa forma, devia ser vista como espelho da situação.

Passou então a explicar os motivos da suspensão da eleição e narrar os acontecimentos recentes relativos à eleição. Nessa altura, falava muito alto, com falas pausadas; mais do que agressivo, o tom e os gestos e expressões pareciam expressar desgosto, especialmente quando ele se referia ao comportamento da outra chapa, baixando a voz e alongando a sílaba a cada fim de frase, com expressão de nojo:

Esse foi o motivo, dizendo que JP não é trabalhador rural. É uma vergonha ouvir isso (...) E por esse motivo a chapa 2 achou que tinha por direito impugnar a Comissão Eleitoral em cima da hora da eleição, desrespeitando o direito do trabalhador rural. Tinha que avisar isso há uma semana... e não deixar que vocês viessem aqui perder o dia de vocês que é muito valioso... É uma vergonha o que estão fazendo com vocês... Isso me entristece, me entristece mesmo... porque sempre tive um respeito muito grande pela categoria.

Feitas as críticas ao comportamento da chapa concorrente (ao afirmar implicitamente que, ao contrário dele, a outra chapa não tinha *respeito* pela categoria), o movimento seguinte do discurso é lançar um desafio:

Quero dizer aos senhores... que vamos voltar outra vez. Vamos voltar sim [gritando] (...) E não vamos voltar com esse número só, não (...) vamos dobrar esse número de companheiros.

Feito esse desafio, Pedro muda de tom, baixa a voz e parte para a reafirmação humilde do respeito à autoridade legal e às intenções divinas:

Vamos esperar a decisão da justiça com muito respeito, porque aquele que está lá em cima vai dar a vitória a quem merece.

Nesse momento, aproximadamente no meio do tempo total do discurso, Pedro antecipa a finalização de sua fala – afirmando que está “encerrando” e valorizando o fato de não falar muito, quando na verdade está aproximadamente apenas na metade do tempo de fala – e nega que seu discurso seja “falar bonito”:

Encerrando a minha falação, que não adianta falar muito, não tenho dinheiro para contratar som para falar bonito...

Nesse trecho, surge mais uma vez o tema da desconfiança em relação à fala pública. Se João Batista menciona em seu discurso os dirigentes que falam do trabalhador mas são na verdade seus inimigos (criadores de gado), aqui Pedro afirma que não tem dinheiro (implicitamente, que é verdadeiramente trabalhador) e por isso não tem condições de *falar bonito* (apontando o uso de aparelhagem de som que permite a amplificação da voz como condição de *falar bonito*) – implicitamente, que se não fosse realmente trabalhador, teria dinheiro e poderia *falar bonito*. Ele embute em seu discurso um metadiscurso referente ao mesmo: sua fala deve ser vista como uma fala curta, que não é bonita, mas verdadeira.

Passa então a justificar a convocação feita no dia anterior, a impossibilidade de

desfazer a convocação e evitar a perda do “dia de serviço” dos trabalhadores que ali foram votar (afirmando implicitamente que a outra chapa falta com o respeito aos trabalhadores que lutam para viver), volta a argumentar contra as alegações feitas pela outra chapa (apresentando “provas” de que JP é realmente “trabalhador rural” – mostrando enfaticamente, do alto do “palanque”, as notas fiscais de venda de produtos agrícolas desse trabalhador) e refere-se ao trabalho que o Sindicato está desenvolvendo sob a sua gestão. Toca novamente temas abordados anteriormente, como o respeito pela *luta* dos que estavam ali presentes, o respeito pela *categoria* e a volta de todos, em maior número, quando a eleição for finalmente convocada.

Passa então a reafirmar que se considera como alguém que serve aos outros, que atende aos trabalhadores e que nada ganha com isso, antes perde:

Não tenho vergonha de dizer a vocês, que muitas vezes fico o dia todo sem comida. Eu chego em casa meia noite, uma hora da manhã, porque o tempo é muito pouco para eu atender às necessidades e reivindicações que me fazem.

Também aqui trata-se de responder “preventivamente”, e “indiretamente”, em termos muito genéricos, às acusações que os dirigentes sindicais estão potencialmente sujeitos (especialmente nos momentos de disputa) relativas ao uso do cargo para interesse próprio. Ele afirma que o seu cargo e a sua vontade de ser um bom dirigente e *atender* a todos, ao invés de privilégio, representam um *sacrifício*, que o levam a uma condição crítica, da qual poderia até mesmo ter *vergonha*.

Depois de chamar a atenção novamente para a sua *transparência* (termo que ele usou várias vezes e que também remete, como o trecho acima, ao tema da honestidade), encerra com uma acusação e uma exortação:

Eu não quero o mal de vocês, mas também não quero ver essa baderna. Nós temos que lutar pela moralização de nossa categoria. Muito obrigada [aplausos].

Encerrada a sua fala, discursou então o seu companheiro de chapa que é vereador, mas logo após esse discurso, Pedro lembrou-se de fazer um acréscimo, contando que no dia anterior havia conseguido garantir a doação de uma área de terra para fazer uma colônia rural para a terceira idade, um campo de ervas medicinais e um centro social e cultural para os jovens. Com base nisso, passa a atacar a outra chapa, em voz alta e tom irado:

É isso que esse pessoal [a chapa 2] tem que pensar. Pensar exatamente no emprego em Sinimbu. Lutar por um desenvolvimento social. E não ficar nessa guerra de pensar que isso aqui é cabide de emprego. É isso o que eu queria passar para vocês. Estou lutando e preciso da força de vocês. Mas garanto a vocês que a luta... a vitória vai ser muito grande! [aplausos].

Ao contrário do caso analisado anteriormente, trata-se de um momento “quente” na disputa interna pela direção da organização. Era fundamental para Pedro evitar que a suspensão da eleição fosse considerada uma derrota, e ao mesmo tempo acusar e desgastar a chapa concorrente, especialmente porque o público era constituído basicamente pelos seus correligionários (numa situação bastante próxima, neste sentido, à de um comício político).<sup>9</sup> Em contraste com o discurso de João Batista analisado acima, feito em voz não muito alta, com gestos e expressões evocando algo como uma severidade serena, o discurso de Pedro foi feito em dois “registros”: quando falava da chapa 2, falava alto, com expressões faciais (cenho franzido) evocando desgosto e indignação; quando falava de sua atitude e realizações e de sua relação com a sua “base”, baixava a voz, e sua expressão facial (sorriso) evocava alegria e serenidade, como quando ele falou o trecho abaixo:

Mas quero dizer a vocês que tem uma coisa muito boa, que é coração transparente, não tem maldade no meu coração. O que eu quero para mim, minha gente, é o que eu quero para a minha família em casa, é o que eu quero para a minha mulher e os meus filhos, eu desejo de coração que Deus dê em dobro para mim aquilo que eu desejar para o outro.<sup>10</sup>

O público, ainda que constituído de pessoas que não conviviam entre si tão cotidianamente como no caso do assentamento, reunia sobretudo pessoas que se conheciam e que conheciam diretamente os protagonistas do enfrentamento, e que tinham acesso aos rumores que circulavam em torno da eleição. Desde o início do dia, chamou a atenção a relação individualizada que Pedro tinha com muitos dos sócios presentes ali, e a interação efusiva que mantinha com eles, nos encontros individuais. Também ao longo do discurso, as interações foram efusivas. Em pelo menos dois momentos, houve membros do público que interromperam o discurso de Pedro com frases (exclamações curtas) afirmando a vitória que aquela assembléia significava.

Esse discurso teve uma organização menos linear do que o discurso analisado anteriormente. O que sobressai é menos um fio condutor (o tema bíblico) ligando várias etapas, e mais uma série de temas recorrentes. É interessante observar que em dois discursos feitos por Pedro anteriormente (em uma reunião do grupo de apoio na noite anterior, e mais cedo, no saguão do Sindicato, nenhum deles gravado) esses temas já estavam presentes, havendo inclusive recorrência das mesmas frases, em uma espécie de “ensaio” desse discurso feito no “clímax” daquele dia.<sup>11</sup> Trata-se de temas como: a atitude *vergonhosa* da outra chapa; a *transparência* da atual gestão e de seu presidente; o desejo de *servir* aos trabalhadores; o respeito pela *categoria* (que a outra chapa não teria) e por aqueles que ali estavam (*trabalhadores*, *humildes*) e pela sua *luta*; o seu *sacrifício* pessoal, que o leva a uma situação crítica, da qual porém não sente *vergonha*; a falsidade das acusações feitas “na rua” (*conversa fiada*); a *vitória*

que aquele momento representava.

Também em contraste com a fala de João Batista, que enfatizou o “nós”, “a gente”, e “nosso”, ou então o “eu” como modelo para o “nós”, a fala de Pedro lançou mão sobretudo do “eu” e do “vocês” (os que estão ali, os trabalhadores), enfatizando a relação entre esses termos (“eu” na posição de servidor de “vocês” e precisando do apoio de “vocês”) e da oposição “vocês” contra “eles” (a chapa 2), bem como o contraste entre as suas (do “eu”) características e atitudes e as características e atitudes “deles”.

Outro contraste marcante com a “reflexão” de João Batista foram as próprias circunstâncias do evento: ao invés de um encontro rotineiro, foi uma reunião “extraordinária”; ao invés de um salão, foi na rua, com o presidente em cima de um banco-palanque, discursando para um público em pé, concentrado em frente ao palanque; o público era majoritariamente formado por trabalhadores correligionários de um dos lados em disputa e não representava formalmente o conjunto da “base”, como na assembléia.

Mais claramente do que no discurso de João Batista, tratava-se aqui de responder publicamente a acusações feitas (daí a insistência no tema da transparência e nos resultados da gestão que comprovam a competência como dirigente sindical) e de acusar publicamente o concorrente, lançando desafios. Ainda que não se colocasse, como no caso de João Batista, uma narração através da qual o narrador era alçado à posição de modelo ético, a questão das qualidades éticas de quem fala perpassam o discurso, revelando uma espécie de “ética do serviço ao próximo”, que não deixa de estar relacionada ao tema da humildade abordado por João Batista.

Por fim, cabe observar que a autodepreciação do próprio discurso, através da observação de que “*não adianta falar muito*” e pela observação implícita de que ele não estava preocupado em *falar bonito* (algo associado a *ter dinheiro* e, implicitamente, a não ser trabalhador) parece voltada menos para uma avaliação real do caráter sintético e da ausência de beleza no discurso (pelo contrário), e mais para a afirmação de que não se trata *apenas* de “falar muito e bonito”, mas de dizer palavras sinceras e verdadeiras. Ou seja, é como se estivesse em jogo afirmar que aquele que ali fala, e que tem o poder de falar publicamente, muito, e bonito, não vai usar esse poder para iludir.

\*

Os dois últimos discursos a serem abordados foram feitos em um Congresso de uma organização que reúne sindicatos de trabalhadores rurais (a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG), por candidatos à presidência dessa organização. Esses discursos foram feitos durante a apresentação das chapas, no último dia do Congresso (que durou quatro dias), imediatamente antes do início da votação.

Durante todo o Congresso, a tensão entre os dois grupos era evidente, mas até o penúltimo dia, falava-se na possibilidade de compor uma chapa única, ou ainda da possibilidade de restringir a disputa aos dois “cabeças de chapa”. Quando os discursos que serão analisados foram feitos, já estava decidida a disputa entre duas chapas, havia

acusações mútuas de “divisionismo” (a *divisão* como oposto da *união*, tão valorizada nesse contexto), e as discussões do Congresso (todas bastante marcadas pela disputa) já estavam encerradas. Na verdade, o próprio resultado da disputa já era relativamente previsível, inclusive para os candidatos que foram derrotados.

Os discursos foram feitos em um imenso auditório, diante de um público formado pelos delegados ao Congresso (dirigentes ou representantes sindicais de todos os Estados), pelos candidatos das chapas, pelos assessores, observadores (pesquisadores, antigos dirigentes, assessores), por algumas autoridades e pela imprensa. O público estava relativamente disperso no momento dos discursos: boa parte dos delegados estava a espera do início da votação, já em fila, diante das urnas que estavam no mesmo auditório. Uma parte do público estava sentada em frente à mesa onde estavam os oradores. As falas eram amplificadas por um potente sistema de som (que porém não evitava as distorções, dificultando a compreensão em muitos momentos). Havia muito ruído do público. Visualmente, a maior parte dos delegados (que formavam o grosso dos presentes) estava identificada com alguma das duas chapas através de bandeirolas, camisetas e adesivos. Os participantes aparentavam muito cansaço, pois tratava-se do último dia do Congresso. Talvez, por isso, a interação entre orador e o público, através por exemplo de vaia e aplausos, não foi tão intensa como nos dias anteriores.

Joaquim, da chapa 1, iniciou a sua fala saudando, bastante formalmente, os presentes (lembrando cada uma das categorias que compunham o público, como os representantes das delegações estrangeiras, os dirigentes da organização, os candidatos etc). Em seguida, observou que a situação dos trabalhadores (especialmente dos rurais) no Brasil é grave e criticou o governo (“*esse cafajeste desse governo*”) e o Presidente da República. O próximo movimento foi o de apresentar o “*projeto alternativo*” da organização, ressaltando o papel desta na história (“*seja na resistência da ditadura militar; seja participando das grandes lutas pela abertura democrática*”). Mencionou os principais pontos da pauta da organização, como *política agrícola, reforma agrária, emprego, educação, meio-ambiente*. A seguir, abordou as eleições políticas, exortando os *companheiros* a ajudar a esclarecer os “*companheiros que ainda não têm clareza*” a escolher bem os representantes (presidente, governadores, deputados). Ressaltou que nessas eleições estaria havendo o enfrentamento de dois projetos: “*um que visa resgatar a cidadania, o fortalecimento dos trabalhadores, a recuperação de nosso país; e outro que vai continuar entregando nossas riquezas para o capital internacional*”.

O ponto seguinte foi a organização dos próprios Sindicatos, criticando a proposta de fim da unicidade sindical em discussão no Congresso Nacional. Nesse ponto, fez referência ao processo de eleição: “*...esse Congresso, sim, poderia interferir mais na discussão da estrutura sindical. Mas lamentavelmente a nossa relação foi a disputada*”. Daí em diante, fez mais algumas referências à disputa em curso, conclamando à unidade e situando o governo e a maioria do Congresso Nacional como os inimigos a serem enfrentados:

E por fim, companheiros, eu queria dizer que nós precisamos, apesar da disputa, continuar unidos na luta (...). O nosso inimigo não está aqui dentro. Precisamos entender que o nosso inimigo está lá fora. É a maioria do Congresso Nacional. É essa forma de administração neoliberal que vem matando os trabalhadores de fome.

Logo em seguida, encerra o discurso conclamando a *unidade dos trabalhadores* e puxando vivas com o público.

O discurso de Joaquim foi feito em voz muito alta, como todos os discursos feitos em plenária durante o Congresso, mas falando pausadamente, e sem grandes variações na altura da voz (a não ser na seqüência de vivas no final, quando ele elevou a voz ainda mais) e com uma expressão severa (o cenho franzido, sem sorrisos), que pouco se alterou ao longo do discurso. O “tom” do discurso foi de serenidade (gestos bastante contidos), bem adequado a quem se sabia provável vencedor da disputa. Não fez acusações a outra chapa, apenas lamentou a disputa; não enfatizou as diferenças e buscou situar os “verdadeiros” inimigos “fora” do campo sindical. Os temas abordados – e os termos em que foram abordados – foram bastante previsíveis, e o discurso foi bastante “linear”: saudações, críticas ao governo, apresentação da proposta, lamentação da disputa, conclamação à unidade. A cada início de um novo movimento do discurso, Joaquim chamava os membros do público através da expressão “companheiros e companheiras” ou simplesmente “companheiros”.

O discurso de Nelson, da chapa 2, começou com uma saudação mais informal e indistinta do que a empregada por Joaquim: “*Companheiras, companheiros*”. Imediatamente depois da saudação, Nelson chamou a atenção para a carga emocional que a disputa envolvia, ainda que fosse para dizer que não se deixaria levar por ela, contrastando marcadamente com o tom “impessoal” do discurso de Joaquim:

Eu não sei se vocês observaram, durante a falação vários bilhetes chegaram aqui para mim, pedindo que eu dissesse uma coisa, dissesse outra. Eu vou optar por um caminho, que talvez não seja o que a maioria dos nossos corações estejam querendo, mas eu vou optar pelo caminho da racionalidade política.

Convida então os presentes a realizar uma *profunda reflexão* e critica os rumos do Congresso, chamando a atenção para a gravidade do momento: “*Não adianta a gente sair daqui dizendo que está tudo bem*”. Volta então a ressaltar as emoções envolvidas e afirma a sua sinceridade:

Quería ser sincero com vocês que quando terminar esse Congresso aqui, muita gente vai chorar como chorou ontem, e acho que a gente ainda tem o direito de

chorar, nós não temos que ter vergonha de chorar [em voz muito alta]. Eu prefiro as lágrimas sinceras aos falsos sorrisos.

Ao longo do discurso, Nelson responde à principal crítica feita ao longo do Congresso à sua chapa (a de que estaria ocasionando a *divisão* do movimento) e lança desafios e críticas a outra chapa (acusando-a implicitamente de não tomar uma atitude clara de oposição ao governo, de estar propondo uma unidade que não é de esquerda, de não ousar transformar a estrutura sindical). Ao tocar em todas essas questões, reafirma que não sente *vergonha* – não sente *vergonha* de *chorar*, de *sonhar*, de *lutar* para ser presidente. Assim, reafirma a sua convicção de que não fez algo de “errado” ao lançar uma chapa – resposta à acusação de divisionismo em um contexto onde a *união* é um valor central – e apresenta as suas “credenciais” para lançar-se candidato. As “credenciais” que ele optou por apresentar naquelas circunstâncias foram a de ser sincero, ligado/comprometido emocionalmente (*de coração*) ao movimento sindical, sonhador, corajoso, além de ter uma história de luta no movimento (quando diz que “trago no sangue a origem do Grito da Terra...”).

Como nos discursos de João Batista e de Pedro, também o discurso de Nelson faz uma referência ao próprio discurso e à maneira como ele deve ser percebido e interpretado:

Outra questão que eu gostaria de comentar com vocês, e aqui não adianta fazer discurso para ganhar voto, eu acho que aqui não é discurso para ganhar voto não. Nós temos que fazer discurso pensando no futuro, para se refletir profundamente.

Ele aponta aqui para a verdade ou sinceridade do discurso, em oposição, nesse caso, ao “discurso para ganhar voto”. Ao afirmar que suas palavras visam ao futuro – e implicitamente não o presente imediato, ou seja, a disputa –, parece apontar para uma validade mais permanente de suas palavras, que seriam assim de certo modo mais verdadeiras.

O discurso foi todo feito também em voz alta. Mas, diferentemente do discurso de Joaquim, o de Nelson mostrou bastante variação na altura da voz; de modo geral, ao contrário da postura de “serenidade severa” de Joaquim, o discurso de Nelson assumiu um tom de “envolvimento emocionado”, com movimentos muito vigorosos do corpo, um tom de voz alto e alterado, e com o uso de palavras como *choro*, *sonho* e *coração*; é a partir desse envolvimento e dessa emoção que ele exorta para a *reflexão*, termo que emprega diversas vezes e que aponta para uma diferenciação entre a sua preocupação (*de refletir profundamente*, uma preocupação substantiva com o conteúdo) e as preocupações imediatas (a disputa, os resultados eleitorais).

Outra diferença marcante entre os dois discursos é o emprego dos pronomes. No discurso de Joaquim, “nós” aparece 22 vezes, e “eu”, duas. No discurso de Nelson, “nós”

aparece sete vezes, e “eu”, 22. Dessa forma, pode-se dizer que o discurso de Joaquim foi nitidamente mais “impessoal”, e que ele já assumia a posição de representante do “nós” que é o corpo social formalizado pela organização. Nelson parece ter optado por centrar o discurso numa espécie de testemunho pessoal do processo eleitoral e das razões de ter lançado sua candidatura.

Ao mesmo tempo, ambos os discursos contrastam bastante com os dois outros discursos analisados. Em primeiro lugar, pela própria estrutura do evento e pela relação existente entre público e orador. Nos dois primeiros (especialmente no de João Batista), tratava-se de eventos relativamente pequenos, envolvendo um público bem conhecido pelo orador, com o qual ele tinha interações cotidianas, e também formado majoritariamente por pessoas conhecidas entre si; o que se discutia nesses eventos tinha um alcance relativamente limitado (um assentamento no primeiro caso e um município no segundo). O orador estava perto do público, que acompanhava atentamente o que era dito. No caso dos dois últimos discursos, tratava-se de um evento de grande escala (cerca de 1.500 pessoas), com um público heterogêneo, que de modo geral tinha uma relação mais distante com o orador; além disso, tratava-se de um evento de grande alcance, acompanhado inclusive pela imprensa, o que ampliava muito o público “não-imediato”. Os oradores falavam para os presentes, mas certamente também pesou a preocupação com um público que não estava presente de imediato. O público presente estava bastante disperso, e havia um constante ruído de fundo, fazendo com que o patamar mínimo de intensidade de voz fosse consideravelmente elevado.

Ao mesmo tempo, os dois últimos discursos têm em comum com o discurso de Pedro o fato de serem discursos feitos em um contexto de disputa, ao contrário do primeiro. Mas o discurso de Joaquim é, na verdade, praticamente o discurso de um vencedor após a disputa. Observa-se que o tom exaltado (voz mais alta, grande variação do tom de voz, expressão facial mais alterada) marca os discursos de Pedro (durante o auge de uma disputa) e de Nelson (que se sabia possivelmente perdedor na disputa), enquanto o tom mais “sereno” (voz relativamente mais baixa – respeitado o patamar mínimo para captar a atenção dos presentes; menor variação do tom de voz; gestos menos enfáticos) marca as falas de João Batista e Joaquim, agentes com suas posições, naquele momento, bastante consolidadas, e que se permitem colocar como parte de um “nós”, enquanto que Nelson e Pedro, enfrentando um momento de tensão, colocam-se como um “eu” em busca de um “vocês” para que possam compor um “nós”.

\*

Apesar das grandes diferenças entre os discursos analisados – relacionadas com as características de cada orador, o contexto imediato em que a fala foi realizada, o público a que se dirigia –, há alguns aspectos comuns.

Em primeiro lugar, são falas feitas a partir de uma posição de destaque indivi-

dual diante de um público – o orador fica na parte da frente do salão, ou em cima de um banco improvisado como “palanque”, ou na frente de um auditório em um local elevado. São também falas em volume elevado – feitas em voz alta ou muito alta, ou mesmo amplificadas com aparelhagem de som. Com isso, o público tem um contato visual e auditivo com o orador o mais “limpo” possível naquelas circunstâncias e pode e tende a se concentrar na figura do orador. O orador, além de falar alto, em algumas circunstâncias faz gestos enfáticos, movimentava seu corpo vigorosamente e apresenta expressão séria e severa, ou mesmo irada e indignada. Com tudo isso, marca o caráter especial, extraordinário, daquele momento e também daquela fala, algo que é reforçado pela caracterização explícita da gravidade do momento, prendendo a atenção do público.

As palavras e expressões usadas também se distinguem, em muitos momentos (ainda que nunca em todo o discurso), das palavras e expressões usadas cotidianamente pela maior parte do público. Construções como “achei por bem aceitar...”, “muitos dos senhores que estão aqui presentes também têm sua pequena propriedade que trabalha em regime de economia familiar...”, “participando das grandes lutas pela abertura democrática...”, “vou optar pelo caminho da racionalidade política...”, “que efetivamente faça com que o latifúndio perca a força do poder local”, fazem parte de uma espécie de “jargão” que muitos daqueles que acompanham o discurso estão longe de dominar completamente. Ainda que isso possa até mesmo prejudicar, em algumas circunstâncias, o pleno entendimento do que é dito por parte de parcelas do público, ajuda a marcar o discurso como “sindical” ou “do movimento”, o seu caráter especial, e também revela o domínio que aquele que fala tem sobre esse jargão.

Mas esses discursos estão também repletos de palavras de uso mais cotidiano, sobretudo aquelas que tem conotações morais e apontam para valores, tais como *luta*, *vergonha*, *sofrimento*, *sacrifício*, *sinceridade*, *falsidade*, *coragem*. O “mix” entre o “jargão do movimento” e essas palavras “moralizantes” varia conforme o orador e as circunstâncias: o discurso de Joaquim foi fortemente marcado pelo jargão, enquanto João Batista praticamente não o usou, preferindo construções mais cotidianas e palavras de significado moral. Talvez se possa pensar que o uso dessas palavras e expressões, ao apontar para algumas noções que parecem ser importantes na visão de mundo do público desses discursos, encontram forte ressonância no público, chamam a sua atenção e caracterizam “moralmente” a figura da liderança e também o “nós” formado pela liderança mais o público.

Além de todos esses fatores que contribuem para que o público mantenha a sua atenção no orador, ele lança mão de mecanismos “performativos” que envolvem o público. Dirige-se ao público, convidando-o a focalizar sua atenção (através de expressões como “Mas, gente...”, “Companheiros...”, “Bom, pessoal...”); lança perguntas para o público, ainda que seja ele próprio, o orador, que responda; narra histórias, criando dentro do discurso uma situação em que a distância entre público e orador fica relativamente diminuída;<sup>12</sup> faz referências a situações importantes vividas pelas pessoas

que compõem o público. Em um dos casos, houve até mesmo, como vimos, uma apresentação musical, com uma música cuja melodia era bastante conhecida e permitiu, se não o canto coletivo, pelo menos um envolvimento com a música.

Outro aspecto que redundava em maior envolvimento do público e maior focalização naquele que fala é a construção da ocasião como um momento grave, crítico e decisivo para todos ali presentes. Esse é o efeito de frases e expressões como “Essa eleição, ela vai decidir os destinos do Rio de Janeiro, conseqüentemente também os destinos de nosso assentamento”, “Estou lutando e preciso da força de vocês”, “Nós vivemos nesse momento uma situação difícil, muito difícil para os trabalhadores brasileiros”, “Não adianta a gente querer sair daqui dizendo que está tudo bem”, “quando terminar esse Congresso aqui muita gente vai chorar, como chorou ontem”.

Além disso, todos esses discursos são apresentados como “improvisações”, como falas feitas “no calor da hora”. Não são textos lidos ou decorados. Ainda que isso possa ser relativizado, na medida em que partes desses discursos já foram apresentadas antes em falas ou conversas anteriores em outros contextos possivelmente mais informais,<sup>13</sup> e na medida em que – especialmente em eventos de maior escala, menos “rotineiros” – os discursos possam ter sido previamente esquematizados e preparados, o que ocorre é que há pelo menos uma aparência de uma fala produzida completamente na hora, fluindo diretamente da inspiração do orador, de seu “eu”, o que tende a aumentar a atenção do público.<sup>14</sup>

Nesses discursos, portanto (se tudo correr de forma “feliz”), o orador estará bem no foco das atenções e o público estará envolvido. É nessas circunstâncias especiais que o orador vai construir publicamente uma imagem de si, das fontes de sua autoridade, de sua relação com o público, do “nós” categórico do qual ele e o público fazem parte, e de seus inimigos.

\*

Em uma situação como a de uma palestra acadêmica, a personalidade do orador e sua autoridade estão subsumidos formalmente à apresentação de um discurso relativamente impessoal de modo que o “eu” do orador só vem à tona explicitamente em momentos delimitados, apartados do corpo principal da apresentação (Goffman, 1981). Ao contrário, em três das falas aqui analisadas os dirigentes tendem a expor o seu “eu” com certo destaque: esse pronome é usado com frequência conforme o orador descreve seus pensamentos, ações e intenções, faz narrativas em que ele próprio é um dos personagens centrais, refere-se aos seus *sacrifícios* e *lutas*, revela suas angústias e emoções, afirma a sua sinceridade, a sua honestidade e seu caráter de *trabalhador*. O orador também aponta, explícita ou implicitamente, as fontes da autoridade desse “eu” que se revela: menciona seu conhecimento do texto bíblico, descreve as suas realizações no Sindicato, narra seus contatos com autoridades, lembra sua participação

em mobilizações e lutas, afirma os seus compromissos com o movimento.

A relação entre esse “eu” e “vocês” (o público), é construída conforme o orador dirige-se ao público através de frases como: “eu quero clarear para vocês com muita transparência”, “eu não podia de forma nenhuma dizer para vocês...”, “eu quero mostrar para vocês uma coisa muito transparente”, “eu tenho muito respeito pelo trabalho de vocês, pela luta de vocês”, “[Eu] estou lutando e preciso da força de vocês”, “Mas [eu] garanto a vocês que a luta... a vitória vai ser muito grande”, “eu queria dizer para vocês”, “eu gostaria de comentar com vocês”, “eu queria ser sincero com vocês” etc. O orador apresenta-se como um “eu” que demanda a atenção do público, que quer revelar ou esclarecer algo para ele, que quer servi-lo, que precisa dele, que será sincero com ele, no qual ele pode confiar.

Em muitos momentos, porém, o “eu” e o “vocês” desaparecem, subsumidos a um “nós” ou “a gente”, engendrando uma fala mais “impessoal”. Esse “nós” pode ser genérico, abrangendo o orador mais o público, ou o orador, o público presente e os *trabalhadores* em geral; ou pode ser mais restrito, referindo-se ao orador e outros dirigentes, de forma a apresentar um “nós” que se coloca diante de “vocês” (o público presente, a “base” sindical). Por vezes, o orador descreve alguma ação, intenção ou característica do “nós” a que se refere, como em “nós [os dirigentes do Sindicato] vamos fazer lá um centro social”, “nós [os trabalhadores] somos responsáveis por esse Brasil” etc. Mas o “nós” é usado tipicamente em exortações: “nós devemos...”, “nós temos que...”, “nós precisamos lembrar...”, “A gente precisa ter coragem...”, “nós temos que ter como referencial...” “nós temos que ser respeitados...”. Apenas em um dos discursos foi feita uma exortação usando “vocês” ao invés de “nós”: “Vocês não têm que baixar a cabeça para ninguém”. Parece tratar-se de uma exceção, pois as exortações normalmente incluem o orador, ainda que numa posição especial, que é justamente a de quem, ao exortar, caracteriza-se como líder, como aquele que diz o que *deve* ser feito (inclusive por ele próprio). Em alguns casos, também, o orador lançou um desafio aos inimigos em nome do “nós”: “nós vamos voltar...”. Nesse caso, mais do que falar de uma ação que deve ser feita, afirma que determinada ação será feita por todos os que compõem o “nós” (e que, portanto, quem não fizer essa ação não se inclui no “nós”).

Por fim, “eles” (normalmente no plural) refere-se, nessas falas, sobretudo àqueles identificados como inimigos (do “eu” e do “nós”). Assim, “eles” ou “ele” aparece em frases de denúncia ou acusação como “eles não têm interesse que o trabalhador tenha uma vida digna”, “tem uma porção de colega por aí que eles falam do trabalhador, mas cria o boi dele no meio da roça dos outros...”, “é uma vergonha o que [eles] estão fazendo com vocês...”, “são eles [os grandes latifundiários e empresários] que estão fazendo com vocês...”. Em alguns casos, o inimigo é identificado mais diretamente: “o governo”, “a maioria do congresso nacional”, “os latifundiários”.<sup>15</sup>

\*

Assim, esses discursos envolventes, para além de sua temática imediata, dos assuntos substantivamente tratados, compõem e apresentam imagens de determinados agentes e de uma cadeia de relações entre esses agentes.

Em primeiro lugar, os discursos apresentam um “eu” que é caracterizado como um *trabalhador*, e um trabalhador digno (que é pobre, que luta, que sofre, que é como os membros do público, que é honesto), cuja presença no foco das atenções é justificada no discurso por seus conhecimentos, contatos, caráter, compromisso, lutas e sacrifícios, e que está ali se revelando ao falar diante de “vocês”.

Apresentam também uma relação entre esse “eu” e “vocês” que se define pela vontade desse “eu” de ajudar, esclarecer e informar sincera e honestamente esses “vocês”. As pessoas que compõem esse “vocês” merecem respeito, lutam, trabalham, enfim, são *trabalhadores*.

Esse “eu” e esse “vocês” juntos fazem parte de um “nós”, que é um “*nós, trabalhadores*”, e que é um “nós” que sofre, luta, caminha, é unido etc. O “eu” do orador exorta (sem ordenar) esse “nós” (no qual se inclui como líder que diz o que deve ser ou será feito) a tomar uma série de atitudes ou empreender ações, em uma situação caracterizada como grave, crítica e decisiva.

Essa gravidade do momento é ocasionada pelas ações de um “eles” acusado das mais diversas maneiras (falso, cafajeste, criador de boi, desonesto etc.) Essas ações são denunciadas no discurso como desrespeitosas, vergonhosas etc.

Ainda que esse padrão subjacente possa ser identificado como “comum”, há evidentemente grandes variações que dependem da situação. Em alguns discursos, enfatiza-se a apresentação do “eu” do orador e a construção da imagem de sua relação com o “vocês” do público. Esse foi o caso, por exemplo, do discurso de Pedro e de Nelson. Em outros casos, como no discurso de Joaquim, praticamente só aparece o “nós” e o “eles”. Ou há, como no discurso de João Batista, uma variação entre o predomínio do “eu” e do “nós” em diferentes fases do discurso. O orador constrói seu discurso dependendo das circunstâncias e de suas necessidades, enfatizando uma ou outra dimensão desse modelo, dando mais peso à apresentação de si, à narração, à exortação, aos desafios, ou às acusações, e usando mais o jargão sindical ou os termos “morais”. O orador não pode nunca, porém, descuidar de criar continuamente envolvimento do público, sob pena de não conseguir manter a atenção deste sobre si e sobre sua fala. Se for bem-sucedido neste sentido, provavelmente será reconhecido como alguém que *fala bem* ou *fala bonito*.

\*

Para entender por que esse tipo de discurso é percebido como tendo poder de seduzir e iludir e é encarado em algumas circunstâncias com certa desconfiança, pode ser útil complexificar a noção de “orador” (ou “emissor”). Goffman (1981:144-154) propõe a complexificação da análise do “emissor” (*speaker*), decompondo-o em três termos: o “animador” (*animator*), que é aquele que efetivamente, fisicamente, fala; o “autor” (*author*), que selecionou os sentimentos que estão sendo expressos e as palavras que são usadas; e o “responsável” (*principal*), no sentido jurídico desse termo, que é aquele cuja posição é estabelecida pelas palavras que são faladas, alguém cujas crenças e sentimentos são revelados pela fala, e que está comprometido com aquilo que as palavras dizem – uma pessoa com uma identidade e um papel social específicos. Há, segundo Goffman, uma expectativa quase “natural” que esses três termos coincidam, ou seja, que aquele que efetivamente fala e gesticula tenha escolhido as palavras e os significados a serem expressos por sua fala e seja responsável por aquilo que é falado, de modo que essas palavras expressem a sua verdadeira pessoa social. Mas há muitas situações em que isso não ocorre, como no teatro, em uma tradução simultânea, ou na leitura de um discurso preparado por um *ghost-writer*.

Os dirigentes sindicais não podem evitar, dado o seu envolvimento no campo sindical, a participação em eventos em que devem falar e gesticular publicamente – algo que eles têm em comum com políticos, atores, cantores, pastores e padres. Eles têm, portanto, acesso freqüente ao foco das atenções, e reúnem grandes chances de adquirirem excepcionais habilidades como “animadores” e “autores”. Muitas das propriedades dos discursos aqui analisados, da capacidade que esses discursos têm de envolver público, de prender a sua atenção, devem-se justamente ao bom desempenho do orador enquanto “animador” e “autor”.

A desconfiança com relação ao *falar bem*, *falar bonito* ou *fazer discurso* parece estar relacionada à relação entre essas duas dimensões do orador (suas dimensões de “animador” e de “autor”) e a sua terceira dimensão, o orador como “responsável” pelas palavras faladas. Pelas regras de eventos como reuniões, assembléias etc., o orador só deveria ter acesso ao foco das atenções com a condição de reunir essas três dimensões, ao contrário do que acontece no teatro, em uma sessão espírita ou em um terreiro de candomblé. O orador apresenta-se ao público, então, como sendo ao mesmo tempo “animador”, “autor” e “responsável” (caso contrário, não poderia falar), e é a partir dessa posição que constrói as imagens da relação entre “eu”, “vocês”, “nós” e “eles” (descritas acima). Parece ser comum, como vimos, que fale insistentemente sobre o “eu”, que nesse caso deve corresponder ao “responsável” na terminologia de Goffman. A desconfiança diante do *falar bonito* surge talvez devido à possibilidade de que essa regra implícita desse tipo de evento não seja seguida e o “eu” apresentado

como responsável seja um “eu” virtual, como um personagem de uma peça, e não coincida com o habilidoso e envolvente “animador/autor” ali presente diante de todos, apesar de suas garantias em contrário. Se isso acontecer, desmorona a verdade de todo o encadeamento de relações entre “eu”, “vocês”, “nós” e “eles” e as identidades sustentadas por essas relações (especialmente a identidade de *trabalhador*, central para a sustentação da posição do dirigente).

Essa possibilidade estaria dada não só pela capacidade de envolver que a fala pública pode e deve ter, como pelo interesse que os dirigentes podem ter, devido ao seu envolvimento nas disputas no seio das organizações sindicais, de apresentar um “eu” que corresponda o mais exatamente possível à imagem ideal daquilo que deveria ser um dirigente dos *trabalhadores rurais*, à imagem de um *trabalhador rural exemplar*. Neste sentido, construir um “eu” virtual para ser apresentado pode incrementar a “beleza” da fala, e a adequação daquilo que ela expressa às expectativas difusas quanto ao que deve ser e como deve agir uma boa liderança.

Diante da possibilidade dessa desvinculação entre as dimensões do orador, parece esperável que haja uma certa desconfiança em relação ao *fazer discurso* ou ao *falar bonito*. Essa possibilidade de desvinculação é dada em parte pela impossibilidade que uma parcela (em alguns contextos, a maioria) dos membros do público tem de verificar de perto a atuação do “eu” que se apresenta através do discurso, já que muitos dos membros do público não têm acesso a toda esfera de atuação do dirigente que fala. Os membros da “base” que formam a maior parte do público não estão presentes a todas as negociações e contatos realizados pelos dirigentes na sua qualidade de dirigentes, e têm só uma idéia parcial de suas atividades cotidianas no contato com esse mundo “de cima”.

Na vida cotidiana da “comunidade, pelo contrário, o “responsável” de cada orador, o “eu” que corresponde à pessoa social daquele que fala, está submetido a um certo controle de todos, há um conhecimento mais completo da atuação de cada um em seus vários papéis sociais. Com isso há poucas oportunidades para que se consiga dissociar com sucesso o “responsável” do “animador” e do “autor”, a não ser como paródia, humor ou narração, diante das quais ninguém se ilude, pois são feitos em registro “não-sério”.

Já no contato com o mundo “fora” da “comunidade”, ser envolvido, seduzido e iludido pela fala pública podem parecer aos trabalhadores possibilidades mais concretas. Especialmente a possibilidade de ser envolvido, seduzido e iludido por aqueles que precisam *falar bem e bonito* de modo a conseguir a adesão ou a simpatia de um público de *trabalhadores* – como os políticos, técnicos, certos funcionários de agências do Estado, padres, pastores, todos eles agentes que têm muitas informações, que são letrados e cultos, que *sabem falar* e que têm autoridade e poder.

No limite entre a “comunidade” e esse mundo de “fora” e “de cima”, em contato permanente com esse “outro” do camponês que são os letrados, mas sem deixar de pertencer a uma *comunidade* de *trabalhadores*, os dirigentes sindicais constroem-se como

tais também nos rituais de uso público da palavra – em que não podem senão falar tão *bem e bonito* quanto puderem. E com isso se sujeitam a um certo grau de desconfiança difusa do público (e de “distanciamento sistemático”, por ofício, da parte daqueles que compõem o público mas estão em uma posição ambígua, relativamente excluídos da possibilidade de se deixar envolver – como o pesquisador e até certo ponto os outros dirigentes e os assessores). Pois nesses rituais os dirigentes acabam demonstrando seu poder de envolver, seduzir e até iludir, mesmo que não o usem nem o desejem. É uma dimensão de seu poder, e também das ambigüidades de sua posição.

## Notas

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste capítulo foi originalmente apresentada como trabalho para o curso “Etnografia da fala”, ministrado pela professora Bruna Franchetto, no primeiro semestre de 1998 no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Todos os nomes de pessoas e lugares foram alterados.

<sup>2</sup> Sobre a noção de gênero de fala, ver Bakhtin (1986).

<sup>3</sup> Para uma análise das reuniões dessa Associação e para maiores informações sobre o seu contexto, ver Comerford, 1996, e também o capítulo 2 deste livro.

<sup>4</sup> Algumas pessoas quase sempre falavam no momento de reflexão, entre elas João Batista, o que torna natural a pergunta do presidente da Associação. Essas pessoas eram como “especialistas” nesse tipo de fala e reconhecidas como pessoas que “falam bem”.

<sup>5</sup> Ele fez uma leve provocação ao pastor, dizendo saber que ele não era “muito chegado”, fazendo referência ao trocadilho que a letra da música faz com a palavra *pinga* (verbo pingar ou aguardente). Sobre o uso das brincadeiras em ocasiões “sérias” pelas lideranças da Associação, ver capítulo 3 deste livro.

<sup>6</sup> Ele aprendeu a cantar em um coral de um grupo de jovens da Igreja católica, e é reconhecido pelos assentados como bom cantor.

<sup>7</sup> Com o prolongamento da sílaba *ti* em “tinha”, naquele momento servindo certamente como uma espécie de ícone sonoro da *luta* longa e sofrida, tema recorrente nas falas desses trabalhadores e dos dirigentes da Associação.

<sup>8</sup> Um dos diretores chamados para o palanque improvisado estava olhando por cima do muro da sede do STR, e quando Pedro o chamou, alguém falou da platéia: “ele está em cima do muro”; Pedro prontamente completou brincando: “não está em cima do muro, está do outro lado”.

<sup>9</sup> Sobre os comícios políticos, ver Palmeira e Heredia (1995)

<sup>10</sup> Nesse trecho do discurso, ele toca em um tema ao qual voltou em outros momentos daquele mesmo dia, em suas conversas com trabalhadores: que ele havia se adotado como *família*, ou que o *movimento* era sua *família*. A *família* também aparece como modelo para a organização de trabalhadores no caso da Associação de São Bernardo (ver capítulo 2).

<sup>11</sup> Sobre esses virtuais “ensaios”, ver o capítulo 2.

<sup>12</sup> Sobre os efeitos da narração no sentido de diminuir a distância relativa com o público, ver Goffman (1981:151-152).

<sup>13</sup> A esse respeito, ver o capítulo 2.

<sup>14</sup> Ver Goffman (1981).

<sup>15</sup> É interessante observar que, em uma situação ambígua como a disputa de que fazem parte os dois últimos discursos, em que ambas as chapas afirmam que o verdadeiro inimigo não é a chapa oposta, mas o governo, os latifundiários etc., em nenhum momento os discursos usaram o pronome “eles” para se referir à chapa oposta. Um outro exemplo de análise do uso de pronomes no discurso de “agentes camponeses” e das ambigüidades aí presentes foi feita por Dabul (1984).

## Anexo

### Transcrição dos discursos

Observação: os nomes das pessoas que fizeram os discursos e dos locais foram alterados. O sinal /?/ representa trechos ininteligíveis na gravação.

#### Discurso 1

João Batista, na assembléia da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Bernardo

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO – (...) então a gente imagina como Deus tem problemas, e o nossos problemas são iguaizinhos os que Deus tem... Mas ainda está aberta a palavra dentro desse mesmo tema. João, quer falar?

JOÃO BATISTA – É, eu vi esse violão aí, nós estamos preparando um grupo de, Ezequiel, já foi marcado, hem? Então a gente vai cantar só um pedacinho da música, /?/, se eu sei que o violão estava aí eu tinha trazido umas cópias, pra gente distribuir, pra gente cantar junto. É muito conhecida a música, só a letra é que a gente... os próprios trabalhador mesmo está dando uma mudança nela sabe... é, vê ré maior aí [dirigindo-se ao pastor]... eu sei que você não é muito chegado nessas coisas não, mas é aquela “Pinga ni mim”, sabe?

*(música) Nessa terra tem capoeira/roça sem fim, roça sem fim, roça sem fim/(repete)/ no Estado aonde eu moro /tem uma terra que eu adoro/ ela está com tubarão/ por incrível que pareça/ o governo é inimigo/ e já me deixou na mão/ /?/, não esquento a cabeça/ pois já estou com a solução/ aumentar o meu respeito/vou fazer roça no jeito/ tirar lucro do chão/ nessa terra tem capoeira (repete)/ LEMBRAR LÁ DE...CAPI-VARI [local onde passaram alguns meses acampados a espera de solução] há muito tempo acampado/esperando o resultado/ que o governo nunca quer/ meu sentimento é profundo/ acabar com o latifúndio/ mesmo se ele não quiser/ esperando demais/ a reforma que não sai/ temos que achar um jeito/ /?/ /vou fazer roça com jeito/ tirando lucro do chão / (refrão)...*

Tinha capoeira, né, agora tem roça mesmo. Mas gente, o nosso /?/ estava observando... e eu estava lendo um trecho nas Sagradas Escrituras, esses dias, né, e vi que entre os povos de Deus, alguém também queria ser mais do que o resto... aí eu fiquei pensando, mas parece... com a nossa Associação. Aí eu pergunto: quem é mais importante no reino dos céus? Então você observa bem, que isso, né, o desejo de querer estar na frente um do outro, isso vem desde o pessoal que andava com Jesus. E Jesus mostrou para eles que o mais graaande no reino dos céus teria que ser... do tamanho dessa criancinha que está aqui. Então a gente para se tornar grande realmente na nossa

Associação, aquilo que Deus mostrou /?/ uma criança, nós temos que ser igual, em nosso pensamento, à pessoa mais simples que a gente vê em nosso /?/ Aí sim, nós vamos nos tornar grande nessa luta nossa que é realmente uma luta importante. Ontem, por exemplo, eu tive uma experiência dessa. Nós fomos buscar uns tijolos da Associação, que a Associação ganhou, e nosso caminhão não entrava na portaria. Então ele não entrando na portaria, não teria como a gente trazer o tijolo. Falei com o Meirelles que então a gente transportava num caminhão menor o tijolo para a rua e então da rua a gente colocava o tijolo no nosso caminhão. Tivemos bastante dificuldade, estava só eu mais o Zé Pedro, porque lá dentro os presos carregam o caminhão, mas lá fora eles não podem sair, porque são presos, então eles carregaram o caminhão lá dentro e cá fora eu mais o Zé Pedro tivemos que carregar, né, esses tijolos, né, vocês viu que um grupo muito grande pegou agora, e voltaram bastante suados depois da tarefa... pra vocês observar que isso pra duas pessoas, né, como foi difícil a gente fazer isso. Mas a gente conseguiu fazer. Agora o que me deixou mais feliz, e o Zé Pedro que eu não sei se está aí pode confirmar isso, o motorista disse: “olha João, eu só vim porque era você, porque hoje é minha folga”. Então isso me deixou feliz, porque o cara reconheceu que quem estava lá para carregar o caminhão era um trabalhador e que precisava também do trabalho dele, tá? Quer dizer, ele não foi porque era um homem importante, foi porque era um homem trabalhador. E ele me disse uma outra coisa que eu achei interessante... que dessas Associações que ele anda, a única pessoa, desses que ele vê, dessa turmada aí, a única pessoa que ele vê que pega junto, sou eu... desses outros mutirões por aí. E eu fiquei satisfeito por entender isso. Porque tem uma porção de colegas por aí que eles falam do trabalhador, mas cria o boi dele no meio da roça dos outros, no meio das estradas, e são... dizem ser liderança dos trabalhadores. Então eu gostei quando ele reconheceu isso, né, que ele estava ali porque era eu, e que era um trabalhador que estava precisando. Então, quer dizer, foi muito importante /?/ que a gente tem que ser importante, sim, mas para as pessoas ser igual a gente, que aí a gente se torna importante. Se a gente observar que nesse país que vivemos, oitenta por cento são pessoas igual nós, raladinho, sofredor, que está enfrentando os problemas sociais que está aí, então isso é interessante, que a gente também observa isso. Então eu gostaria hoje de torna a lembrar os companheiros que nós vamos ter uma eleição agora, terça-feira. Essa eleição, ela vai decidir os destinos do Rio de Janeiro, conseqüentemente também os destinos do nosso assentamento. Se entrar um governo inimigo da nossa causa, será muito difícil nós conseguir alguma coisa porque você teve um governo aí, e os companheiros viram, que a gente andou, entendeu, de mal a pior, e hoje ele está apoiando o Sr. Marcelo Allencar. E por incrível que pareça, tem o tal Newton Cruz, que também apóia o Marcelo Allencar. Então essas pessoas não deixaram soltar nenhum para o trabalhador. Tem alguém de vocês que tem saudades do Moreira aí?... do Newton Cruz, que foi da ditadura militar?... desses cabras aí que está lá apoiando o cara? Aliás, do prefeito, tem alguém que tem saudade aí, ele fez alguma coisa de bom aí? Não, né.

Também está apoiando o Marcelo. Então nós, trabalhador, vamos ter que tomar uma posição, de quem que a gente vai votar, para a gente não ser decepcionado e atropelado exatamente diante desse sistema que a gente pode enfrentar por aí. Então vocês viram o real, que principalmente só eles ganharam, porque agora subiu tudo, só não subiu... o salário do trabalhador, mas tudo subiu. O custo de vida está um absurdo, mas o salário do trabalhador mesmo não subiu. Nem vai subir, porque eles não têm interesse que o trabalhador tenha uma vida digna. Então nesse momento de reflexão eu gostaria que os companheiros refletisse exatamente em cima dessa eleição, em cima do trabalho que nós tivemos lá no Rio para pegar os nossos tijolos, que foi importante, teve realmente parte do sacrifício da gente, mas eu gostei mais do sacrifício do motorista, tá, que veio porque era pra nós, entendeu, o tijolo /?/, então essas coisas a gente tem que observar para que a gente consiga entender o esforço de cada companheiro, mesmo que a gente fosse /?/ a gente tá querendo andar, então a gente não pode é puxar pra trás, igual muitas vezes a gente /?/. Então o negócio nosso não é puxar pra trás, é fazer força pra que a gente continue caminhando. Se a gente não pode caminhar na mesma direção, mas, se vocês observar que pra ir pra Santana do Cambuí tem só duas estradas pra ir pra Santana, se você quiser ir pra Santana você passa por aqui, sai em Cachoeirinha, e sai na estrada e vai pra Santana, ou então vai aqui por dentro, nós temos que caminhar em direção exatamente da luta dos trabalhadores, e se a gente puxar pras trás, em vez de ir pra Santana a gente for pra Avaré, a gente não consegue chegar a Santana do Cambuí. Então, numa caminhada de 10 quilômetros, a gente tem que dar o primeiro passo pra que esses dez quilômetros fica menos um pouquinho, transformar /?/...

## Discurso 2

Pedro, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sinimbu, em reunião em frente à sede do Sindicato

Pedro: A primeira coisa que eu tenho que fazer nesse momento é convidar aqui o pessoal da Federação, que veio para fazer a eleição, aqui para a frente. Nosso Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Secretário de Política Agrária, nosso companheiro Manoel, é lá de Cabo Frio, companheiro da luta, amigo de muitos anos. O Chiquinho, um companheiro que é...

[Alguém na platéia grita: Fala mais alto, Pedro! Fala mais alto...]

Então espera aí, deixa eu falar o seguinte: Quero agradecer a Deus, primeiro, pela saúde e essa potência que ele sempre me deu...

[Palmas]

E convidar aqui o meu amigo Chiquinho para se fazer presente também. É um companheiro de luta do Sindicato de Cabo Frio, filho do falecido Sebastião Lan, que morreu na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Alguém já ouviu falar em Se-

bastião Lan? Foi um dos maiores sindicalistas do nosso Estado do Rio de Janeiro. Esse aqui é um que conhece do sacrifício do homem do campo também. Queria convidar o nosso companheiro Paulo Cezar, nosso Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura [palmas]. Não tem mais palanque para dizer que o companheiro Jaci, nosso companheiro Jaci, tesoureiro da Federação dos Trabalhadores Rurais [palmas] Nós temos aqui um grande companheiro, Luis Cláudio, de Teresópolis, é o secretário geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que vocês elegeram agora em 11 de fevereiro...

[alguém do público: “não está em cima do muro, não?”]

...não está em cima do muro – está do outro lado... [risos... palmas]

Eu gostaria de convidar aqui uma pessoa que respeito muito neste município, também no acompanhamento do movimento sindical, nosso amigo Manoel, pai de /?/, um grande homem [palmas] Esse homem aí é uma pessoa da luta do movimento.

Bom, pessoal, vocês tão vendo que minha cara não é de tristeza: é de felicidade. Mas só tem uma coisa que eu quero clarear para vocês neste momento com muita transparência, para liberar o dia de vocês. Então, aquele companheiro que não sabe o que está acontecendo eu vou dizer agora o que aconteceu: foi suspensa a eleição. Foi suspensa por uma liminar do juiz dizendo que a comissão eleitoral não é realmente... não foi eleita por vocês. Dizendo que o João, que é filho de agricultor, que mora no ... [alguém pergunta: João Oliveira?] João Oliveira, que é Oliveira, todo mundo conhece, filho do seu Moacir. Foi nascido e criado na zona rural, onde está até hoje, por sinal sócio do sindicato antigo, e não fui eu que inscrevi ele. Cheguei neste sindicato há seis anos atrás e ele já estava inscrito há muitos anos. Achei por bem aceitar a aprovação na assembléia geral do nome dele para ser o companheiro que iria deliberar esse processo eleitoral na comissão. Esse foi o motivo, dizendo que o João Oliveira não é trabalhador rural: é uma vergonha ouvir isso. Disseram que também o Pedro Galotti, que é o contador geral da Federação, contador de vários sindicatos do Estado, que já tem mais de 30 anos de movimento, que vem fazendo um trabalho sério e transparente, uma pessoa que, por sinal, me achei por vontade de contratar para vir para o sindicato para prestar serviço a vocês, na contabilidade transparente que fizemos até agora. E por esse motivo a chapa nº 2 achou que tinha por direito impugnar a comissão eleitoral em cima da hora da eleição, desrespeitando o direito do trabalhador rural. Tinha que avisar isso há uma semana, para me dar tempo de ir à casa de vocês, de botar o som na rua, e não deixar que vocês viessem aqui perder o dia de vocês que é muito valioso. É uma vergonha o que estão fazendo com vocês e isso me entristece. Entristece mesmo, porque sempre tive um respeito muito grande pela categoria.

[Alguém do público: “nós não perdemos, nós ganhamos” – palmas]

Quero agradecer a presença dos companheiros, dos trabalhadores que aqui estão presentes e trabalhadoras, e dizer aos senhores que vamos voltar outra vez. Vamos voltar sim, na hora que o juiz marcar nova eleição, novo dia, nós vamos voltar para votar. E

não vamos voltar com esse número só não, que já veio mais de 600 pessoas hoje aqui, e assinou a presença e foram embora. Mas vai voltar sim, e vamos dobrar esse número de companheiros. Porque vocês sabem que hoje vocês têm liberdade nesta casa que vocês sabem que é de vocês. [Palmas]

A chapa nº1, a chapa verde, comecei com a chapa verde, que ama a natureza. E quero dizer pra vocês que quem não assinou a presença, assina a presença e está dispensado por hoje, porque vamos esperar a decisão da justiça. Vamos esperar a decisão da justiça com muito respeito, porque Aquele que está lá em cima vai dar a vitória a quem merece

[Alguém do público grita: “Ele já te deu vitória! Ele já te deu essa vitória!” – palmas]

Encerrando a minha falação, que não adianta falar muito, não tem dinheiro para contratar som para falar bonito, mas o som que foi para a rua ontem de tarde, porque o comentário da chapa 2 era de que não iria ter eleição, e eu não podia de forma nenhuma dizer que vocês não podiam estar presentes porque os comentários eram esses, porque o juiz não tinha me expedido liminar nenhuma dizendo que não ia ter eleição. E eu só acredito no papel. Quando eu recebi essa liminar foi ontem às 4 horas aqui no Sindicato, e quando veio à minha mão foi 6 horas da tarde, onde eu estava reunido com mais de 100 pessoas para discutir a estratégia de hoje porque eu não queria baderna. Eu queria hoje ver o que eu estou vendo aqui: a humildade na pessoa dos senhores que aqui estão presentes. É isso que me deixa forte e me deixa com vontade de lutar por vocês, pelo menos o mínimo de direito que nós estamos conquistando nesse município, e nós vamos conseguir continuar a lutar para que a gente possa receber pelo menos essa presença com a dignidade de vocês. [Palmas]

Quero mostrar a vocês aqui uma coisa muito transparente para vocês irem embora tranquilo e consciente, e não acreditar em conversa fiada na rua, que o nosso amigo João Oliveira, filho de agricultor nato, em potencial, porque não teve ainda a oportunidade de receber um sítio, como eu recebi, igual a muitos dos senhores que estão aqui presentes também têm sua pequena propriedade que trabalha em regime de economia familiar para matar a fome da sua família e abastecer o país que é o compromisso nosso. Tá aqui as notas da produção que ele vende: de /?/, de feijão, e é assim que a gente /?/ não tem terra não tem como fazer talão. Olha aqui, ó: as notas de feijão, de outros produtos que ele vende para a CEASA. Tá aqui, ó! É produtor rural em potencial, que morou /?/ mais de 30 anos. Eu tenho 35 anos em Sinimbu e já conheci esse companheiro morando no Amambai. Isso é um injustiça que está fazendo com vocês. Essa aqui é a nota que ele vende. Está tudo aqui, a quantidade de caixas: 10 caixas, 20 caixas, 60 caixas, 5, 30 caixas, e vai por aqui afora sucessivamente, 80 caixas, e aí /?/ de feijão. Que vende feijão de corda /?/ deu muito dele na zona rural, e agora está aí esperando. Se ele é assentado agora mais recentemente neste assentamento que vamos fazer se Deus quiser, em S. José, para assentar mais 100 famílias, e estamos lutando ainda

para outras terras em Sinimbu, para também dar oportunidade àquele que ainda não teve. Vamos lutar por uma Reforma Agrária digna. Vamos lutar pelos financiamentos, vamos lutar para organizar esses assentamentos em Sinimbu, que têm mais de 20 anos que estão enrolados os trabalhadores aqui do município, com a desapropriação do /?/, desapropriação do Conjunto Rural de /?/, desapropriação da ilha do /?/, que até hoje não teve ninguém para organizar esse grupo, não teve ninguém /?/ nenhum incentivo governamentais porque não tem o título na mão. Mas isso nós estamos trabalhando para organizar esses assentamentos. E tenho certeza que essa Federação hoje que aqui está presente, que veio para dirigir essa reunião, para dirigir essa eleição. Chamei a Federação porque aqui não tem lado. Vocês iam decidir para que lado vocês ficariam. E hoje estão gastando tempo e dia de serviço é muito caro, eu tenho muito respeito pelo trabalho de vocês, pela luta de vocês, que têm as mãos calejadas. Vocês não têm que baixar a cabeça para ninguém: vocês são a maioria. Nós temos que ser respeitados de uma forma ou de outra. Eu agradeço a presença de vocês e digo: assim que a gente marcar outro dia para a eleição, eu vou passar nas 44 comunidades rurais convidando todos os trabalhadores rurais. Que eu não vou querer ver mais mil sócios aqui para votar, mas quero ver se eu consigo trazer os dez mil que perderam a credibilidade com o Sindicato por falta de serviço prestado aos companheiros que aqui hoje não vêm mais. Isso é que eu vou fazer. Não tenho vergonha de dizer a vocês, que muitas das vezes eu fico o dia todo sem comida. Eu chego em casa meia noite, uma hora da manhã, porque o tempo é muito pouco para eu atender às necessidades e às reivindicações que me fazem. Mas quero dizer a vocês que tem uma coisa muito boa, que é coração transparente, não tem maldade no meu coração. O que eu quero para mim, minha gente, é o que eu quero para a minha família em casa, é o que eu quero para minha mulher e meus filhos, eu desejo de coração que Deus dê em dobro para mim aquilo que eu desejar para o outro. Eu não quero o mal de vocês, mas também não quero ver essa baderna. Nós temos que lutar pela moralização da nossa categoria!

Muito obrigada! [Palmas]

[Discurso do companheiro de chapa de Pedro]

Pedro: Deixa eu só passar um informe pra vocês, que aquilo que é bom tem que se falar que é bom. Nós conseguimos ontem, em cima da hora, um documento da Superintendência do Estado do Rio de Janeiro, de um lote na BR /?/, km 19,5, que se qualquer terra para fazer uma colônia rural para amparar a terceira idade, que muitos estão abandonados pelos cantos e não têm para onde ir. Fizemos também outro subprojeto dentro desta área: criar um campo de cultivo de ervas medicinais, para fazer aquele remedinho da vovó que a gente sabe que sempre curou a gente. Nós vamos fazer lá um centro social e cultural para a formação de jovens, que a gente tem que pensar nos jovens também, que são responsáveis pelo futuro do país. E outro subprojeto de

entretenimento, lazer e outras coisas mais. Esse documento está na minha mão, chegou ontem à tarde que a Superintendência me mandou. Doação de mais de 150 mil reais para incorporar no patrimônio que vocês já têm. É isso que esse pessoal tem que pensar. Pensar justamente no emprego em Sinimbu. Lutar por um desenvolvimento social. E não ficar nessa guerra de pensar que isso aqui é cabide de emprego. É isso que eu queria passar para vocês. Estou lutando e preciso da força de vocês. Mas garanto a vocês que a luta... a vitória vai ser muito grande. [Palmas] E passo para o nosso presidente aqui. [Passa a palavra para o presidente da FETAG]

### Discurso 3

Joaquim, no Congresso da CONTAG

JOAQUIM: Companheiros e companheiras do Congresso da CONTAG, filiada à Central Única dos Trabalhadores – a CUT. Companheiros aqui representantes das delegações estrangeiras, companheiros da atual direção da Confederação, companheiros que hoje estão postulando a exercer o mandato no mandato futuro. Nós vivemos neste momento uma situação difícil, extremamente difícil, para os trabalhadores brasileiros, e sem dúvida mais dura e mais cruel para os trabalhadores rurais, uma vez que esses trabalhadores que estão mais distantes das cidades, aonde estão os investimentos do governo, que têm sido direcionados para as cidades. Vivemos uma situação de exclusão social, de crise, de doença, de fome e miséria /?/ Um governo que /?/ da classe trabalhadora. Quando se dirige à gente /?/ esse presidente que oprime os trabalhadores, que massacra nossa gente, /?/ haja visto os mil e seiscentos trabalhadores que vieram de todo o Brasil e na frente do Palácio do Planalto foram capazes apenas de receber e ser recebido pelo representante do /?/. Porque esse cafajeste desse governo não recebe os trabalhadores /?/ reivindicar os seus direitos.

Companheiros e companheiras, mas nós não estamos aqui só para nos lamentar, para só falar desse governo. Nós temos que falar de nossa luta. Nós temos que falar de nosso projeto, da alternativa para enfrentar essa situação de miséria. E essa CONTAG que vai fazer uma liderança /?/ mostrar a nossa história, seja na resistência da ditadura militar, seja participando das grandes lutas pela abertura democrática, e seja agora /?/ nós vamos começar a apresentar um projeto alternativo, que tem o objetivo principal de fortalecer e expandir a agricultura familiar, tirando os trabalhadores rurais da miséria. E fazer avançar, com política agrícola que venha a fortalecer a nossa agricultura familiar, com Reforma Agrária que efetivamente faça com que o latifúndio perca a força do poder local, e gerar emprego, alternativa para o enfrentamento da crise. Um projeto de educação, porque não haverá desenvolvimento enquanto nossa gente, quase que a metade, ainda são analfabetos. Companheiros e companheiras, nós estamos também no nosso projeto mostrando que é preciso trabalhar as questões do meio-ambiente,

combatendo /?/. Essa é questão que vem se criando pela falta de responsabilidade dos sucessivos governos.

Mas também, companheiros e companheiras, o projeto da CONTAG é importante de ser implementado pela CONTAG, pelas suas 24 Federações filiadas, pelos seus 3.600 Sindicatos. Mas não podemos esquecer que 1998 é um ano de eleições, aonde vai estar em disputa o poder executivo e legislativo. E nós precisamos lembrar que para o nosso projeto ter sucesso é preciso elegermos deputados e senadores, governadores e presidente da república, comprometidos com nosso projeto. Porque se elegemos aqueles que vão continuar fortalecendo o projeto dos grandes latifundiários, dos grandes empresários, nós vamos continuar na reclamação. Porque quem tem o poder para implementar as políticas, para distribuir a riqueza, os dirigentes, são eles que estão no poder. Por isso é preciso a gente ter, cada um de nós a clareza, e ajudar os nossos companheiros que ainda não têm clareza de como votar, como escolher esse representantes. E os Sindicatos, a Federação e a CONTAG têm a obrigação de ajudar nesse esclarecimento e na definição de qual é o caminho que nós vamos trabalhar. Porque este ano nós vamos estar disputando aí dois projetos: um que visa resgatar a cidadania, o fortalecimento dos trabalhadores, a recuperação de nosso país. E o outro que vai continuar entregando nossas riquezas para o capital internacional. E nós somos responsáveis por esse Brasil e não vamos deixar que isto aconteça.

Ainda companheiros, nós temos que ter a seriedade, a clareza, de que os trabalhadores precisam definir qual a melhor forma de nossa organização. Nós estamos para vivenciar a aprovação no Congresso Nacional do fim da unicidade sindical. E com isso nós vamos ter o quê: cada político, cada partido, vão querer fazer um sindicato na esquina. E isso não significa a liberdade e autonomia sindical que nós defendemos no projeto da CUT. Significa confusão para os trabalhadores. Com isso nós entendemos que esse Congresso, sim, poderia interferir mais na discussão da estrutura sindical. Mas lamentavelmente a nossa relação foi a disputa. Não nos deu oportunidade de fazer essa discussão com seriedade, com clareza /?/

[Mediador: 2 minutos]

Mas eu tenho certeza de que nós aprovamos aqui um instrumento para recuperar o que nós não pudemos fazer nesse Congresso, que foi o Congresso Extraordinário, que vamos poder recuperar todo esse processo.

E por fim companheiros, eu queria dizer que nós precisamos, apesar da disputa, continuar unidos na luta, porque todos nós que somos da CUT temos a responsabilidade de construir esse novo projeto. O nosso inimigo não está aqui dentro. Precisamos entender que nosso inimigo está lá fora. É a maioria do Congresso Nacional. É essa forma de administração neoliberal que vem matando os trabalhadores de fome. E é agrupando todos os companheiros ligados ao conjunto desses sindicatos, das Federações e da CONTAG, para juntos construir esse projeto que é de todos nós. Viva a unidade dos trabalhadores! [plenária: Viva!] Viva o conjunto das Federações! [plenária: Viva!]

Viva a CONTAG! [plenária: Viva!] Viva a CUT – Central Única dos Trabalhadores [plenária: Viva!] Muito obrigada, companheiros.

## Discurso 4

### Nelson, no Congresso da CONTAG

Nelson: Companheiras, companheiros. Eu não sei se vocês observaram, durante a falação vários bilhetes chegaram aqui para mim, pedindo que eu dissesse uma coisa, que eu dissesse outra. Eu vou optar por um caminho, que talvez não seja o que a maioria dos nossos corações estejam querendo, mas eu vou optar por um caminho da racionalidade política. Eu queria dizer que nós fazemos /?/. Fazer uma profunda reflexão, e /?/ com todos os companheiros da diretoria da CONTAG, com os assessores da CONTAG que estão aqui, das Federações, os nossos convidados, a Federação Internacional que está participando conosco. Para que a gente refletisse. Não adianta a gente sair daqui dizendo que está tudo bem, porque o resultado não foi aquilo que a maioria queria. Eu sei que depois a gente até se arrepende do processo. Queria ser sincero com vocês que quando terminar esse congresso aqui, muita gente vai chorar como chorou ontem, e acho que a gente ainda tem direito de chorar, nós não temos que ter vergonha de chorar. Eu prefiro as lágrimas sinceras que os falsos sorrisos /?/. Mas nunca é tarde para quem /?/ e se existe solução /?/ vamos buscar, vamos rezar /?/ preocupa com muitos companheiros e companheiras daqui, mas também companheiros e companheiras que estão na outra chapa, que eu respeito profundamente. /?/ E eu acredito que o futuro do movimento sindical ainda está na unidade, mas na unidade da esquerda, /?/. Às vezes vocês sabem o que é fazer uma campanha? A gente se esforça, muita gente não entra, e entra muita gente que é movido a sonhos. Eu não tenho vergonha como sonhador, eu não tenho vergonha de ser sonhador. Eu sonho sim, e lutei para ser presidente da CONTAG porque eu acredito e quero ver a CONTAG unida, e enfrentando, mas não enfrentando /?/. Enfrentando com o povo na rua, um projeto /?/. E queria dizer para vocês que me orgulho e trago no meu sangue, a origem do Grito da Terra Brasil, porque foi lá que eu aprendi, lá que eu vi, que é mobilizado que a gente reverte a situação. Veja só: a conjuntura que nós vamos enfrentar, eu tenho dito que nós temos que fazer política, e essa política serve para aqui também, para o congresso nacional dos trabalhadores. Até hoje, por mais que a gente goste da CONTAG, por mais que a gente ame a CONTAG, mas a CONTAG ainda não é uma entidade que apareça para a sociedade como precisava /?/ [vaias e assobios].

Outra questão, companheiros, eu não acredito, eu fiquei apavorado com o resultado das deliberações deste congresso. E vamos /?/ e vamos /?/, Joaquim, que no congresso extraordinário a gente reverta o atraso do que foi aprovado aqui. Sobre a questão da estrutura sindical, não é possível, companheiros, no momento em que as mudanças na

sociedade /?/, no momento em que a CONTAG apresenta para a sociedade um projeto alternativo de desenvolvimento, que tem saúde, educação, previdência, política agrícola, Reforma Agrária, habitação, assalariados rurais, e a gente não mexa nesta estrutura, que não vai resolver todos os /?/. E a gente precisa ter coragem de mexer de novo. Outra questão que eu gostaria de comentar com vocês, e aqui não adianta fazer discurso para ganhar voto, eu acho que aqui não é discurso para ganhar voto não. Nós temos que fazer discurso pensando no futuro, para se refletir profundamente. Eu queria falar do nosso papel enquanto dirigente sindical. Do nosso papel, e isso não vale só para a cúpula não, isso vale para o diretor do Sindicato, para o diretor da Federação, e para o diretor da Confederação também.

[Mediador: 1 minuto, 1 minuto]

Nós temos que ter como referencial da luta sindical, não é a disputa da estrutura, a disputa da máquina. O referencial é /?/ que estamos fazendo para ter o resultado para os nossos trabalhadores e /?/ Queria dizer para vocês, nós estamos saindo com a consciência tranqüila desse debate e vamos trabalhar firme para ganhar a CONTAG. [Faltam os segundos finais do discurso].

## OCUPANDO

### Estudo sobre ocupações de órgãos públicos por trabalhadores rurais<sup>1</sup>

Ao longo das últimas décadas, os movimentos de trabalhadores rurais no Brasil (Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimentos de Atingidos por Barragens, outros movimentos mais localizados) estabeleceram um certo “estilo” de mobilização e manifestação, cristalizando um repertório bem definido de formas de ação coletiva com visibilidade pública, acionadas recorrentemente.<sup>2</sup> Este capítulo visa a levantar algumas questões iniciais a respeito de uma dessas formas de ação coletiva: a ocupação de órgãos públicos por grupos organizados de trabalhadores rurais. Em um primeiro momento, procuro identificar algumas características formais desse tipo de manifestação e colocar algumas questões mais gerais, a partir de dados levantados sobretudo na “imprensa militante” (especialmente no *Jornal do Movimento Sem Terra*), e também na grande imprensa. Em um segundo momento, a partir de dados de campo um tanto incompletos, mas que permitem colocar questões preliminares e estabelecer direções para investigação, examino um caso específico de uma ocupação de um órgão público pelos trabalhadores de um assentamento no norte fluminense, tentando identificar aspectos que não se tornam aparentes quando se trabalha com dados mais “agregados”, informações escritas e versões “oficiais” (seja dos organizadores da ocupação, seja dos porta-vozes dos órgãos ocupados). Assim, procuro enfatizar alguns dos efeitos sociais “inesperados” ou menos aparentes desse tipo de mobilização, os vários significados assumidos para os participantes da ocupação e a maneira pela qual o evento continua a ser construído “a posteriori”.

#### Um repertório de formas de ação

Antes, porém, de tratar especificamente das ocupações de órgãos públicos, é útil tentar traçar um quadro geral, ainda que incompleto, desse repertório de formas de ação. Com relação a esse quadro, é importante observar que essas formas por vezes se “misturam”, quando por exemplo uma passeata termina na ocupação de um órgão público ou no acampamento em uma praça. É preciso observar também que há toda uma luta em torno da classificação e nomeação dessas formas de ação, que diz respei-

to à legitimação ou deslegitimação da mobilização, de seus organizadores e de suas bandeiras de luta. A evidência mais clara disso é a polêmica em torno da atribuição do nome de “ocupação” ou de “invasão” (de fazendas ou de órgãos públicos), dependendo de quem esteja nomeando o evento e do contexto em que isso é feito.

Grosso modo, podemos identificar as seguintes formas<sup>3</sup>:

1) Ocupação de propriedades rurais, públicas ou privadas, seguidas de acampamento e da reivindicação de desapropriação. Envolve normalmente de algumas dezenas a algumas centenas de famílias. Em muitas ocasiões tem alcançado grande visibilidade pública, com acompanhamento de imprensa e televisão, e tornou-se uma espécie de “marca registrada” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ainda que essa organização não seja a única a promover esse tipo de ação). Muitas vezes, há momentos de violência, seja por meio de ameaças e ataques patrocinados por proprietários de terras, seja por meio da violência policial, nesse caso especialmente no despejo dos acampados em função de decisões judiciais impondo a reintegração de posse.

2) Acampamentos em beiras de estradas, geralmente por famílias despejadas de áreas ocupadas. Como no primeiro caso, podem envolver centenas de famílias e durar períodos bastante longos. Também adquirem considerável visibilidade.

3) Romarias e caminhadas. A Igreja Católica vem promovendo, há anos, em vários Estados, caminhadas envolvendo grande número de trabalhadores rurais representando comunidades rurais do Estado em que se realiza o evento, chamadas “Romarias da Terra”, que terminam em concentrações e celebrações religiosas em locais estrategicamente escolhidos, que são marcados como locais especialmente significativos para a “luta pela terra”. Por outro lado, organizações como o MST têm promovido caminhadas de grupos de trabalhadores rurais, geralmente representando assentados e acampados, vindos de algum ponto de concentração no interior dos Estados, rumo às capitais. Geralmente essas caminhadas alcançam considerável visibilidade, ganhando destaque na imprensa.

4) Bloqueio de estradas. Essa forma de mobilização tem sido usada com frequência em diferentes contextos. No sul do país, por exemplo, pequenos agricultores têm bloqueado estradas no contexto de mobilizações reivindicando modificações da política agrícola. Bloqueios também têm sido feitos como forma de reivindicar assentamento de famílias acampadas. Em alguns casos, o desfecho tem sido violento, com atuação da polícia.

5) Passeatas nas cidades, especialmente nas capitais dos Estados. É uma forma de ação bastante comum, nos mais diferentes contextos. Pode envolver de poucas dezenas a milhares de pessoas. Geralmente, percorrem um trajeto “estratégico”, passando pelas principais ruas e avenidas e escolhendo como pontos de concentração praças centrais ou a entrada de prédios do governo – a sede do governo estadual ou os órgãos mais diretamente relacionados às bandeiras de luta levantadas pelos organizadores. Em alguns casos, pode haver momentos de grande violência, geralmente quando há intervenção da polícia procurando impedir o acesso dos manifestantes a determinado local – muitas

vezes, as proximidades da sede do governo.

6) Acampamentos em praças e locais públicos. Grupos de trabalhadores rurais, que podem chegar a ser bastante grandes, montam acampamento em algum local de grande visibilidade pública, geralmente nas capitais dos Estados. “Local de visibilidade pública” nesse caso tem o sentido tanto de local por onde passa grande número de pessoas e onde há grande cobertura jornalística, como de local próximo a núcleos do “poder público”. Os locais onde estão situadas as sedes dos governos estaduais ou municipais (muitas vezes, praças) parecem ser os pontos preferidos. Por vezes, também são escolhidos os locais onde se situam órgãos relacionados com as reivindicações dos manifestantes, como por exemplo o INCRA, no caso de manifestações por reforma agrária. É freqüente que em algum momento a polícia empregue violência ao tentar desalojar os acampados.

7) Ocupação de órgãos públicos, que será discutida em detalhes adiante.

8) Grandes celebrações religiosas, muitas vezes ao ar livre, freqüentemente marcando datas especialmente significativas, como o assassinato de alguma liderança do movimento de trabalhadores rurais.

9) Assembléias e reuniões em locais de considerável visibilidade pública. Para além das reuniões e assembléias mais rotineiras e “em pequena escala” feitas pelas mais diversas organizações de trabalhadores rurais, as assembléias podem se tornar praticamente uma manifestação pública massiva, como ocorre por exemplo no caso de grandes assembléias nos momentos de greve de trabalhadores rurais, organizadas por sindicatos. Muitas vezes são momentos de tensão, em que pode haver violência tanto por parte da polícia como eventualmente entre grupos de militantes sindicais em conflito.

10) Festas comemorativas de eventos, como por exemplo a implantação de um assentamento, ou outros eventos festivos (“feira do produtor” etc.).

Conforme já colocamos, várias dessas formas de ação podem ser combinadas ou sequenciais. Há muitas vezes um esforço por parte dos dirigentes de organizações de âmbito nacional ou estadual, de delimitar períodos ou ciclos de intensificação dessas formas de manifestação, seja em âmbito regional, estadual ou nacional (por exemplo, as chamadas “jornadas de luta” do Movimento Sem Terra, ou mais recentemente o “Grito da Terra”, promovido conjuntamente pelo MST, pela CONTAG, pelas FETAGs e pela CUT).

Ao mesmo tempo que muitas delas envolvem recorrentemente momentos de violência, costumam envolver também manifestações de solidariedade e apoio por parte de outros “grupos” da sociedade – como no caso de manifestações de apoio de sindicatos de trabalhadores urbanos, organizações estudantis, políticos, religiosos, grupos “de bairro” ou grupos religiosos “de base”. Tanto a violência como as formas de solidariedade se colocam em torno, muitas vezes, da questão da ocupação de determinado local ou espaço. Assim, por um lado surgem confrontos com a polícia no momento de

ocupar uma praça ou um órgão público, ou nos momentos de despejo de fazendas ou desbloqueio de estradas; por outro, os grupos solidários procuram suprir alimentos, agasalhos etc., para possibilitar a permanência prolongada de acampados em fazendas, estradas, órgãos públicos ou praças, ou ainda podem engrossar as passeatas que procuram ocupar determinados espaços da cidade. Os políticos que apóiam o movimento se destacam especialmente nos momentos de tensão em que há ameaças ou tentativas de desalojar os manifestantes de determinado espaço que eles tenham ocupado.

Todas essas formas de ação envolvem movimentação de “corpos” sociais que, por força mesmo dessa movimentação, buscam se caracterizar e legitimar publicamente, ao ocupar espaços socialmente marcados. São atos que envolvem transgressão e demarcação de fronteiras sócio-espaciais, e levam a outras ações, colocadas como respostas por parte dos diferentes segmentos do “público” e das “autoridades públicas”.<sup>5</sup>

### As ocupações de órgãos públicos

A consulta aos órgãos da imprensa militante e da grande imprensa permite descrever algumas características recorrentes e algumas variações daquilo que é caracterizado como “ocupação de órgãos públicos” por trabalhadores rurais, geralmente vinculados a alguma organização. A fonte básica dos dados aqui apresentados foi o *Jornal do Movimento Sem Terra*,<sup>6</sup> o que certamente cria um certo “bias”, uma vez que essa organização não é a única a promover esse tipo de ação – os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações sindicais, a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), e a CUT, também o fazem. Algumas dessas ocupações promovidas por sindicatos, federações e centrais são registradas no *Jornal do MST*.

No *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, mencionam-se 118 ocupações de órgãos públicos no período de cinco anos entre 1990 e 1994 (inclusive), o que significa uma média de duas ocupações por mês, aproximadamente. Mas houve períodos de concentração do número dessas ocupações registradas pelo jornal do MST, em função das “jornadas de luta” definidas nacionalmente pelo MST. Foi o caso, por exemplo, dos meses de abril de 92 (12 ocupações), julho de 92 (12 ocupações), e maio de 94 (dez ocupações).

Essas ocupações envolvem grupos relativamente grandes de trabalhadores rurais. Ainda que possivelmente os números de participantes em cada evento apresentados pela imprensa militante estejam possivelmente superestimados, dão uma idéia da ordem de grandeza do número de pessoas envolvidas. Assim, geralmente há de algumas dezenas a algumas centenas de pessoas participando dessas ocupações. O jornal do MST chega a mencionar ocupações com 2.000 pessoas, mas a maioria parece envolver em torno de 100 a 400 pessoas. Geralmente, participam homens, mulheres e também crianças.

Essas pessoas não estão ali aleatoriamente. Geralmente, são caracterizadas – pelos organizadores, pela imprensa e por elas mesmas – como “representantes” de um universo

maior de trabalhadores rurais que enfrentam uma determinada situação ou problema. Muitas vezes, se colocam como representantes de determinados acampamentos ou assentamentos, ou mesmo como representantes do conjunto de acampamentos ou assentamentos de determinado Estado ou região do Estado; ou ainda, como representantes dos “trabalhadores atingidos pela seca” etc.

A maioria das ocupações é realizada nas capitais dos Estados. Das 118 ocupações mencionadas, 90 foram nas capitais e 28 em cidades do interior. Neste último caso, há ocupações em centros regionais de regiões marcadas por lutas de trabalhadores rurais, ou nas sedes dos municípios onde há assentamentos ou acampamentos. De qualquer forma, as ocupações de órgãos públicos, situados na capital do Estado ou na sede dos municípios, envolvem sempre o deslocamento de um grupo relativamente grande de trabalhadores da zona rural para a cidade. Geralmente, os ocupantes levam alimentação, colchonetes, cobertores, mostrando a sua disposição em permanecer períodos prolongados, além de bandeiras, manifestos, instrumentos musicais e instrumentos de trabalho (em torno dos quais pode haver uma polêmica entre os participantes da ocupação e setores que se opõem à ocupação, quando estes últimos procuram caracterizar esses instrumentos como armas). Em alguns casos, a polícia intercepta os manifestantes no seu caminho para a cidade.

Os alvos preferidos das ocupações são órgãos públicos identificados pelos organizadores como responsáveis pela solução de determinados problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais. Das 118 ocupações mencionadas, 70 foram realizadas no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do governo federal), geralmente nas sedes estaduais. Algumas sedes estaduais do INCRA chegaram a ser ocupadas três vezes em um mesmo mês. Outros órgãos bastante visados são as Secretarias Estaduais ou Municipais de Agricultura ou Secretarias Estaduais de Reforma Agrária (18 ocupações) e Institutos Estaduais de Terras (cinco ocupações), e ainda delegacias do Ministério da Agricultura. Outro alvo importante, especialmente nas cidades do interior, são as prefeituras. O jornal do MST menciona dez ocupações de prefeituras. Por outro lado, mencionam-se também cinco ocupações de Assembléias Legislativas estaduais, e cinco tentativas de ocupar (ou ao menos entrar) as sedes dos governos estaduais, geralmente impedidas por um forte aparato policial. Bancos públicos também foram um alvo comum (seis ocupações mostradas pelo jornal do MST). Mencionou-se ainda escritórios de companhias de energia elétrica, delegacias estaduais do Ministério da Fazenda, a sede da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, do governo federal), um fórum municipal e um campus universitário, além de uma ocupação da Câmara dos Deputados em Brasília, promovida conjuntamente com sindicatos urbanos.<sup>7</sup>

As ocupações podem durar de poucas horas a alguns meses (transformando-se efetivamente em acampamentos), ou ainda podem ser impedidas antes de ser concretizadas. A maioria dura de um a dois dias. Das 118 ocupações mencionadas, apenas 22 duraram mais do que dois dias, sendo que a mais longa durou dois meses. Durante o

período em que o prédio está ocupado, há algumas variações em termos da “rigidez” da ocupação. Os ocupantes podem deixar que os funcionários continuem trabalhando mais ou menos “normalmente”, limitando-se a ocupar apenas algumas salas ou andares do prédio. Ou podem interromper deliberadamente o funcionamento do órgão. Podem reter alguns funcionários (sempre funcionários graduados, como os diretores locais do órgão, gerentes do escritório etc.) durante algumas horas, durante um dia todo, ou mesmo por períodos mais prolongados. Podem realizar assembleias, usar as instalações (banheiros, cozinha), ou podem acampar na parte de fora (no estacionamento ou na rua em frente à entrada).

Não é muito freqüente que haja efetivamente conflitos graves (com mortos e feridos graves) nesse tipo de evento. Das 118 ocupações mencionadas, houve conflito em 22. Geralmente, trata-se de conflitos no momento da entrada com os seguranças do prédio ou com a polícia, colocada previamente para proteger o prédio. Em alguns casos, houve conflito para retirada dos invasores do prédio, mas isso foi pouco freqüente. Os conflitos mais violentos ocorreram nas tentativas de se aproximar ou entrar nas sedes dos governos estaduais. É comum também que o prédio seja cercado e isolado por forças policiais após a ocupação. Em vários casos, houve prisões de trabalhadores. Contudo, a ameaça do uso da violência e a tensão diante da possibilidade de violência são absolutamente constantes. Em uma descrição da ocupação da sede do INCRA em Fortaleza, por exemplo, menciona-se que em vários momentos os policiais presentes no local chegaram a tirar suas armas da bainha, e há uma fotografia dos policiais fazendo precisamente isso. Evidentemente, é preciso levar em conta também a entrada forçada no prédio e a retenção forçada de funcionários, que não deixam de ser formas de violência, ainda que as fontes “militantes” não as caracterizem assim. Na verdade, a cada evento desses há toda uma disputa em torno dessa caracterização, com os organizadores enfatizando que se trata de uma forma de pressão organizada diante da indiferença ou inoperância do órgão e da urgência da situação, e outros agentes que se opõem à organização que promove a ocupação procurando caracterizar o evento como um ato violento de “baderneiros” ou como ato movido por “interesses políticos” dos organizadores.<sup>8</sup>

As reivindicações trazidas pelos trabalhadores – colocadas nesse momento como exigências – dizem respeito, nos casos levantados, a temas como desapropriação de áreas para assentamento, liberação de alimentação para acampados, construção de estradas, escolas e postos de saúde em áreas de assentamento, instalação de rede elétrica nos assentamentos, liberação de crédito de investimento, custeio e comercialização (em particular, do crédito especial para áreas de reforma agrária – o PROCERA), regularização fundiária, agilização dos processos de imissão na posse em áreas já desapropriadas, e segurança para acampados, posseiros ou assentados diante de ameaças de fazendeiros, grileiros, pistoleiros e polícia. Em alguns casos, exigem também a destituição de diretores de determinados órgãos (em geral, do INCRA estadual). Em dois dos casos

mencionados, os ocupantes chegaram a nomear simbolicamente um trabalhador rural como dirigente do órgão ocupado. Frequentemente, exigem uma audiência com pessoas que ocupam cargos públicos elevados – prefeitos, governadores, presidente do INCRA. Em determinados momentos, as ocupações colocam pautas de reivindicação estabelecidas no âmbito estadual ou nacional (como nas mobilizações conhecidas como Grito da Terra, promovidas pelo MST e pelas organizações sindicais de trabalhadores rurais). E em alguns casos, foram feitas ocupações para exigir o cumprimento de acordos firmados anteriormente (talvez em ocupações anteriores do mesmo órgão).

As ocupações se iniciam com a entrada, sem aviso ou permissão prévia, de um grande grupo de trabalhadores rurais, inclusive mulheres e crianças, no prédio onde funciona o órgão público escolhido. Quase sempre, eles buscam a sala da direção do órgão e procuram forçar a recepção pelo funcionário mais graduado presente no momento da ocupação. Em vários casos, esses funcionários se irritam e se negam inicialmente a negociar, ou procuram deixar o prédio, argumentando por vezes que essas manifestações se devem exclusivamente a “interesses políticos” e que não negociam enquanto os prédios estiverem sob ocupação. Mas em vários casos a recepção dos ocupantes pelos diretores do órgão se deu sem maiores problemas. Isso depende, evidentemente, do tipo de relação entre o dirigente do órgão e o movimento que organiza a ocupação, em determinado momento. Em certos casos pode ser uma relação de proximidade e de “apoio mútuo” diante de outros setores dentro do aparato de estado identificados por funcionários e lideranças de trabalhadores como sendo “opostos à reforma agrária”.

Algumas vezes, a exigência dos ocupantes com relação à presença de dirigentes de escalão mais alto ou mesmo de governadores e prefeitos é aceita, especialmente quando se trata da vinda de diretores mais graduados do órgão e prefeitos.

Há sempre um clima de “combatividade e festividade”, com palavras de ordem, exibição de bandeiras e cantos. Geralmente, uma comissão de trabalhadores passa a negociar com os diretores do órgão em torno das reivindicações trazidas, enquanto a massa dos ocupantes se mantém em uma espécie de vigília festiva no prédio e nas proximidades. Costumam ser feitas assembleias, em que os membros das comissões que negociam trazem os resultados da negociação para discussão. Em outros casos, os trabalhadores ocupam algum auditório ou outro espaço maior e procuram trazer os diretores para negociar diante do grupo todo. Recorrentemente, os trabalhadores reafirmam sua posição de só sair dali com o “problema resolvido”, ou seja, tendo obtido um compromisso explícito por parte de diretores autorizados, em relação às suas reivindicações. Afirmam sua disposição de “não arredar pé” e ameaçam voltar outras vezes se necessário (caso se considere que o compromisso não foi mantido).

Há recorrentemente presença de políticos que de algum modo são ligados aos movimentos de trabalhadores rurais, como intermediários nas negociações com o órgão e sobretudo nas negociações para evitar a intervenção da polícia e contornar as ameaças de uso da força. A imprensa costuma acompanhar o processo, que pode

ganhar destaque no noticiário.

Na imprensa militante, enfatiza-se as conquistas obtidas através dessa forma de pressão – compromissos públicos por parte dos órgãos ocupados de atender às reivindicações colocadas ou ao menos parte delas. Essas ações são colocadas nesses relatos como ações muito eficazes – como exemplos de formas de pressão direta dos trabalhadores, redundando quase imediatamente em desapropriações, liberação de crédito, construção de escolas e postos de saúde, eletrificação de assentamentos, estradas e até mesmo destituição de diretores de órgãos públicos.

Em resumo, poderíamos dizer que essa forma de ação coletiva envolve o deslocamento de um grupo de trabalhadores – que “representa” um conjunto maior – rumo a um “centro” político, como a sede municipal, a capital do Estado, e mais especificamente a área central dessas cidades, ou prédios situados fora do “centro” da cidade mas vinculados a poderes “centrais”.<sup>9</sup> Esse grupo transpõe, simbólica e literalmente, barreiras físicas, policiais e burocráticas que se antepõem entre eles e os dirigentes dos órgãos, numa suposta recusa de mediadores (políticos e burocratas de escalão inferior) e de conformidade com normas burocráticas (encaminhamento de pedidos escritos, espera por momentos de audiência agendados etc.). É como se quisessem alcançar diretamente, enquanto “corpo coletivo”, um “centro de decisão”, uma pessoa que tenha “o poder de decidir”, e abordá-la pública e diretamente.

Geralmente, desse grupo que “representa” um grupo maior de trabalhadores, é destacado um grupo menor (uma comissão) que “representa” o grupo de ocupantes, para negociar com os diretores do órgão público. O “corpo” de ocupantes se mantém, enquanto isso, em um clima aguerrido e festivo, diante de funcionários e transeuntes. Ao mesmo tempo, os organizadores da ocupação (dirigentes do MST ou dirigentes sindicais) têm um papel central no andamento das negociações, bem como os políticos que sempre estão presentes. Tanto os dirigentes quanto os políticos nesse momento também “representam” os trabalhadores. Assim, paralelamente à ocupação massiva, parece haver todo um processo de negociações – feitas sob o impacto da ocupação – e que, como veremos no estudo de caso, implicam o acionamento de redes mais ou menos amplas (a depender da escala do evento e do sucesso em criar um “fato político”) de burocratas, dirigentes de organizações de trabalhadores e políticos.

Por fim, o resultado mais evidente do processo de negociação são compromissos verbais e/ou escritos por pessoas autorizadas em torno de uma série de reivindicações ou exigências. Ou seja, não se conquistam desapropriações, escolas ou estradas literalmente, mas compromissos ou promessas.

Para analisar mais detidamente como essas ocupações são percebidas pelos que delas participam, quais os significados que elas assumem e qual a sua relação com os processos de construção de grupos (e das categorias através das quais esses grupos se definem), é interessante voltar-se para o caso de uma ocupação particular. O caso analisado foi uma ocupação feita em um centro regional próximo ao município onde

se situa o assentamento no qual vivem os trabalhadores que realizaram a ocupação, e foi uma ocupação organizada “localmente”, sem ter sido planejada, ao que tudo indica, nas instâncias mais abrangentes de alguma organização de âmbito estadual ou nacional, como no caso de muitas das ocupações mencionadas até agora.

### Crônica de uma ocupação

Na manhã do dia 7 de julho de 1994, um grupo de cerca de 100 a 150 trabalhadores rurais,<sup>10</sup> entre homens, mulheres e crianças, assentados na fazenda São Bernardo, em Santana do Cambuí, no norte fluminense,<sup>11</sup> ocuparam o escritório regional da CERJ (Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro) em uma cidade importante da região, reivindicando (ou exigindo) a implantação da rede de energia elétrica na totalidade do assentamento. Retiveram o diretor do escritório local durante todo o dia. Permaneceram no prédio até o meio do dia seguinte e obtiveram o compromisso do presidente da CERJ e do Secretário de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro – que foi ao local da ocupação – de iniciar a implantação da rede de energia elétrica em 45 dias. A sua ação, ainda que não tenha sido destacada no noticiário da grande imprensa do Estado, teve destaque na imprensa local, aparecendo na primeira página dos principais jornais locais.

O assentamento da fazenda São Bernardo havia sido estabelecido oito anos antes. Surgiu a partir de uma grande ocupação de uma área pública na baixada fluminense, que chegou a envolver cerca de 400 famílias. Essa ocupação se deu em 1986. Desse grupo, cerca de 42 famílias foram eventualmente transferidas para uma fazenda de propriedade do governo do Estado em Santana do Cambuí. Nessa fazenda, receberam títulos de concessão de uso de lotes de terra, por tempo determinado, com possibilidade de renovação.

Não cabe aqui entrar em maiores detalhes a respeito do assentamento e de sua história. Mas é importante observar que, desde a transferência do grupo da Baixada Fluminense para a fazenda em Santana do Cambuí, a implantação de rede elétrica para os lotes dos assentados era uma reivindicação importante. Aparentemente, seria um serviço simples, pois o assentamento encontra-se próximo à sede do município (cerca de 5 km), é cortado por estradas, e dentro da área da fazenda já havia rede elétrica que servia às instalações de um órgão estadual que funcionava em parte da fazenda (a FEEM, Fundação estadual do Menor) e aos moradores mais antigos (funcionários da FEEM). No entanto, durante oito anos, a rede elétrica não foi implantada. Segundo dirigentes da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Bernardo (que organizaram a ocupação), durante o governo Moreira Franco, a eletricidade não foi implantada porque os assentados desta Associação (que reivindicava a eletrificação) eram identificados como “brizolistas” (portanto, de oposição em relação ao governo estadual). Mas em 1991, já na segunda gestão do governador Brizola, o secretário estadual que era res-

ponsável pela área de energia havia, segundo os dirigentes da Associação, garantido a implantação da rede elétrica em 60 dias, o que não aconteceu. Mais tarde, em 1993, o secretário estadual de Assuntos Fundiários também havia garantido verbas para a implantação da rede elétrica pela CERJ, mas isso também não havia sido concretizado.

A falta de energia elétrica era sentida como um grande problema pelos assentados. A maioria dos que vieram da Baixada Fluminense nunca havia morado sem energia elétrica antes de se envolver no acampamento. Outros, mesmo tendo morado antes em locais sem energia elétrica, já haviam se “desacostumado” dessa situação há muitos anos. Nas narrativas sobre a chegada à fazenda, depois de meses de acampamento, o estranhamento diante da falta de eletricidade é mencionado com frequência. Viviam a falta de energia como uma grande privação, e a lentidão no atendimento dessa reivindicação era fonte de grande ansiedade e vista como sinal da pouca importância que os “poderosos” lhes davam, bem como resultado da ação daqueles que se opunham ao assentamento.

Não tenho elementos para delimitar com precisão as negociações que foram empreendidas ao longo desses anos em torno da questão da eletrificação do assentamento, nem de precisar os motivos da demora da instalação. Eu havia passado a frequentar o assentamento em junho de 1994. Já havia ouvido comentários e reclamações sobre a falta de eletricidade, e, em uma assembleia realizada em meados de junho, havia presenciado uma polêmica acirrada entre os dirigentes da Associação e um contador que tinha um escritório na cidade, e que havia, pelo que entendi, se disposto a intermediar o encaminhamento do projeto de eletrificação junto à CERJ. Não consegui compreender exatamente por quais canais essa tentativa de encaminhamento estava passando na época, mas esses canais evidentemente haviam falhado. Mais tarde, soube que tentativas haviam sido feitas de encaminhar o projeto de eletrificação através de políticos do partido com que os dirigentes da Associação tinham contato. Vários dirigentes da Associação eram militantes do PDT e tinham contatos com deputados desse partido, que era então o partido do governador. 1994 era um ano eleitoral (eleição para deputados estaduais e federais). A Associação havia estabelecido a prática de discutir o voto dos associados em assembleia, “fechando” o voto em determinados candidatos, a partir de considerações partidárias, da história de “apoio à luta” do grupo por parte dos candidatos (“apoio” pensado em termos de intermediação nas negociações em momentos críticos, obtenção de recursos e visitas ao assentamento) e também de acordo com o que os candidatos ofereciam concretamente de imediato para a Associação (recursos para compra de veículos, obtenção de máquinas para conservação de estradas etc.). Soube depois que um dos dirigentes da Associação havia dito a um deputado candidato à reeleição que os associados decidiriam votar em quem conseguisse viabilizar a instalação de eletricidade no assentamento. Mas essa oferta não parece ter surtido o efeito desejado.

\*

É sintomático que, tendo passado a frequentar o assentamento havia pouco tempo, eu não tivesse ficado sabendo e nem mesmo houvesse desconfiado que estava sendo planejada uma ocupação de um órgão público. Não posso afirmar com certeza que essa ocupação não tenha sido discutida abertamente em alguma assembleia, como é hábito fazer nessa Associação, que realiza assembleias semanais. Com certeza, não foi discutida nas assembleias imediatamente anteriores à ocupação, das quais participei. Tenho a impressão que o assunto foi decidido e discutido fora do espaço costumeiro de discussão de temas públicos. Retrospectivamente, posso ver que algumas observações “em código” (“o nosso dia”, “o dia”) se referiam à futura ocupação, mas esses “códigos” conseguiram ocultar eficazmente essa informação de “estranhos” como eu.

Por coincidência, cheguei ao assentamento vindo do Rio no dia em que a ocupação estava sendo feita, e me encontrei com um assentado (que eu já conhecia) na estrada que corta o assentamento. Ele me informou que a maioria dos assentados havia ido à cidade que funciona como pólo regional, para a ocupação da CERJ. Ele mesmo, por sua vez, havia decidido não ir. Apesar de ser sócio da Associação, e uma pessoa considerada “participante” nas atividades da mesma, naquele momento ele avaliava que a Associação não estava beneficiando os associados, “só a própria Associação” (identificando a organização com seus dirigentes). Por isso, resolveu não participar da ocupação (mais adiante, voltarei a comentar o significado assumido pela participação ou não na ocupação da CERJ).

Cheguei à sede regional da CERJ no início da tarde (a ocupação havia sido iniciada no início da manhã). A sede da CERJ fica em uma grande praça localizada na região central da cidade, em um ponto bastante movimentado. O caminhão da Associação estava parado em frente da porta do edifício. Havia uma bandeira do Movimento Sem Terra.<sup>12</sup> Alguns assentados estavam dentro do caminhão (onde estavam também alimentos, colchonetes, cobertores, que eles haviam trazido). Outros estavam na praça em frente ao prédio, ou vendo televisão no bar que funcionava ao lado da entrada da CERJ. Outros estavam circulando pelo prédio. Outros ainda, eu soube, estavam na sala da direção, com o diretor do escritório local. Não haviam permitido que o diretor saísse para o almoço, segundo me contaram. Muitos ficaram um pouco surpresos em me ver e perguntaram como havia ficado sabendo que eles estavam ali.

Havia um clima descontraído, um pouco eufórico. Os assentados contaram alegremente da surpresa dos funcionários da CERJ e da polícia com a chegada deles, pela manhã, e de como foram entrando, “sem perguntar nada a ninguém”. Ao longo do tempo em que estive acompanhando a ocupação, muitos assentados enfatizaram recorrente e espontaneamente, ao se dirigir a mim – que era visto como “um estudante interessado na luta do assentamento” – que só saíam dali com o projeto de eletrificação assinado e garantido; que haviam trazido comida e equipamento para ficar o

tempo que fosse preciso; que estavam cansados de “ser enrolados”; que só assim é que os pobres/trabalhadores conseguiram as coisas. Essas observações eram retomadas, mais ou menos nas mesmas palavras, por vários assentados – algo como “palavras de ordem” do momento da ocupação. As colocações em torno do tema “pobres” foram recorrentes; um dos assentados, por exemplo, enfatizou repetidamente que os pobres podem não saber ler e falar direito, mas que nem por isso se deixam enganar. Essa estrutura de argumentação, “os pobres, apesar de X (atributo socialmente negativo), Y (atributo socialmente positivo)”, foram recorrentes nas colocações feitas para mim ao longo do dia. A afirmação de que a pressão direta era a única maneira dos pobres obterem aquilo de que precisavam também foi freqüente.

Logo mais, chegaram ao local uma pessoa que havia sido candidata (a vereadora) por um partido de esquerda e um deputado estadual do mesmo partido, juntamente com seu assessor, vindos do Rio. Esses últimos eram conhecidos dos assentados e ligados à questão dos assentamentos. Os dirigentes da Associação estavam bastante ocupados o tempo todo, telefonando, indo para a sala onde estava o diretor, e conversando com o deputado e seu assessor, por vezes dentro do carro deles. Foram também os dirigentes da Associação que se encarregaram de dar declarações à imprensa, que estariam no dia seguinte nos jornais da região.

Mais para o final da tarde,<sup>13</sup> os assentados realizaram uma assembléia, onde os membros da comissão de negociação repassaram para o conjunto dos “ocupantes” o resultado obtido até então com a negociação. Durante essa assembléia, segundo me contaram depois, os organizadores foram comunicados da possibilidade de que a polícia militar viesse retirá-los a força do local, a qualquer momento. Colocados diante dessa situação, discutiram o que fazer e decidiram que permaneceriam ali de qualquer modo, após discursos emocionados de dirigentes da Associação. A polícia, afinal, não veio (ao que parece, as gestões do deputado ali presente foram importantes para evitar isso, mas não tenho maiores detalhes a esse respeito).

Durante a noite, os assentados permaneceram no prédio e nas imediações, em clima festivo. O bar que funcionava bem ao lado coincidentemente promovia um “pagode” naquele dia da semana, e muitos assentados ficaram por ali. Alguns foram “destacados” para retornar ao assentamento, para que este não ficasse “desguarnecido” (ainda que não houvesse, naquele momento, nenhum tipo de ameaça sobre o assentamento). Apesar das admoestações de dirigentes da Associação (a diretrix era evitar a bebida), bebeu-se um pouco, aumentando o clima festivo e eventualmente criando algumas pequenas escaramuças e episódios que depois seriam lembrados com certo gosto e motivariam *brincadeiras*.

No dia seguinte, pela manhã, o secretário de assuntos fundiários e um diretor da CERJ<sup>14</sup> se deslocaram do Rio para a cidade onde ocorrera a ocupação – para satisfação dos assentados – e se reuniram com a comissão de negociação dos ocupantes. Essa comissão havia sido previamente definida, mas incorporou mais algumas pessoas.

Depois de algum tempo de negociação, os membros da comissão saíram do prédio e convocaram uma assembléia na praça, bem em frente ao prédio. Falaram de cima de um carro de som cedido por um sindicato urbano.

A assembléia foi iniciada com a palavra de ordem “Reforma agrária já”, puxada por um dos dirigentes da Associação e repetida pelo conjunto dos assentados. Esse mesmo dirigente, que coordenou a assembléia, expôs os resultados das negociações. Havia sido estabelecido um compromisso, pela CERJ e pela Secretaria de Assuntos Fundiários, de iniciar a instalação da rede elétrica dentro de 45 dias. Três membros da comissão de negociação falaram a seguir. Dois deles, dirigentes da Associação, não apenas expuseram os resultados da negociação, como lembraram os oito anos de luta pela luz, os sacrifícios enfrentados, e enfatizaram a importância de ter realizado a ocupação. Um dos dirigentes colocou, ironicamente, que eles haviam “aprendido o caminho” e que haviam gostado de dormir no prédio “que é bem iluminado”, e reafirmou a disposição de voltarem se o compromisso não for respeitado. Essa assembléia tinha pelo menos três “públicos” distintos: os assentados, os transeuntes (que muitas vezes paravam e acompanhavam um pouco das colocações) e os funcionários e diretores da CERJ (bem como o secretário de Assuntos Fundiários). Os dirigentes da Associação (um deles em particular) conseguiram habilidosamente se dirigir a esses três públicos simultaneamente. A proposta obtida com a negociação foi posta em votação e aparentemente havia sido alcançado um *consenso*.

Mas surgiu uma nova questão: os dirigentes da Associação foram informados de que um funcionário (porteiro) da CERJ iria ser punido por ter se colocado contra um dos diretores da empresa, que segundo os assentados teria se irritado e empurrado algumas das mulheres que participavam da ocupação, no dia anterior. Um dirigente da Associação fez um discurso indignado, dirigido em boa medida aos funcionários e dirigentes da CERJ, e invocou a solidariedade entre trabalhadores, propondo que eles buscassem anular a punição ao funcionário. Essa primeira assembléia foi então encerrada, e os membros da comissão voltaram à CERJ para discutir a punição do funcionário. Pouco depois, nova assembléia foi convocada, na qual surgiu uma divergência entre dois dirigentes da Associação – um deles defendeu que se deixasse de lado a questão da punição, e outro fez um discurso forte, defendendo a punição ao diretor que empurrou as mulheres e a suspensão da punição ao porteiro, propondo que eles não encerrassem a ocupação antes desta ser revogada, pois se tratava de um *trabalhador* e eles como *trabalhadores* deveriam ser solidários. Seu discurso foi aplaudido, e o outro dirigente da Associação retirou sua proposta, percebendo o desgaste a que aparentemente se expusera. Voltaram então à CERJ, e depois de algum tempo de negociação, chegaram a um acordo, colocando em suspenso a punição ao porteiro, que ficou dependendo de uma verificação de sua “ficha de serviço”. Os assentados decidiram então, festivamente, retornar ao assentamento, considerando-se vitoriosos.

\*

O final da ocupação foi numa sexta-feira, que é o dia da *assembléia* ou *reunião* semanal da Associação. Nesse dia, o salão da sede da Associação ficou cheio. Essa *assembléia* se caracterizou sobretudo por uma espécie de super-elaboração do momento da reunião que se caracteriza por seu tom “solene”, que é chamado de *momento de reflexão*, em que geralmente uma ou duas pessoas fazem alguma colocação, normalmente com inspiração e linguagem religiosa e “moral”, sobre a vida do assentamento, os problemas enfrentados e o sentido da luta do grupo e de sua Associação.<sup>15</sup> Nesse dia, muitas pessoas falaram nesse momento da reunião (bem mais do que o número de pessoas que normalmente falam), sempre sobre a ocupação da CERJ. O clima da reunião tornou-se não apenas solene mas, em vários momentos emocionado. Alguns comentários, também, foram feitos em clima de descontração e com um evidente sabor de “vitória”. As imagens religiosas foram usadas para interpretar o sentido da ocupação da CERJ. Um assentado, que é pastor evangélico, enfatizou que essa ocupação fora uma *luta*, lembrando que “Deus mesmo também pressionou o faraó” e que “Deus é um Deus de luta, que ensina seus filhos a lutar... ninguém recebe nada de graça... precisamos lutar para forçar aqueles que têm o coração duro como o faraó tinha”.<sup>16</sup> O presidente da Associação, após mencionar uma passagem da Bíblia, cobrou explicitamente a posição dos assentados que não participaram da ocupação (ou seja, aquelas famílias que não mandaram nenhum “representante”), colocando que não sabia se “essas pessoas não têm confiança na luta ou não têm confiança em Deus”, e levantou o problema que representa para a Associação “ter que carregar algumas pessoas nas costas”. Essa cobrança seria recorrente não apenas na *assembléia* como durante os dias seguintes, praticamente forçando aqueles membros da Associação que não haviam participado a se justificarem publicamente. Mesmo bastante tempo depois, o fato de não ter participado da ocupação voltaria a ser lembrado em certos contextos. O presidente colocou também que a luta deles era “obra de Deus”, e que ele, como presidente da Associação, era apenas uma peça, que não faria falta, pois qualquer um deve se sentir capaz de levar a luta adiante (enfatizando, a seu modo, o caráter de “corpo social” do grupo). A seguir, outro dirigente da Associação (ex-presidente) ressaltou a importância da *união*, e colocou que a *luta*, que parecia tão difícil, “foi mais fácil que mexer uma cadeira do lugar”, e que quando decidiram permanecer no escritório da CERJ, “a coisa foi resolvida em praticamente 20 minutos”, explicitando a sensação de “poder” que parecia ter se apossado dos participantes naquele dia. Colocou ainda que pôde perceber que o diretor do escritório local não havia comunicado, antes daquele dia, o problema deles ao seu superior, o que indicava que “tinha alguém segurando aquilo...” e que era difícil descobrir quem era – opinião compartilhada por muitas das pessoas com as quais conversei. Um outro dirigente da Associação colocou, para deleite e riso do público da *assembléia*, que nunca tinha visto “chefe desses chefão mesmo” acordar

tão cedo (em referência à vinda do secretário de Assuntos Fundiários e do diretor da CERJ na manhã de sexta-feira), e que se as circunstâncias fossem outras, eles teriam alegado que estavam “machucados” ou “doentes”. Constatou que havia “má vontade” da chefia local da CERJ. A seguir, outro dirigente da Associação refletiu sobre a dificuldade da luta e a complexidade das negociações, e ressaltou a importância do presidente da Associação. Fez uma colocação também sobre a disposição de participar e o fato de que todos sabiam o que fazer, dizendo que isso “é resultado de ir aderindo à idéia de grupo”, e que “é como se fosse uma Igreja, você vai aprendendo os passos e acaba fazendo as coisas naturalmente”. Comentou ainda que houve dois momentos decisivos na luta que empreenderam: o momento em que decidiram ir para a CERJ e o momento em que, mesmo sob ameaça de intervenção da polícia e de serem agredidos, resolveram ficar, e voltou a ressaltar que “quem não foi será olhado com outros olhos”.

Ao longo da *assembléia*, várias pessoas ressaltaram a importância da decisão de ficar na CERJ apesar da ameaça de polícia, enfatizando o peso que tiveram no momento de tomar essa decisão as palavras de alguns dirigentes, que colocaram por exemplo que “não é meia dúzia de policiais que vai nos tirar daqui” e que “quem sai na chuva é para se molhar”. Um dirigente lembrou também a presença do deputado que acompanhou a ocupação, que “estava lá para apanhar junto conosco se fosse necessário”. Um assentado (não dirigente da Associação) ressaltou não só a importância das lideranças, fazendo uma comparação com a liderança de Moisés no Egito, como também a importância de manter a linha da liderança nas eleições para a diretoria da Associação, que se aproximavam – numa clara demonstração de que o sucesso na ação tinha peso no sentido da legitimação das lideranças que a promoveram e organizaram. Foram feitos vários comentários sobre o momento da entrada e sobre como souberam exatamente o que fazer nesse momento, inclusive as crianças. Um pouco depois, um assentado comentou sobre o fato de que o “chefão” do escritório da CERJ não conseguiu fugir quando eles entraram, ocasionando risos e comentários animados. Houve vários comentários sobre o susto dos funcionários no momento da entrada. Uma senhora idosa, mãe do ex-presidente da Associação, pedindo desculpas por não saber ler as “leituras bíblicas”, fez uma referência a uma passagem bíblica em que Pedro, no meio de 12 guardas e com as mãos amarradas, teve confiança em Deus, e foi iluminado, ainda que não tivesse entendido imediatamente o sentido das ordens divinas. Um outro assentado pedindo desculpas por não ter ido (mas ressaltando que membros de sua família foram, representando-o), contou sobre os comentários que ouviu na cidade, na fila do banco, a respeito da ocupação e das lideranças da Associação. Algumas pessoas comentaram também sobre a importância de ter defendido o funcionário da CERJ que iria ser punido, ressaltando a idéia de solidariedade entre os *trabalhadores*. As pessoas “de fora” (técnicos de uma ONG que presta assistência técnica ao assentamento e da empresa estadual de assistência técnica) parabenizaram, em tom relativamente formal, os assentados pela sua conquista e ressaltaram a importância da luta para conseguir

obter as reivindicações.

Depois dessa assembléia, ao longo da semana seguinte, os comentários e discussões informais sobre a ocupação foram recorrentes. No dia seguinte, por exemplo, eu estava na casa do irmão do presidente da Associação. Surgiu uma conversa animada e bem humorada sobre aqueles que haviam se embebedado na noite da ocupação e sobre o que eles haviam feito, bem como a “expulsão” dos “beberrões” de dentro do prédio da CERJ pelas mulheres, forçando-os a dormir no caminhão. Ao mesmo tempo, do lado de fora, com a presença do presidente da Associação, havia uma discussão mais “séria” sobre como as reivindicações não eram atendidas se não houvesse pressão. Pouco depois, outro dirigente chegou, contando que havia encontrado o ex-secretário estadual que havia prometido a instalação da rede elétrica (em 1991) e não havia cumprido sua promessa; ele estava fazendo campanha para deputado na cidade, e o dirigente da Associação contou como o havia “desmascarado”, denunciando publicamente que ele não havia cumprido promessas feitas. Pouco depois, enquanto jantávamos, chegou um sócio da Associação, que não havia participado da ocupação, tentando justificar a sua não-participação. Depois de sua saída, houve vários comentários pouco abonadores sobre aqueles que não haviam participado, não haviam corrido os mesmos riscos e que iriam se beneficiar da implantação da rede elétrica tanto quanto os outros.

Algum tempo mais tarde – com atraso em relação aos 45 dias prometidos –, a rede elétrica foi instalada. Meses depois, foi feita uma grande festa, na qual não estive presente, para comemorar a implantação da rede elétrica: a “festa da luz”. Segundo os comentários que ouvi depois, a festa foi um sucesso, com muita bebida e comida que sobrou para o dia seguinte.

### Algumas Considerações

Observamos que o processo de preparação para a ocupação, ocupação e discussão do sentido da ocupação tem vários efeitos sociais para além da reivindicação de um serviço e a eventual implantação desse serviço. De diversas maneiras, os limites e a natureza do “grupo” são colocados em questão e redefinidos ou reafirmados. Em primeiro lugar, no momento da preparação, a posse da informação sobre os planos da ocupação é privativa do grupo e, possivelmente, de seus “aliados” mais próximos, de modo que definir quem tem acesso à informação é também definir o grupo – criando ainda a oportunidade de identificar eventuais “traidores”. O compromisso com o grupo é publicamente posto à prova pela própria participação na ocupação, definida em termos de participação de famílias, não de indivíduos. A não-participação é construída socialmente como colocando em questão o real compromisso com o grupo e tudo o que ele significa – ainda que, como vimos, do ponto de vista do não-participante, possa representar um questionamento dos rumos assumidos pela organização e por seus

dirigentes. Participar da ocupação significa correr riscos juntos – especificamente, correr o risco de sofrer violências. Essa solidariedade no momento de risco é vista como uma prova fundamental de compromisso. A tensão toda em torno do processo de ocupação – gerada em grande medida pelo potencial de violência da situação, dada a transgressão das fronteiras físicas, sociais e burocráticas – torna esse processo um momento marcante para o grupo, em que todo o sentido da *luta* é posto em evidência e transformado ou reafirmado. É um momento de intensa atividade interpretativa por parte dos participantes, como mostram as próprias variações das características formais da assembléia que se seguiu à ocupação, em relação às assembléias mais “rotineiras”, e a profusão de imagens (especialmente imagens bíblicas) usadas para interpretar publicamente cada detalhe do evento.

A fronteira entre pobres/trabalhadores e ricos/poderosos, é nesse momento retrabalhada. Os “pobres” saem do seu “canto”, onde normalmente esperam aquilo de que necessitam e que só os que têm poder podem dar, e deslocam-se até o centro de uma cidade que é um centro regional. Conseguem um “contato direto” – ainda que através de uma comissão de “representantes”, numa seqüência mobilização/negociação – com um agente poderoso, que em circunstâncias normais não os atenderia nunca. Esse contato direto, imediato e rápido (o inverso das filas que costumam caracterizar o atendimento às pessoas comuns nesses órgãos) neutralizaria a ação de supostos “agentes sabotadores”, inimigos da Associação e do assentamento, cuja identidade não é conhecida (ainda que seja discutida), mas que, para muitos dos participantes da ocupação, são responsáveis pelo não atendimento às reivindicações. Em certo sentido, para os ocupantes, o Estado aparece como um conjunto de centros de poder cercado por agentes com seus pequenos interesses particulares, que dominam os canais de acesso aos centros de poder e montam toda uma série de barreiras, que são transpostas violentamente através da ocupação. É como se eles literalmente “entrassem” no “Estado” sem pedir licença e sem ficar na fila.

O processo de ocupação pode, portanto, ser descrito como a movimentação pública de um grupo constituído enquanto corpo socialmente qualificado (os *trabalhadores rurais* de determinado local), enfrentando resistências de diversas ordens, que poderiam chegar a incluir o uso da força policial, em busca do contato direto com um centro de poder. Mas mais do que um contato, a movimentação visa a colocar esse centro de poder em uma posição de momentânea subordinação (de refém), subvertendo a “ordem normal” das coisas. Nesse momento, se dá um sinal “positivo” (através da “luta”) às qualificações sociais dos componentes do grupo, que em circunstâncias normais possuem um sinal “negativo” (*pobres, trabalhadores, semi-analfabetos, não sabem falar bem*). Que essa operação de subordinação e de relativa inversão da ordem tenha sucesso, é motivo de admiração, riso e festa. É uma vitória.<sup>17</sup>

O ressentimento permanente em relação ao tratamento do “cidadão comum” pela burocracia, com sua indiferença e inoperância, é evidenciado e reafirmado a cada momento do processo de ocupação.<sup>18</sup> O ressentimento com relação aos políticos e

suas formas de mediação também vêm à tona nesse momento, que é visto também como uma *recusa* da mediação de políticos – ainda que seja em parte justamente através da mediação de políticos que o sucesso da operação é garantido. A passagem da indiferença dos poderosos ao reconhecimento por eles, ainda que momentânea, fica registrada no compromisso público assumido e assinado e, mais tarde, no próprio serviço reivindicado: como, por exemplo, nos postes colocados no assentamento, que se tornam símbolos da *luta*.

Nesse caso específico, políticos e burocratas eram responsabilizados por um problema – a falta de energia elétrica – que era vivido como falta de dignidade, um retrocesso na incessante busca de cada uma das famílias envolvidas de “andar para frente” e melhorar sua “condição”. Mobilizando esses ressentimentos e essa vontade de buscar aquilo que aquelas pessoas consideram como componente de sua dignidade, as lideranças da organização (que também compartilham desses ressentimentos e dessa vontade) têm nessa ação coletiva uma importante oportunidade de se legitimar diante dos membros da organização e diante de um “público” mais amplo, inclusive os agentes do Estado. Essas lideranças têm um papel saliente na condução do processo de “construção do sentido” do evento, inclusive depois de consumada a ação. O seu domínio de certos tipos de linguagem e gêneros de fala – como a linguagem moral e religiosa, e a fala pública, ou seja, o *falar bonito*<sup>19</sup> – os torna especialmente aptos a qualificar cada momento do evento. Ao mesmo tempo, essas lideranças – com seus contatos políticos e seu conhecimento do funcionamento e da conjuntura dos organismos de Estado e da política estadual – são fundamentais para garantir o sucesso da ação: muito provavelmente, por si só a presença dos trabalhadores no prédio exercendo uma “pressão coletiva” estaria fadada ao insucesso, não fossem as pressões e negociações “paralelas” entre lideranças, burocratas e políticos. Os políticos que atuam nesse momento como mediadores também têm aí uma importante possibilidade de legitimação. Por outro lado, as lideranças mostram a sua capacidade de mobilização e criam condições para alterar sua capacidade de pressão sobre agentes, setores e órgãos do Estado, em particular aqueles agentes, setores e órgãos que funcionam como “pontos de engrenamento” dessas lideranças e de suas organizações com o Estado. No caso analisado, a secretaria de Assuntos Fundiários é o principal desses pontos; em outras situações, e no caso específico do Movimento Sem Terra, o INCRA geralmente assume essa posição – como indicam os dados mais gerais apresentados na primeira parte do capítulo, que mostram o grande predomínio das ocupações feitas pelo MST em sedes estaduais do INCRA.

\*

Vários pontos permanecem por ser elucidados a respeito dessa forma de mobilização. Por exemplo, seria interessante reconstituir o ponto de vista de políticos e

burocratas. Seria interessante também analisar ocupações organizadas não apenas a partir de reivindicações mais “localizadas”, como o caso descrito, mas também a partir de considerações envolvendo as instâncias estaduais ou nacionais da organização de trabalhadores e suas relações com o Estado em dado momento, e ver como os “participantes locais” se envolvem e como percebem a ocupação, nessas circunstâncias. Por outro lado, seria interessante prosseguir na análise do “repertório” de formas de ação coletiva. A análise de uma *ocupação* indicou que, caso haja interesse em investigar as operações de construção do grupo a partir do estudo dessas formas de ação, a atenção deve se voltar não apenas para as reivindicações e resultados explícitos, mas também para os aspectos “formais” das manifestações e a maneira pela qual a forma é interpretada pelos agentes. E que a atenção não deve se limitar ao evento em si, mas também a toda sua elaboração prévia e a todas as apropriações e reapropriações a que está sujeito depois de sua realização.

## Notas

<sup>1</sup> Este capítulo foi apresentado originalmente como trabalho para o curso “Antropologia dos Estados Nacionais e das Formas de Violência Coletiva”, ministrado pelo professor Federico Neiburg no PPGAS do Museu Nacional no primeiro semestre de 1997.

<sup>2</sup> A tentativa de identificar um repertório de formas de ação coletiva foi sugerida pelo trabalho de Tambiah (1996) sobre violência coletiva no sul da Ásia.

<sup>3</sup> Essas formas foram identificadas através da consulta a jornais da imprensa militante (*Jornal do MST*), a recortes específicos da grande imprensa relacionados com o tema dos movimentos de trabalhadores rurais nas décadas de oitenta e noventa, e a documentos sindicais e de organizações como a Pastoral da Terra de vários Estados. Essas fontes foram encontradas e consultadas no Centro Pastoral Vergueiro, em São Paulo.

<sup>5</sup> Neste sentido, essas formas de ação coletiva podem ser vistas como formas de “publicização” de certas organizações, de certas situações específicas e, indiretamente, de certas tensões vividas socialmente por determinadas camadas da população. Talvez se possa pensar nessas ações como parte do processo de construção da “esfera pública” (Habermas, 1984).

<sup>6</sup> Foram consultados todos os números do jornal do Movimento Sem Terra de janeiro de 1990 a dezembro de 1994.

<sup>7</sup> O total de órgãos ocupados aqui mencionados é diferente do total de ocupações registradas, pois, em alguns casos, uma mesma “operação” envolveu a ocupação pelo mesmo grupo e em um mesmo dia, de mais de um órgão. Nesse caso, optei por considerar o evento como uma única ocupação.

<sup>8</sup> Essa tentativa de desqualificação da manifestação relacionando-a a “interesses políticos” parece recorrente.

<sup>9</sup> Neste sentido, a noção de centro, tal como colocada por Geertz (1977), que a relaciona ao conceito weberiano de carisma, é pertinente. Sobre a relação entre centros, carisma e espaço,

no contexto de manifestações de rua e ocupação de locais socialmente “marcados” do espaço urbano, ver Neiburg (1992).

<sup>10</sup> A estimativa dos organizadores da ocupação era de 200 a 250 pessoas. A estimativa que coloquei é baseada em observação pessoal.

<sup>11</sup> Os nomes foram alterados.

<sup>12</sup> A relação dessa ocupação com o MST não é tão clara como em muitos casos mencionados no jornal do MST – que por sinal não menciona essa ocupação específica. A ocupação que originou o assentamento na década de oitenta não estava diretamente vinculada ao MST, que na época estava se afastando do Estado do Rio. Em 1994, o movimento estava se reorganizando no Estado, e um dirigente da Associação era dirigente estadual do MST. Mas a ocupação da CERJ parece ter sido planejada e decidida de modo bastante “independente” em relação às instâncias do movimento, ainda que, como vimos, essa forma de ação tenha sido amplamente popularizada pelo MST, que no mês de maio de 94, logo antes da ocupação aqui descrita, havia promovido um grande número dessas ocupações.

<sup>13</sup> No único momento em que eu me ausentei, para procurar um alojamento para passar a noite.

<sup>14</sup> Algumas pessoas me disseram que se tratava do presidente da CERJ, mas as informações foram um pouco desencontradas a esse respeito e não consegui checá-las com certeza.

<sup>15</sup> Sobre as reuniões promovidas por esta Associação e a estrutura formal das mesmas, ver o capítulo 2 e Comerford (1996).

<sup>16</sup> Sobre os significados da palavra *luta*, ver capítulo 1.

<sup>17</sup> Sobre os sentidos da vitória enquanto situação formalmente específica, ver Simmel (1955).

<sup>18</sup> Herzfeld (1991 e 1992) mostra como a burocracia e a indiferença burocrática são percebidas pelos “cidadãos comuns” e examina o tipo de relação que se estabelece entre burocratas e cidadãos, mostrando o papel tanto do discurso da precisão e da rigidez em relação às normas como das práticas de negociação e compromisso.

<sup>19</sup> Ver capítulo 4.

ANDRADE, Maristela de P. (org.) *Lora e Bento – Luto e Luta*. Coleção Célia Maria Corrêa – Direito e Campesinato. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão / Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais Assasinados, 1997.

AUSTIN, John L. *How to Do Things With Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BAILEY, F. G. “Decisions by Consensus in Councils and Committees”. In: BANTON, Michael. *Political Systems and the distribution of Power*, 1965.

BAKHTIN, Mikhail M. *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.

BATESON, Gregory. “A theory of play and fantasy”. In: *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1972.

BAUMAN, Richard e SHERZER, Joel. *Explorations in the Ethnography of Speaking*. London: Cambridge University Press, 1974.

BAUMAN, Richard. *Verbal Art as Performance*. Rowley: Newbury House, 1978.

BAUMAN, Richard e BRIGGS, C. “Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life”. *Annual Review of Anthropology*, 19:59-88, 1990.

BAUMAN, Richard e SCHERZER, Joel. *Explorations in the Ethnography of Speaking*. London: Cambridge University Press, 1974.

BAUMANN, Gerard. “Rituals implicates others: rereading Durkheim in a plural society”. In: DE COPPET, Daniel (org.). *Understanding Rituals*. London: Routledge, 1992.

BEZERRA, Aída. “Conversando com os Agentes”. *Cadernos de Educação Popular*, 3. Petrópolis: NOVA/Vozes, 1986.

BLOCH, Maurice (org.) *Political Language and Oratory in Traditional Society*. London: Academic Press, 1975.

- BLOCH, Maurice. "Symbols, Song, Dance and Features of Articulation". In: *Rituals, History and Power*. London: Athlone Press, 1989.
- BOLTANSKI, Luc. *Les Cadres – La formation d'un groupe social*. Paris: Les Editions de Minuit, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Ce Que Parler Veut Dire*. Paris: Fayard, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRENNEIS, Donald. "Performing Passions: aesthetics and politics in an occasionally egalitarian community". *American Ethnologist*, 14, 1987.
- BRENNEIS, Donald. "Talk and Transformation". *Man*, 22, 499-510, 1988.
- CAMP *Como fazer uma reunião*. Cadernos de orientação 1, s/d.
- CEAS "A luta do STR de Santa Maria da Vitória e Coribe". *Cadernos do CEAS*, 98, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores do Cacau – uma presença junto aos assalariados rurais*. Salvador: CEAS, 1990.
- CICOUREL, Aaron. "Text and Discourse". *Annual Review of Anthropology*, 14: 159-85, 1985.
- COMERFORD, John. *Reunir e unir: as reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1996.
- COMERFORD, John, e CINTRÃO, Rosângela. *Articulação Sindical da Zona da Mata de Minas Gerais / Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Nova Venécia – APARCA (ES)*. Relatório de pesquisa, versão preliminar. Convênio DNTR-CUT/AS-PTA, 1995. (mimeo)
- CONTAG *Educação: Conceitos, Métodos e Técnicas*. Brasília, 1972. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. *Educação no Movimento de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1988. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Formação Sindical Integrada do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1989. (mimeo)
- DABUL, Lígia. "Missão de Conscientização – agentes e camponeses em experiências comunitárias". In: ESTERCI, Neide (org.). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. *Cadernos do ISEER*, número 16. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- DECOPPET, Daniel (org.). *Understanding Rituals*. London: Routledge, 1992.

- D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gerard. *Nós, cidadãos – aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. "Identidade Social e Padrões de Agressividade Verbal em um Grupo de Trabalhadores Urbanos". In: LEITE LOPES, José Sérgio (coord.). *Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Editora UFRJ, 1987.
- DURANTI, Alessandro. Politics and Grammar: Agency in the Samoan Political Discourse. *American Ethnologist*, 17-4, novembro, 1990.
- DURKHEIM, Emile. "Moral Civica: Definição del Estado". In: *Lecciones de Sociologia*. Buenos Aires: La Pleyade, 1974.
- ELIAS, Norbert. *Em busca da excitação*. Lisboa, Difel, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador – Volume II – Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ESTERCI, Neide (org.). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. *Cadernos do ISEER*, número 16. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
- FARAGE, Nadia. *As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapishana*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (mimeo)
- FASE e AS-PTA. *Como organizar um seminário*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- FAVERO, Celso. *Entre bengalas e campos de tensões: as organizações camponesas na Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 1993. (mimeo)
- FOUCAULT, Michel. *La arqueologia del saber*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- GARCIA JR. Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEERTZ, Clifford. "Centers, Kings and Charisma: reflections on the symbolics of power". In: BEN DAVID, J. e CLARK, T. N. *Culture and its creators*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Negara: The Theatre State in Nineteenth Century Bali*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1975a.
- \_\_\_\_\_. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HANKS, William. Discourse Genres in a Theory of Practice. *American Ethnologist*, 14/4, novembro, 1987.
- HERZFELD, Michael. *A Place in History. Social and Monumental Time in a Cretan Town*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. *The Social Production of Indifference. Exploring the Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- HYMES, Dell. *Foundations in Sociolinguistics: an ethnographic approach*. London: Tavistok, 1988.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- KERTZER, David I. *Ritual, Politics and Power*. New Haven/London: Yale University Press, 1988.
- KRAYCHETE, Gabriel e COMERFORD, John. *Veredas da modernização: transformações sociais e econômicas no oeste baiano*. Relatório de pesquisa. Salvador, 1990. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. “Oeste Baiano: os movimentos sociais face ao novo cenário regional”. *Cadernos do CEAS*, 131, 1991.
- LEACH, Edmund. “Ritualization in Man”. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute*, London, 1966.
- LYRA, Gustavo. “Agora o Mundo não é só Nosso Lugar”. *Cadernos de Educação Popular II*. Petrópolis: NOVA/Vozes, 1987.
- MACALOON, John J. “Sociation and Sociability in Political Celebrations”. In: TURNER, Victor (ed.). *Celebration*. Washington D. C.: Smithsonian Institution Press, 1982.
- MACHADO, Eduardo Paes (coord.). *Poder e participação política no campo*. Salvador/São Paulo: CAR/CERIFA/CEDAP/CENTRU, 1987.
- MALINOWSKI, Bronislaw. “The Problem of Meaning”. In: OGDEN, C. K. e RICHARDS, I. A. (eds.). *The Meaning of Meaning*. London: Kegan Paul, 1930.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite – Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*, Volume I. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MEDEIROS, Leonilde S. e outros (orgs.). *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- MENEZES, Marilda. *Histórias de migrantes*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

- MOORE, Sally F. e MYERHOFF, Barbara (orgs.). *Secular Ritual*. Amsterdam: Van Gorcum, Assen, 1977.
- MORAIS, Clodomir S. *Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo*. Caderno de Formação 11. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1986.
- MYERS, Fred. “Reflections on a Meeting: Structure, Language and the Polity in a Small-Scale Society”. *American Ethnologist*, Vol 13/3, 1986.
- NEIBURG, Federico. “O 17 de outubro na Argentina: espaço e formação social do carisma”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 20, ano 7, 1992.
- NOVICKI, Vitor. “Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983 – 1987)”. In: MEDEIROS, L. e outros (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- O’GORMAN, Frances e outros. *Água do céu, barro da terra: as mulheres do campo contam sua luta*. São Paulo: Edições Paulinas e CEAR, 1987.
- PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PALMEIRA, Moacir; HERÉDIA, Beatriz (1995) “Os Comícios e a Política de Facções”. *Anuário Antropológico*, 94. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro.
- PALMEIRA, Moacir. *Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, s/d. (mimeo)
- PEIRANO, Mariza. “As Árvores Ndembu: uma reanálise”. *Anuário Antropológico* 90. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1993.
- PEREIRA, William C. C. *Dinâmica de grupos populares*. Editora Vozes, Petrópolis, 1993.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. “Sobre las relaciones burlescas”. In: *Estructura y Funcion en la Sociedad Primitiva*. Barcelona: Ediciones Península, 1974a.
- \_\_\_\_\_. “Nota adicional sobre las relaciones burlescas”. In: *Estructura y Funcion en la Sociedad Primitiva*. Barcelona: Ediciones Península, 1974b.
- RICHARDS, Audrey e KUPER, Adam. *Councils in Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- ROCHA, R. e APEL, M. “Onde estão os nossos sonhos? Um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União”. *Cadernos de Educação Popular* 20. Petrópolis: NOVA/Vozes, 1992.
- SCHECHNER, Richard. “Magnitudes of Performance” In: TURNER, Victor e BRUNER, Edward (ed.). *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Ritual and Performance”. In: INGOLD, T. *The Companion Encyclopedia of Anthropology*. New York: Routledge, 1994.

- SCHWARTZMAN, Helen. "The Significance of Meetings in an American Mental Health Center". *American Ethnologist*, 14 (2), 271-294, 1987.
- SIGAUD, Lygia. "Direito e gestão de injustiças". *Antropologia Social – Comunicações do PPGAS*, 4, 1994.
- SILVERSTEIN, Michael. *Language as part of culture*. Chicago: University of Chicago, 1975. (mimeo)
- SIMMEL, Georg. *Conflict and the web of group affiliations*. New York: The Free Press, 1964.
- SUAUD, Charles. "Le Mythe de la Base: les etats generaux du developpement agricole et la production d'une parole paysanne". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52/53, 56-79, 1984.
- TAMBIAH, Stanley J. "The Magical Power of The Words". *Man*, 3: 175-208, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Leveling Crowds. Ethnonationalist Conflicts and Violence in South Asia*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- THOMPSON, Edward P. *The Making of The English Working Class*. New York: Vintage Books, 1966.
- TURNER, Victor. *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. Chicago: Aldine, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Dramas, Fields and Metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.
- VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.

#### JORNAIS CONSULTADOS (Capítulo 5)

*Jornal do Movimento Sem Terra* (Janeiro de 1990 a dezembro de 1994)

*Folha de São Paulo*

*O Estado de São Paulo*

*Diário de Macaé*

*Folha da Manhã* (Campos/RJ)

*Diário do Nordeste* (Fortaleza)